

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

THAIS GOMES DE OLIVEIRA

**Maternidades em redes:
contar histórias com cuidados no cenário pandêmico brasileiro**

Porto Alegre

2022

THAIS GOMES DE OLIVEIRA

**Maternidades em redes:
contar histórias com cuidados no cenário pandêmico brasileiro**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para fins de obtenção do título de mestra.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanessa Soares Maurenre.

Porto Alegre

2022

Agradecimentos

Gosto de ler agradecimentos, a mim interessa que eles iniciem um texto, que contem uma história. É um espaço de perceber redes. Aqui, agradeço a esse conjunto de políticas e de pessoas que me seguraram a mão na sustentação desse caminho. Não são poucas as políticas, são muitas as pessoas. A possibilidade do meu percurso no mestrado reúne um conjunto, um coletivo, uma rede. Agradeço imensamente,

À Vanessa. Minha orientadora e professora que, em sala de aula, iniciou comigo o que se tornou uma nova perspectiva para este mestrado; pelos afetos e cuidados trocados e pela mútua relação de respeito e de escuta. À professora Cleci e ao professor Luís Artur, pelo tanto transmitido. A todas e todos do Oficinando, pela acolhida, pela leitura, pela construção, pelo apoio, pelas invenções, pela companhia em tempos difíceis.

À Bruna, por orientar meus primeiros passos na escrita, pelas apostas na língua que compartilhamos, pela inspiração, por se tornar de orientadora à colega e pela relação de amizade. Ao Leonardo, por construir comigo resistência ao que não se pode aceitar, por caminhar comigo, pela leitura crítica e amorosa, pela confiança. Tua presença e tua inspiração me possibilitaram seguir o mestrado, obrigada.

À Giselda, ao Eduardo, à Sabrina, ao Daniel, ao Deoclides: cada um à sua maneira me concedeu um espaço de quem muito poderia alcançar. É impressionante o quanto vocês me deixaram livres para construir, caminhar, descobrir. E me permitiram, mesmo sem conhecer esses caminhos naquele momento, tomar novos lugares. E ao meu sobrinho, Gabriel, pelo amor, por dançar comigo, por me lembrar o que na vida tem significado.

À Larissa, pela amizade, pela parceria de clínica e pela formação de tantas ideias. Pela confiança, pelo amor, pelo trabalho conjunto, pela leitura, pela intimidade. Conheço e pesquiso a partir do que aprendo inclusive contigo.

À Alessandra, pela escuta, pela leitura, pelos cinemas e teatros e pelas danças e filmes e conversas que me colocam tanto a pensar e a escrever e a dançar e a viver.

À Karla, pela caminhada lado a lado. Por ler assistir perceber criticar situar contornar escutar tanto e compartilhar um tanto disso comigo. À Karina e ao Diego, pela presença no último grande ano e pelo incentivo.

À Andreli, pelo mais genuíno acompanhamento e por me virar do avesso. À Jéssica, pela presença na escrita, na criação, na coragem, na família. Ao Fernando, pela presença, pela amizade, por rir de mim me levando a sério e pelas vezes que foi meu orientador. Ao Jaime, pela relação de escuta, de respeito e de amizade: tem coisas que eu não descobriria sem te ver e viver contigo e sem me ver através de ti. À Ana Gabriela, pela consistência e pelo colinho de tantas horas. Ao Davi, quem leu letra por letra, pela atenção e pelo carinho. À Juliana, pelo olhar de quem sempre acreditou. Ao Mendel, pelo mútuo reconhecimento do tempo presente e do tempo passado. À Sofia, pela mais incrível atenção às histórias e pela presença em todas as urgências. Ao Dudu, pela presença, pelo incentivo, pela composição e pelos arranjos que acompanharam e que divertiram os momentos finais de escrita. À Ana Paula, quem sempre esteve, por todo amor e credibilidade. À Suellen, por falarmos a mesma língua. Ao Thiago, pelas tantas vezes que me situou. À Lia, à Lari e à Thais, pela companhia em leituras feministas. Vocês me dão vontade de viver.

Ao Coletivo Contantes. Rufem os tambores: pelas brincadeiras, vozes de bruxas, risadas, imitações de tantos sons e tantos tons, invenções das mais malucas. Por descobrirem comigo nossos amores pela contação e por valorizarem as palavras e as histórias.

Às professoras Érika de Oliveira e Paula Sandrine Machado, pelas tão cruciais considerações na banca de qualificação e pela importância dos seus trabalhos. À professora Raquel Souza e à professora Luciana Rodrigues, pela presença e pelas palavras.

Agradeço profundamente a quem aposta nas viradas epistemológicas, numa clínica menos elitizada, num mundo mais feminista e antirracista e radicalmente menos desigual. Agradeço a cada pessoa que se envolve nessa ética: possibilitar alguma leitura que vem adiante acontece pelo trabalho de tantas e tantos que vieram antes e também que estão agora. A gente se sabe não sozinhas/os.

Toda vez que escrevo percebo os efeitos de trabalhar com a escuta. E agradeço profundamente a cada pessoa que compartilha e que reescreve sua história no encontro comigo. Escutar me oferece lugar de existência.

E agradeço a CAPES, pelo investimento nesta pesquisa. Em tempos tão duros, pela possibilidade de estar trabalhando e produzindo conhecimento. Caminho pela educação pública desde minha inserção escolar, que possamos assim seguir.

*“Em tudo eu via a voz de minha mãe,
Em tudo eu via nós.”*

(Dona Jacira e seu filho, Emicida)

Resumo

O campo envolto nas políticas de cuidado é radicalmente afetado no decurso da pandemia em solo brasileiro, de forma que se expande em diversas problemáticas. A pandemia causada pelo novo coronavírus evidenciou a importância do cuidado interdependente entre humanos e não-humanos, demandando necessárias e amplas discussões – porém apenas parcialmente realizadas – acerca da valorização de cuidados domésticos, da vida de trabalhadoras/es em atividades consideradas essenciais, da proteção social, das políticas equitativas no acesso à saúde e à educação. Esta pesquisa acontece entre os anos de 2019 e 2021 e compõe o campo dos estudos críticos da pandemia, propondo uma investigação acerca de que histórias podemos contar considerando o cuidado de crianças, bem como a formação de redes de cuidado de/para mulheres que, de diferentes formas, são mães. A partir da perspectiva da pesquisa-intervenção, propõem-se oficinas que operam como um dispositivo de contação de histórias baseado na criação de uma rede de compartilhamento de narrativas em uma pesquisa de campo online. A pesquisa conta com a participação de cinco contadoras-escutadoras-participantes: cinco padrões de linhas entrecruzadas em uma cama-de-gato. Cinco pessoas mulheres, de alguma forma ocupadas do termo mãe, que se dispuseram à troca de histórias. A pesquisa se alia às produções dos estudos feministas que buscam romper essencializações em torno da categoria “mulher”, percebendo a instabilidade e as mitificações presentes nessa construção e que analisam interseccionalmente diferentes formas de estar em composição com experiências em torno de maternidades. Parte-se da perspectiva ecológica na consideração do cuidado como um fenômeno coletivo e relacional. Assim, diferentes histórias contadas desde suas localidades são entremeadas a partir do encontro com pessoas mulheres que compuseram esta pesquisa, evidenciando o caminho feito para a produção de narrativas situadas, sobre cuidado, maternidades e pandemia no Brasil.

Palavras-chave: Maternidades. Ecologia do cuidado. Estudos feministas. Contação de histórias. Pandemia.

Abstract

The field involved in care policies is radically affected in the course of the pandemic on Brazilian soil, in such a way that it expands into a variety of issues. The pandemic caused by the new coronavirus has highlighted the importance of interdependent care between humans and non-humans, demanding necessary and broad discussions – although only partially realized – about the valuation of domestic care, the life of workers in activities considered essential, social protection, equitable policies in access to health and education. This research takes place between the years 2019 and 2021 and composes the field of critical pandemic studies, proposing an investigation about what stories we can tell considering the care of children, as well as the formation of care networks of/for women who, in different ways, are mothers. From the perspective of research-intervention, workshops are proposed that operate as a storytelling device based on the creation of a network for sharing narratives in online field research. This research counts on the participation of five storytellers-listeners-participants: five line patterns criss-crossed in a cat's cradle. Five women people, somehow occupied with the term "mother", that were willing to exchanging stories. The research is allied to the productions of feminist studies that seek to break essentializations around the category of "woman", noticing the instability and mythifications present in this construction and that intersectionally analyze different ways of being in composition with experiences around maternities. It starts from the ecological perspective in considering care as a collective and relational phenomenon. Thus, different stories told from their locations are interwoven from the encounter with people who made up this research, highlighting the path taken for the production of situated narratives about care, maternity wards, and the pandemic in Brazil.

Key-words: Maternity wards. Ecology of care. Feminist studies. Storytelling. Pandemic.

Resumén

El campo que involucra las políticas de cuidado se ha visto radicalmente afectado en el transcurso de la pandemia en suelo brasileño, de modo que se extiende en diversas problemáticas. La pandemia causada por el nuevo coronavirus evidenció la importancia del cuidado interdependiente entre personas humanas y no humanos, demandando necesarios y amplios debates – que, sin embargo, se hicieron tan solo parcialmente – acerca de la valoración de cuidados domésticos, de la vida de trabajadoras/es en actividades que se consideran esenciales, de la protección social, de las políticas equitativas en el acceso a la salud y a la educación. Esta investigación se desarrolla entre los años de 2019 y 2021 y conforma el campo de los estudios críticos de la pandemia. Se propone una investigación acerca de qué historias podemos contar considerando el cuidado de niñas/os, así como la formación de redes de cuidado de/para mujeres que, de diferentes formas, son madres. Desde la perspectiva de la investigación-intervención, se proponen talleres que operan como un dispositivo de narración de historias basado en la creación de una red de intercambio de narrativas en una investigación de campo en línea. La investigación alberga la participación de cinco contadoras-escuchadoras-participantes: cinco padrones de trama y urdimbre entrecruzados. Cinco personas mujeres, de alguna manera ocupadas del término madre, que se dispusieron al intercambio de historias. Esta investigación se une a producciones de los estudios feministas que buscan romper esencializaciones en torno a la categoría “mujer”, percibiendo la inestabilidad y las mitificaciones presentes en esa construcción. Además, se une a producciones de esos estudios que analizan, desde una perspectiva interseccional, distintas maneras de constituirse por medio de experiencias en torno a maternidades. Se parte de la perspectiva ecológica teniendo en cuenta el cuidado como un fenómeno colectivo y relacional. Así, diferentes historias que se cuentan desde sus localidades se entrelazan a partir del encuentro con personas que formaron parte de esta investigación, destacando el camino recorrido para la producción de narrativas situadas sobre cuidado, maternidades y pandemia en Brasil.

Palabras clave: Maternidades. Ecología del cuidado. Estudios feministas. Narración de historias. Pandemia.

Sumário

| | | |
|-----------|--|------------|
| 1 | Aberturas (e fechamentos) de Histórias com Cuidado..... | 10 |
| 1.1 | Carta a quem chega | 10 |
| 1.2 | Roleta-russa: um Brasil e uma dissertação pós-março de 2020 | 11 |
| 1.3 | Campo de pesquisa e o apartamento | 13 |
| 1.4 | Troca de histórias | 17 |
| 1.4.1 | <i>UM: É-RI-CA: sílabas, alfabetização e distanciamento social</i> | 23 |
| 2 | Por uma Produção de Mundos Interdependentes | 25 |
| 2.1 | Figuração, telefone sem fio e invenções em campo: um relato metodológico | 25 |
| 2.2 | Figuras acerca do cuidado no Brasil | 39 |
| 2.3 | Maternidade, sacralidade e direitos reprodutivos | 45 |
| 2.4 | Economias e ecologias do cuidado | 51 |
| 2.4.1 | <i>QUATRO: dona Alba</i> | 55 |
| 2.5 | Cuidado e Interdependência | 57 |
| 2.5.1 | <i>CINCO: Meu pai não comprava as próprias roupas</i> | 64 |
| 3. | Por uma Perspectiva Feminista do Cuidado | 67 |
| 3.1 | <i>TRÊS: é minha segunda pandemia</i> | 70 |
| 3.2 | Sujeito político do feminismo: ainda? | 71 |
| 3.3 | Quem me navega é o mar: ondas, situacionalidade, localização | 78 |
| 3.4 | Interseccionalidade como marco teórico e operação prática | 83 |
| 3.4.1 | <i>SEIS: quando ela tá, é ela. Quando ela não tá, sou eu</i> | 86 |
| 3.5 | Gramáticas que habitamos durante uma pandemia | 87 |
| 3.5.1 | <i>DOIS: pote de tampa verde</i> | 92 |
| 3.6 | Discursividades intrínsecas | 93 |
| 4. | Considerações Finais | 103 |
| | Referências | 106 |

1 Aberturas (e fechamentos) de Histórias com Cuidado

1.1 Carta a quem chega

Qual é a história que dá início a esta pesquisa? Estaremos em companhia nas próximas páginas desta dissertação e essa é uma carta que apresenta uma forma de estar, de conversar, de contar. Inspirada por bell hooks do início ao fim, encontrei formas de fazer uso de algumas vivências, inclusive algumas que escutei, que elevam experiências rompendo essencialismos. Inspirada por Bruna Battistelli (2017), é a partir de uma carta que tento chegar mais perto de quem conversa comigo, e assim, por mais engraçado que pareça, fico mais perto das possibilidades de escrever. Que histórias contamos? Essa pergunta me persegue há tempos e, quanto mais estudo e dialogo com o campo, mais contorno de diferentes maneiras as histórias e as narrativas que ocupam um lugar da produção de conhecimento.

É aqui nesta carta, neste momento da escrita em que passamos a nos conhecer, que digo que as redes e as formas comunitárias de cuidado me trouxeram a essa pesquisa. Eu sou filha de muitas composições, estou em rede, essas bem fáceis de ver, desde sempre. E trago um trecho que escrevi numa outra vez, que diz um tanto de mim e de tantas, tantas mais pessoas:

“Muitas pessoas se responsabilizaram pelo meu cuidado. Vezes, meus dois irmãos, um tanto mais velhos, que desde suas infâncias me cuidaram integralmente enquanto minha mãe e meu pai não estavam. Vezes, as vizinhas, que nos ofereciam – a mim e a outras crianças lá da rua onde morei – um verdadeiro rodízio de casas para estarmos no contraturno escolar e todo tempo mais quando preciso. Vezes, meu pai. Vezes, minha mãe. Vezes, a escola. Vezes, eu só. Vezes, aquela rua em si é que cuidava. Vivíamos um tanto juntas e juntos. Éramos nós várias mães e tias e primas e irmãs, várias crianças, alguns pais e irmãos, muitas casas e um constante ir de uma a outra.”

Esse ‘ir’ constante, uma navegação, é hoje restrita ou arriscada por razões catastróficas, das quais, falaremos logo mais. Numa versão de cuidados, uma entre tantas, essa invenção que narrei acima me possibilitou escrever: tenhamos juntas/os uma pista de que as redes são necessárias e que a formação delas são atacadas por diferentes discursos e práticas no presente momento. A presença é online. Como psicóloga clínica, como contadora de histórias, como alguém que não tem se ocupado intensificadamente de um outro alguém além de mim mesma,

como feminista, como filha da dona Giselda... por agora, desde já há um tempo, somos eu e meu computador. Desde 2019, quando iniciei essa pesquisa, buscava formas de estar próxima de um campo. Desde então, percebi que as formas seriam através desse mesmo computador. Torço para que, enquanto se lê, seja possível perceber a vasta rede, as mãos de quem digita, as tantas mãos envolvidas, e os afetos que compõem cada uma e cada um de nós.

1.2 Roleta-russa: um Brasil e uma dissertação pós-março de 2020

Estamos entre os anos de 2019 e 2021, na região central de Porto Alegre, no sul do Brasil, o que já diz um tanto de como decidimos contornar a abertura do texto de dissertação: vivemos, pesquisamos e escrevemos num país que é atravessado por uma crise que se alastra. No sul continental, latinoamericano, afetado pela presença de uma pandemia. O novo coronavírus é percebido no território brasileiro no ano de 2020 e, nessas terras agora governadas pela extrema direita, uma crise social-sanitária-política-econômica toma proporções ainda mais catastróficas.

Vivemos no país sob um esforço coletivo de sobrevivência. São tempos de distanciamento social por causa das medidas de proteção e de cuidado devido à pandemia. Estivemos, de alguma forma, em confinamento relativo: algumas pessoas são obrigadas a trabalhar fora de casa, outras não são. Trata-se de uma montanha-russa, menos divertida e mais arriscada; uma roleta-russa, talvez, que tem sido desgovernada em um projeto político genocida e aterrorizador. O Brasil soma hoje um número terrorífico de mortes, muitas delas consideradas mortes evitáveis¹. Desde março de 2020 até o presente momento, estamos inseridas/os em um contexto de frequentes oscilações entre a abertura e o fechamento de comércios e de serviços. Esse movimento demonstra o processo de individualização na tomada de decisões que são da esfera da saúde coletiva, bem como a uma posição que se inclina à proteção de interesses privados e ao constante dismantelamento de políticas públicas. Em dezembro de 2021, a

¹ Durante o ano de 2021 é instaurada a conhecida CPI da Pandemia, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que visou investigar possíveis irregularidades nas decisões do governo federal durante a pandemia. Um dos estudos apresentados se concentra, justamente, no chamado quadro de mortes consideradas evitáveis em decorrência de arbitrariedade nas decisões estatais. Ver mais em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/06/24/pesquisadores-apontam-pelo-menos-120-mil-mortes-evitaveis-no-primeiro-ano-da-pandemia>. Acesso em 11 jan. 2022.

circulação entre bares, ônibus, escolas etc. tem sido possível, ao passo que escutamos falar de uma nova variante do coronavírus – fronteiras de diferentes países são novamente fechadas. Torna-se um tempo de relançamento de tantas questões frente à vida e ao cuidado coletivo, em que as notícias que lemos a cada dia ampliam e exigem giros de análise à pesquisa proposta.

Cuidado, proteção, sobrevivência, morte. Esta última se torna um assunto cotidiano por outros motivos para além da dimensão de saúde e de proteção em relação ao vírus: é mais um, que acirra e intensifica a realidade de um país estruturado pelo racismo, pelo sexismo, pela desigualdade social e de classe, pelo capacitismo, pelas discriminações acerca de gênero e de sexualidade. Em um tempo em que as pessoas saem menos às ruas e em que as políticas públicas de educação, de saúde e de assistência social têm vivenciado uma larga movimentação, percebemos, de fato, alguma medida de distanciamento social para todas as camadas populacionais. “Fique em casa!” tornou-se um pedido de proteção e, seja para quem fica e está em algum isolamento, seja para quem vive e trabalha fora de casa, o fechamento das creches e das escolas evidencia um problema para a maioria das famílias brasileiras. Nesse contexto, a domesticação se torna fundamental para proteção social e o distanciamento social se torna sinônimo de reclusão doméstica, intensificando o trabalho de quem está ocupada/o de diferentes formas de cuidar.

Cuidado, proteção, sobrevivência, morte, distanciamento, cuidado. Escrevo me perguntando que efeitos podem ter a produção de um texto de dissertação que narra uma pesquisa acerca de redes de histórias e produção de cuidado, contando uma história possível do contexto brasileiro após o advento pandêmico. O Brasil é especificamente atingido por uma crise que deflagra a subalternização do cuidado: como pesquisar, conhecer, contar com cuidado mesmo assim? Tem sido o desafio da vida; e é o desafio da escrita e de como suponho propor uma forma de relatar essa proposição. É uma história longa, desconexa, complexa, injusta. É também muito mais que isso.

A presença do coronavírus evidencia uma multiplicidade de fatores para o pensamento e a prática acerca da relação humana com o meio ambiente, a relação com a presencialidade humana física e a relação com o que é ou não considerado essencial, de forma que diferentes concepções acerca do que se toma como problema se tornam – de mais uma outra forma – possíveis. Dentre tantas possibilidades, a relação com o cuidado de crianças e a formação de redes para tal são aqui tomadas enquanto campo analítico que convoca o pensamento à invenção

e à manutenção de múltiplas formas. O que não ocorre sem conflito e dissenso: entre os meses de abril e maio de 2021, o movimento de abertura e fechamento de creches e de escolas privadas evidencia a aspereza do território político desses cuidados. Quem se ocupa da formação de rede para possibilitar a experiência de crianças em um mundo vivível é radicalmente afetado por notícias efêmeras e contingenciais que individualizam tomadas de decisões na esfera pública. Essas mudanças em torno da abertura das escolas afetam imensamente a relação das pessoas com a circulação, com o trabalho, com as inteligibilidades possíveis de perceber, posicionar-se, contar o que acontece. Quem transita nessa rota é afetada/o de diferentes maneiras e habita existências na contracorrente.

1.3 Campo de pesquisa e o apartamento

A intensificação do campo doméstico eleva exponencialmente a urgência de discussões que tragam os modos de cuidado interdependentes como foco de análise, de forma a perceber e a inventar meios de vida coletiva entre humanos e não-humanos ou, melhor situando, entre humanos e mais-que-humanos – aqui acolhemos as provocações de Donna Haraway (2021/2003); e voltaremos neste ponto em um outro momento da dissertação. É considerando a premissa da coletividade e da interdependência que iniciamos o texto da presente dissertação, localizada através de uma pesquisadora que produz questões às voltas de maternidades e de políticas no campo dos cuidados, e que foi criada por um “cuida-se” improvisado – uma verdadeira gambiarra –, em um bairro pobre na cidade de Sapucaia do Sul. Muitas vezes, em uma placa em uma das casas de uma comunidade, vila, bairro, uma pessoa – diria que mulher? – disponibiliza a casa em que mora e a possibilidade de “olhar” outras crianças moradoras da vizinhança. É um sistema de cuidado em tantos lugares. Cresci em um sistema parecido entre as casas disponibilizadas, a minha era uma delas. Eu e algumas das crianças habitávamos juntas diferentes casas. Essa não é uma prática que intentamos romantizar na contação dessa história, pois sabemos que cuidado não é algo simples de promover, e que é, inclusive, a ausência de políticas públicas que demandam essas invenções. Qualquer uma delas, hoje, dificultadas ou oferecendo ainda mais riscos às pessoas crianças, às pessoas adultas.

A corporificação em práticas de pesquisa é um dos modos de produzir conhecimento: pistas que encontramos com bell hooks² (2017), com Donna Haraway (1988/2009), com Sofia Favero (2019); esta última tem apontado largamente a importância constante da corporificação e da não-neutralidade de pesquisadoras/es, fazendo isso em exercício de complexo e consistente rigor metodológico, para além de narrativas confessionais. Considerando a ficção presente em toda malha discursiva e a impossibilidade de totalização de toda e qualquer localização política, conto algumas formas que meu corpo ocupa na construção da pesquisa, por meio da narratividade envolta da categoria mulher, atravessada pela cisgeneridade. Também enquanto psicóloga clínica, formada por uma universidade pública na América Latina, que problematiza epistemologias coloniais e que é atravessada por inúmeros discursos feministas. Também enquanto uma pessoa branca que estuda e vai a campo, sigo advertida dos riscos de normatizar práticas de cuidado – tão moldadas pela branquitude, como apontam também as autoras Daniela Dell’Aglío e Paula Sandrine Machado (2020): a branquitude é um vício epistemológico que produz efeitos em todos os campos do conhecimento. Além disso, é também um sistema de dominação que hierarquiza privilégios. É importante nos demormos nessa questão: enquanto corpo que é narrado no mundo coletivamente e enquanto habitante do Rio Grande do Sul, a racialização se produz de forma específica. Posso ser considerada e às vezes sou nomeada como alguém miscigenada e com alguns traços difusos. Durante a pesquisa de campo fui entendida como uma pessoa negra de pele clara por uma das participantes. Entenderemos a branquitude a partir das pistas de Lia Wainer Schucman (2014), como composta por tons e por traços que não são iguais em si. Como majoritariamente sou tratada e entendida como alguém que é branca mesmo que ocupante de um lugar miscigenado, localizo-me a partir dessa condição e junto com os privilégios materiais e simbólicos que a compõem. A produção científica que se figura como fosse neutra não nos interessa, mas também sabemos que o projeto moderno-colonial é estruturado para suprimir as variadas chaves de leitura de todo sistema-mundo. Daqui de onde, hoje e contingencialmente, percebo o mundo, também assumo que sou uma mulher que não é mãe, que mora sozinha e que trabalha a partir da sala de um apartamento localizado na região

2 É de escolha da autora sua nomeação em letras minúsculas. bell hooks é fundamental em suas contribuições e um grande nome para o feminismo, para todas as pessoas nos últimos muitos anos. Escreveremos em sua companhia e em estado de luto. A autora é uma de nossas companheiras e vive em suas ideias. bell hooks faleceu no dia 15 de dezembro de 2021.

central de Porto Alegre. A localização do saber faz efeito na posicionalidade de quem propõe a condução de uma pesquisa, de forma que, além de uma apresentação, essas malhas discursivas são parte da composição analítica.

Nessas pistas, sigo uma narrativa para contar um tanto mais da relação que estabeleço com o campo produzido. Durante a graduação, interfaces entre psicologia e assistência social estiveram presentes enquanto questões de pesquisa e eram associadas a um conhecimento de base. Pensava: será que aquilo que acontecia “na minha rua” era o arranjo informal na direção do que veio a ser a política pública de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos³? Antes da universidade, essa era uma pergunta impossível, visto que essa história vive comigo desde muito tempo, mas as políticas socioassistenciais são posteriores a esta e a tantas outras. Por outro lado, é bem verdade que os movimentos cotidianos que acontecem e implodem nas vidas humanas e reinventam as próprias políticas públicas são acontecimentos que me encantam... vi muitos destes.

Esse foi um início, um encontro. Assim, estive me deparando com questões que envolviam a produção de cuidado para famílias, sobretudo, pobres, no Brasil. Na tentativa de decantar essa pergunta – ampla e, talvez, impossível de ser respondida –, coloquei em discussão a responsabilização das mulheres, o fenômeno da feminização do cuidado e da pobreza, e tantos efeitos e produções generificadas envoltas nas políticas de transferência de renda para as famílias pobres deste país. Como efeito, passei a encontrar nas maternidades algo fundamental para o próprio desenvolvimento estatal. Acompanhada de muitas pesquisadoras⁴ e de um campo de afecções, a proteção social se tornou um campo de investigações. A partir dessa percepção, passei a sustentar uma questão acerca das maternidades e da produção científica feminista, mesmo que entendamos que os cuidados em relação às crianças são amplos e desenvolvidos por muitos atores.

3 O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é ofertado de forma a complementar a seara do trabalho social com as famílias. Atua na promoção de vínculos familiares e comunitários, e com público de diferentes idades, inclusive com crianças e jovens em contraturno escolar. Cabe ressaltar que o caderno que explicava a funcionalidade do serviço está em caráter de suspensão e que, no site “atualizado” do governo, não há informações sobre a continuidade do serviço e a condição do mesmo em tempos de pandemia.

4 Algumas das autoras do campo são Dagmar Estermann Meyer (2003); Priscilla Pavan Detoni, Paula Sandrine Machado e Henrique Caetano Nardi (2017), Silvana Aparecida Mariano e Cássia Maria Carloto (2008).

Ciente de que as mulheres são as principais chefes⁵ das famílias, em um tempo de alargamento de políticas socioassistenciais promovidas por governos de inclinação progressista – do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ex-presidenta Dilma Rousseff –, as questões estiveram às voltas da centralidade dada às mulheres nessas políticas consideradas de inclusão social. Percebia que “a mulher”, nos termos da política, é figura responsável pela garantia do cuidado de si própria e de demais membros da “família” que é considerada “sua” (Oliveira, Battistelli & Cruz, 2020). Somado a isso, encontrei pesquisadoras e pesquisas que nomeavam esse fenômeno de “dupla-responsabilização”: mulheres que são culpabilizadas pela situação em que se encontra a família da qual fazem parte – mesmo que consideradas “chefes” – e agentes auxiliares na missão de tirá-la de tal condição (Meyer *et. al.*, 2012). Mulheres responsabilizadas pela tamanha desigualdade no Brasil, que é generificada e racializada: a população que mais é alvo de um projeto de desigualdade – que, cabe melhor, chamarmos de necropolítica⁶ – é a população negra, de forma que são as mulheres negras as principais “chefes” de famílias usuárias de políticas socioassistenciais, em famílias monoparentais (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011). Mulheres que são mães e que perdem suas filhas e seus filhos para a violência estatal; que veem seus maridos, tios, primos, pais, irmãos serem mortos desde muito antes do cenário pandêmico. Quem mesmo cuida das famílias no Brasil?

Neste curto trecho introdutório, traços de uma história de como passei a considerar as maternidades e os cuidados como campo analítico importante são propositalmente misturados com as localizações políticas com as quais eu vivo. A pesquisa que se delineia considera a relevância da contação de histórias para a invenção e para a manutenção de mundos mais possíveis, inventivos e diversos. “Campo de pesquisa e o apartamento”, portanto, habita uma relação de muita presença com o território brasileiro: as questões que desenvolvemos se relacionam às políticas públicas e se sustentam em relação que não essencializa atores ou atrizes no campo dos cuidados. É em uma prática de dispersão e também de ramificação que aqui se

5 Entre os termos utilizados nessa discussão, há a ideia de “pessoa de referência”, que é constante em pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já o IPEA tem escolhido a expressão “chefe”. Seguiremos utilizando o termo “chefe”, na direção das pesquisas citadas na nota anterior, advertidas do fenômeno de feminização dos cuidados.

6 Achille Mbembe desenvolve o conceito de necropolítica ressitando as categorias de análise de formas contemporâneas de subjugar “a vida ao poder da morte” – apontando para a insuficiência do conceito foucaultiano de biopoder.

juntam trechos e tons de uma história já um pouco longa. Essa é a história que trouxe este texto à existência e que me ofereceu ferramentas críticas para habitar possibilidades de pesquisa e de escrita no decurso de uma pandemia.

1.4 Troca de histórias

É por meio dessas conexões que os cuidados se tornam questão de investigação e de discussão. Tomando uma história pessoal enquanto um dos propulsores que me coloca diante de um campo teórico e prático, os estudos feministas vêm a complexificar as proposições iniciais, de forma a instrumentalizar uma história do cuidado que possamos contar. O campo de estudos sobre a economia dos cuidados é vasto e analiticamente complexo. Diante dele, percebemos que os estudos feministas possibilitam chaves de leitura que adensam as pontes possíveis para o que se propõe a pesquisa em questão. Desde então, a pesquisa se alia à produção teórica e prática feminista atravessada pelos estudos de gênero, considerando marcos teóricos fundamentais para os estudos feministas: a interseccionalidade e perspectivas decoloniais.

Há algumas relações a serem desdobradas e problematizadas nas páginas adiante, e não inocentemente elas propõem a radicalidade da conexão entre maternidade e estudos feministas. Nem essas nem aquela serão entendidos como práticas essenciais ou ontologicamente definíveis, mas sim como discursividades localizadas e problematizadas em relação. Um campo de disputa, visto que, por vezes, a associação feminismo e maternidade dispara um pensamento sobre “a natureza”, a procriação, a unicidade de vozes e de experiências heterossexuais, cisgêneras, de mulheres brancas consideradas protetivas. Bem, deslocamos essa experiência do centro da produção discursiva. Habitando ideias que envolvem redes e ecologias, não há centro ou extremidades, mas sim pontos de conexão. Nos detemos, contudo, à complexidade do campo da economia dos cuidados para um relato político, situado e feminista do campo privatizado das casas. Não leremos o fenômeno da procriação humana como necessariamente associado à norma, não mais ou menos do que qualquer outra prática que envolve a habitação no território fictício do gênero. Maggie Nelson (2017), que em *Argonautas* escreve inclusive sobre maternidade, pergunta a que serviria uma oposição que ela percebe entre os estudos queer e o estudo das maternidades: são notas de uma problematização acerca da divisão opositiva, como se a experiência de procriação precisasse responder à normatização da ideia de família. Assim,

ela pergunta se não existiria algo inerentemente queer na gravidez em si, pela transformação do corpo, acoplamentos, hormônios. Partimos do pressuposto de que a heteronormatividade compulsória que pode envolver a prática de reprodução humana não isola essa experiência da possibilidade de ruptura.

Na formação do campo da pesquisa, consideramos uma análise dos percursos do cuidado e das maternidades no cenário brasileiro. Nessas terras, o cuidado tem histórias específicas e algumas delas buscaremos contar adiante, visto que as marcas da colonização e a colonialidade do pensamento compõem figuras acerca de quem cuida, tornando o cuidado uma obrigação a ser executada por pessoas subalternizadas. Caminhamos em um território que tem sido duramente atacado por diferentes atores, inclusive por muitas camadas do governo de extrema direita ao qual tentamos sobreviver. O governo atual está situado no campo transnacional da direita religiosa, que ataca sistematicamente tais políticas – em ampla “formação” antigênero, como indica a autora Sonia Corrêa (2018). E essas práticas de subalternização de tudo em torno de uma ética cuidadosa da/para a vida têm relação direta com as opressões de raça, de gênero, de classe. Como se produzem, em terras brasileiras, lógicas discursivas que visem romper com as lógicas que evidenciam as maternidades pensadas de forma tão conservadora?

O pensamento analítico e conceitualizado acerca do cuidado é urgente. Essa afirmação é mais uma tornada evidente diante das respostas estatais à crise humanitária que vivemos. Torna-se evidente quando a população negra é a que mais morre por COVID-19, torna-se evidente quando a população branca é priorizada na vacinação⁷, torna-se evidente quando observamos a realidade dos hospitais que realizam o procedimento de aborto legalizado para casos de estupro⁸. Embora essa narrativa pudesse ter, se lida algum tempo atrás, um tom apocalíptico que lembraria uma realidade distópica, temos atravessado coletivamente uma

7 Podemos perceber, desde o início da vacinação de imunização ao COVID-19 a diferença considerável na vacinação de pessoas brancas e não-brancas. Seja pela priorização de trabalhadores com ensino superior, seja porque trabalhadores caixas de supermercado, por exemplo, não foram considerados essenciais. Lemos essa produção como criação da lógica colonial. Ver mais em: <https://coronavirus.ufba.br/coronavirus-uma-pandemia-que-explicita-desigualdades-sociais>

8 Objetivando colocar o próprio cenário pandêmico focalizado, temos como efeito que as discussões sobre o aborto têm se atualizado intensamente. Nos casos de aborto legalizado em casos de estupros, fomos recentemente noticiadas do caso da menina violentada e engravidada por um homem adulto da família e a luta travada contra fundamentalistas religiosos para que a criança tivesse acesso ao abortamento conforme garantido na letra da lei.

situação muito complexa, na qual os efeitos do colapso no qual vivemos tendem a seguir existindo. É importante lembrarmos que a situação que atravessamos não encontraria na vacinação e na imunização todas as soluções para uma vida menos desigual e hierárquica. Este texto é radicalmente inserido nessa localização geográfica e temporal, construído entre tantas notícias e mudanças e oscilações e em alguma medida de isolamento social.

Com vistas a apresentar a questão que orienta a pesquisa, rememoro que uma das primeiras pessoas que morreu devido ao COVID-19 no país foi uma mulher negra, empregada doméstica que trabalhava na casa de uma família branca e de classe média alta. Esse acontecimento evidenciou uma problemática em muitos níveis da situação pandêmica brasileira. De forma que a pesquisa tinha por objetivo inicial colocar a temática das maternidades em discussão e foi ampliada para repensar as próprias políticas de cuidado no cenário pandêmico no país, alargando a noção de exercício de maternidade como uma produção discursiva. O que se tem feito necessário para que as pessoas estejam cuidando de crianças nos últimos tempos? O que tem sido inventado? Que habilidades são essas? Na circulação de tantas perguntas, diante de tão vasto campo problemático, interessa-nos pensar na circulação das histórias e em que relação pode haver entre performatividades de feminilidade e práticas de cuidado. Dessa forma, nos perguntamos: com o advento da pandemia no cenário brasileiro e o afastamento da presença física escolar, como se dá a atualização nas práticas de contar e de escutar histórias acerca do cuidado, para mulheres ocupadas do termo ‘mãe’ e que formam redes para o cuidado de crianças?

A partir do cotidiano doméstico de uma pesquisa online, buscamos a ampliação de formas de contar histórias, que convoquem a psicologia social como campo atento à escuta das maternidades. Buscamos ainda a construção de uma rede de histórias que operem em uma política cuidadosa por estar em um campo político tão denso, tangibilizando a discussão econômica envolvida. Assim, apresentaremos uma pesquisa-intervenção na qual se produzirá uma rede de narrativas, composta por histórias de mulheres mães, contadas por elas mesmas a mim, recontadas por mim a outras mulheres, com outros enredos, advindos de outras experiências e seguindo um fluxo de narrar-escutar-contar-escutar-compartilhar, que se aproxima da noção de cama-de-gato de Donna Haraway – que contaremos adiante, em invenções metodológicas.

A construção de uma rede de histórias que contem com cuidado uma habitação no Brasil de 2020 e 2021, que envolvem questões em torno da maternidade, do cuidado com crianças, da

pandemia, de gênero, de raça, de classe. Em relação com a vida, com a morte, com as oscilações, com a montanha e com a roleta-russa. Uma rede de histórias que envolvem a produção literária, os estudos feministas, a radicalidade do estudo do presente guiado por meio de notícias no país; bem como envolvem a concepção histórica das terras inventadas brasileiras e um paradigma ficcional que brinca com a possibilidade especulativa de um mundo que nos interesse.

Contar histórias que circulam em espaços comuns – paradas de ônibus, floriculturas, portarias de prédios, casas – é uma prática que pode ser esvaziada de encantamento. Encantamento em muitos sentidos, uma vez que há algo de pouquíssimo extraordinário na usualidade dos dias. Esse pouco extraordinário, muito repetitivo e sequencial, é um dos tons da vida presentificados e radicalizados na pandemia que atravessamos na atualidade. E esse tom afeta a produção científica, os ânimos de escrita, a invenção, a criação: a morte é um assunto cotidiano, antes dizíamos; e é mesmo, o que causa um efeito mortificador na vida, um apagamento narrativo, um outro tipo de silenciamento. Este é um outro assunto, é verdade, mas parte dele se faz presente quando nos interessamos pelo que acontece nos espaços domésticos.

Esse lugar, eventualmente protetivo, eventualmente teorizado, eventualmente interessante, eventualmente banalizado – casa, apartamento, espaço – é tema das histórias da produção em ficção científica de Ursula K. Le Guin (2020). As histórias que ela conta questionam o extraordinário e o interessante ao perguntarem acerca da história do mundo que podemos contar: se homens foram marcados historicamente como os que fizeram atos heroicos, épicos, importantes, interessantes – como a caça de um enorme mamute, mesmo que seja por sua única vontade, em vez de estratégia econômica e de sobrevivência –, as mulheres foram sendo lembradas e esquecidas como aquelas que em casa ficavam. Essa narrativa em torno do doméstico e do “feminino” não é informada em bases históricas consistentes, mulheres sempre proveram. O que ainda, nessa narrativa, apresenta uma inconsistência: já podemos dizer, sem maiores explicações ou referências, as mulheres sempre caçaram. Além dos animais menores como peixes e aves, elas coletaram, criaram ferramentas, carregavam (LE GUIN, 2020).

Tomando essa última expressão como propulsora, Le Guin nos apresenta uma ferramenta narrativa que chama de *carrier-bag of storytelling* – e, certamente, traduzimos: a teoria da bolsa na contação de histórias. Apresenta a criação de um artefato histórico importante, diferente de lanças e de objetos pontiagudos utilizados para matar animais: a sacola. Inventou-se um objeto que pode ser usado para carregar alimentos e o que mais ela puder sustentar. Ela

sustenta: mesmo que a humanidade seja contada por meio de atos épicos e extraordinários, a principal fonte de alimentação que garantiu a vida da espécie humana é composta por frutas e por sementes coletadas por mulheres que carregavam consigo essas espécies de bolsas, de sacolas.

A criação de objetos técnicos que envolvem cuidado e manutenção da vida humana e não-humana nos interessa no escopo da pesquisa, bem como muito nos interessa a ideia de que a contação da história do mundo abre novas formas de percebermos nossos entornos. Le Guin (2002) instrumentaliza as percepções de mundo através dessa ferramenta da sacola da contação de histórias na ficção científica, ela diz: não é fácil contar uma história emocionante sobre como se retira a casca de uma aveia, ainda que não seja impossível. Nessa impossibilidade, aqui estamos, na tentativa de contar uma história – e ela precisa ser emocionante? – sobre o cuidado de crianças e a gestão doméstica na pandemia causada pelo novo coronavírus. Se essa história que contamos precisa ser emocionante, não sabemos, mas que ela é um condensado de emocionalidades e atenções diferentes, que contam cotidianos e invenções estratégicas que envolvem vida, morte e sobrevivência, sabemos.

As percepções de mundo e as histórias são questões a muitos campos de saber. A ficção científica de Ursula Le Guin é uma das invenções com que a dissertação se relaciona. É uma questão relacional: o que consta na sacola, na caixa, no envelope, na nuvem! da dissertação aproxima diferentes modos de conhecer. Narra histórias daquilo que encontramos nos bolsos, nas bolsas, nas sacolas, nas mochilas, nos tecidos amarrados como slings. São histórias que narram múltiplas formas de experimentar a vida humana em relação com o mundo e demais seres e que incluem as invenções cuidadosas nos detalhes das casas.

As ideias de maternidades, de redes e de cuidados estarão em processo de dessencialização, prática fundamental para a pesquisa situada e para a pesquisa em psicologia social, por meio da objetividade feminista na produção científica (Haraway, 1988/2009) e da desnaturalização⁹ de todo e qualquer fenômeno (Silva, 2004). Como forma de trabalhar com histórias, as discussões teóricas são escritas aos poucos: a partir de leitura, de interpretação e

⁹ Aqui mantivemos o uso do termo desnaturalizar em relação à proposta da autora Rosane Neves de Silva. Cabe situarmos, entretanto, que a perspectiva em que caminha a pesquisa é de não oposição dos termos natureza e cultura, de forma que nada na natureza seria dotado de valor intrínseco. Ou seja, não seria necessário desnaturalizar, visto que a natureza em si é bastante dinâmica, mas sim desessencializar atributos dados *a priori*.

de experimentação de uma pesquisadora que, em um contexto de produção acadêmica jamais imaginado, assume a atualidade como forma de relançar questões para o campo das afecções. São três capítulos entremeados às histórias que a pesquisa produziu. O primeiro, uma abertura/introdução que situa o campo da pesquisa; o segundo, um relato metodológico, seguido de histórias sobre política, economia e ecologia dos cuidados e pandemia, focalizado em conceituações feministas acerca do cuidado enquanto campo teórico; o terceiro e último, pistas sobre uma consideração feminista para gramáticas acerca do cuidado e das maternidades, contando a história da pesquisa em articulação com os conceitos trazidos.

Com as mais múltiplas vozes, acadêmicas ou não, que consigo escutar, considero a pesquisa um território híbrido, múltiplo, dispersivo. Muitas vozes, a de bell hooks (2017) ensina-aprende sobre o lugar da experiência na concepção da voz, da fala, do pensamento; a de Donna Haraway (1988/2009), ironiza com um mesmo inimigo comum – a produção discursiva hegemônica e ficcional do branco masculino ocidental –, convidando, assim, a uma objetividade feminista. Convido, portanto, a leitura que considera a hibridez, a fronteira e inclusive alguma mistura de pressupostos teóricos, desde que localizada. De blocos monolíticos e hegemônicos, basta o que ainda predomina e insiste na produção atuada como fosse universal. Não construiremos um novo bloco supostamente coerente, mas sim uma leitura atenta de diferentes posicionalidades e pontos de vista na tentativa da construção de uma problematização.

Ciborgues, chicanas, mestiças, babás, performers, híbridas, mães-pretas, mucamas, vizinhas, mães-solo, homens grávidos, mães sem útero, não-mães, as que cuidam e os que cuidam também. Já disse Maggie Nelson, em 2017, lá no contexto dela, estadunidense, que a maternidade é uma experiência queer. Ou cu, né, alguns traduzem aqui no sul dos trópicos. Que seja mesmo. Seja com Donna Haraway, seja com María Lugones, seja com Gloria Anzaldúa, seja com Judith Butler, seja com Lélia Gonzalez, seja com Paul Preciado. Estamos a muitas mãos.

Essas mãos estão cada uma delas ocupadas de diferentes trabalhos, ocupações, afazeres. Conteí há pouco uma longa história de como passei a usar as minhas, acompanhada de tantas outras, para a produção desta dissertação. A minha escuta também se ativa. É bem verdade que também trabalho como clínica, e minha relação com a pesquisa se dá por meio de uma forma de estar no mundo que considera a conversa como um modo de habitar a produção de

conhecimento. Uma produção científica das paradas de ônibus, sempre gostei de pensar nessa metáfora. Não tenho precisado pegar ônibus – o quanto isso diz de mim? – e também não tenho saído muito de dentro do apartamento que habito; e foi assim que me deparei com diferentes histórias. Faço esse último prólogo a fim de apresentar uma das histórias produzidas no escopo da pesquisa, já com o aviso de que eventualmente algumas histórias são contadas durante os temas que a pesquisa se propôs a discutir.

1.4.1 UM: É-RI-CA: sílabas, alfabetização e distanciamento social

Eu andava num prédio e noutra vez fui em uma floricultura, a postos de estar no mundo em raros momentos de saída de casa durante a longa pandemia, era cerca de junho de 2021. É numa dessas que conheço ela, quem aqui na escrita não tem um nome, que conta que já trabalha há muito tempo, desde mais nova, mesmo que agora esteja na casa dos 20 anos. É uma mulher lésbica; a ela, isso faz da coisa um pouco diferente porque mesmo tendo quisto engravidar, e escolhido alguém pra fazer “a doação” – me diz ela, dando risada – as pessoas não entendem tão bem por que ela não adotou. Não quis. Ela sabe que mãe pode ser adotiva, de criação, biológica, de vizinhança... mas dessa vez, foi desse jeito. Há anos queria gestar, parir. Como foi que descobriu isso? Ela conta da vontade de passar pela experiência que percebeu em outras mulheres que conhecia há anos, mas também parecia que não tinha resposta à pergunta. Sabia que era possível fazer isso sendo mulher e lésbica. Pronto. Me diz que tem privilégios porque sabe que outras mães não têm conseguido emprego e rede de cuidado às crianças – e a si mesmas. Ela é direta. Vai direto ao ponto. Sempre gostei de conversar com quem fala assim, em qualquer lugar.

Ela trabalha num prédio no Centro de Porto Alegre, na portaria e na limpeza e no cuidado das coisas em volta. Faz várias coisas. A filha dela se chama Érica e vive aquele momento da alfabetização. Longe das salas de aula físicas e também sem estar perto da possibilidade de um acompanhamento online. Mas como tu tem feito? – pergunto. E ela me diz: a rede de cuidado da menina se faz com a ajuda da avó dela, e com uma pessoa de uma creche que pago pra passar um turno na casa dela. Tenho medo da relação de confiança com essa pessoa, já escutei cada história... mas parece que tudo está bem, elas se dão bem. Érica tem 5 anos. Mesmo passando várias horas fora de casa, sabe que tem ajuda. Érica, às vezes, quando é

necessário, fica numa salinha lá no trabalho da mãe, por isso ela diz que quando voltar a possibilidade da escola presencial, vai mandar a menina ir mesmo com risco de contaminação por COVID-19. Ela já tem que vir de ônibus até aqui e esperar e tudo mais.

É muita preocupação, mas a menina já tem que circular de toda forma pra eu poder trabalhar. Érica sabe que tem muita habilidade em fazer algumas coisas ao mesmo tempo, e tem vivido um bom momento com a filha – não brigam tanto. Tá cansada, ela me diz. Mas sabe que as coisas vão passar... diz que tem um trabalho, que é preciso considerar isso.

Érica, esses dias, disse a ela assim: Mãe, no meu nome, separa as sílabas desse jeito ó: É-ri-ca = acontece que o É sempre fica sozinho na sílaba. O Ri e o Ca ficam juntos. A mãe deu risada e também ficou meio pensativa, mas percebeu que a menina está aprendendo a ler e a escrever.

A gente se despede e saio pelas ruas pensando que o cotidiano é muito no fazer de uma pesquisa. Ainda não sabia se escreveria algo desse encontro, menos intencional do que os que vêm logo mais adiante. Mas essa história é a primeira que vou contar à participante da pesquisa que – naquele momento – eu ainda não sabia quem era, mas que em julho de 2021 eu descobriria.

–

Cabe aqui uma digressão que é um convite à troca de histórias. Dessa vez por meio dos números. Essa história é UM. No decorrer da dissertação, as histórias, escritas aos poucos, não estão na ordem que foram contadas, mas sim mais próximas das discussões teóricas que dialogam com elas. Por isso, as numerações. A próxima participante que escutou a história um está na página 81, mas torço para que considerem que a cronologia não é tão importante. As histórias subdivididas entre UM e SEIS são contadas em notícias, com algumas das questões que vieram junto com as coisas ditas, mas a dimensão da afetação e da presença da pesquisadora no decorrer da pesquisa-intervenção se tornará mais evidente no terceiro capítulo. Essa história de como se deu a pesquisa de campo é contada aos poucos nos 3 capítulos presentes. Continuemos.

2 Por uma Produção de Mundos Interdependentes

A produção narrativa que inventa mundos possíveis nos interessa. É assim que esta pesquisa se dedica a uma espécie de relicário¹⁰: são histórias produzidas, guardadas, registradas no escopo de uma pandemia, que torna nosso chão como se fosse movediço. Em meio a uma instabilidade que dificulta ainda mais a produção de novos mundos, buscamos histórias que contassem vidas acontecendo e que fossem disparadoras de discussões situadas e cuidadosas em torno de como a habitação das casas tem se feito possível na intersecção com o cuidado de crianças. Esse capítulo narra uma história acerca de leituras sobre cuidado, articuladas a estudos que criticam a matriz colonial-moderna de pensamento, como forma de pensarmos a situação do cuidado no Brasil atravessado pelo fenômeno pandêmico. Esse não é um fim em si mesmo, mas um caminho: os entendimentos das muitas formas de cuidado no presente momento podem desvelar problemáticas antigas e extensas que são exageradas – intensificadas – durante a pandemia, de modo que esse “exagerar para evidenciar” pode ser estratégico como forma de colocar novas perguntas para a discussão em torno da responsabilização do cuidado, da individualização da vida e de possíveis relações interdependentes.

2.1 Figuração, telefone sem fio e invenções em campo: um relato metodológico

“Contar histórias é uma das maneiras que temos para começar o processo de construção de comunidade [...]” (hooks, 2020/2010, p. 89).

Nesse momento nos ocupamos de uma narrativa acerca da metodologia e da contação de histórias. Aqui contamos acerca da produção de redes teóricas e também abrimos espaço para a invenção em uma pesquisa de campo online na duração de uma experiência de distanciamento social relativo. Além de situarmos as estratégias acionadas, esta seção explicita um movimento feito para a possibilidade de uma pesquisa de campo online durante a pandemia a fim de discutir, justamente, os efeitos do distanciamento social relativo às histórias possíveis acerca do cuidado de crianças nos últimos tantos meses. A relação que a pesquisa estabelece

¹⁰ Débora Diniz trabalhou durante longos meses pandêmicos a construção do que cunhou por relicário. Somos inspiradas nessa produção, narrativa, afetiva e disruptiva. Ver mais em: <https://www.instagram.com/reliquia.rum/>.

com o campo é específica: consideramos a coprodução entre pesquisadora e campo, de modo que não há um campo de pesquisa *a priori*, ou seja, que exista previamente ao encontro. Isso se dá considerando a relação entre pesquisadora e o campo de afecções que compõem o território, de modo que as participantes da pesquisa se tornam contadoras e escutadoras de histórias que tramam a rede que contaremos a seguir. Nesta perspectiva, não há percepções descorporificadas, de modo que as dicotomias sujeito e objeto, pesquisadora e pesquisada não fazem parte do modo de estar em campo a que nos propomos. A vontade de produzir um ato de contar histórias também se baseia nas orientações e nas possibilidades da pesquisa-intervenção, de modo que esta é a principal ferramenta para a presente dissertação. Assim, pesquisa-intervenção é uma prática metodológica que possibilita a construção de espaços de problematização coletiva. Nessa direção, trata-se de uma forma de pesquisa que discorda de lógicas positivistas de operação científica, porquanto propõe a ampliação de bases teórico-metodológicas que preconizam transformações em realidades sócio-políticas, visto que intervém na experiência social (Rocha & Aguiar, 2003).

Partindo de pressupostos epistemológicos múltiplos, iremos nos situar metodologicamente a partir da pesquisa-intervenção, para a qual a noção de sujeito ultrapassa a ideia de um eu unitário e percebe lógicas plurais e heterogêneas de mundo que rompem com cisões forjadas na Modernidade – pontos nos quais voltaremos na próxima seção. Ainda em Marisa Rocha e Katia Aguiar (2003), a ruptura com esse modo de pensamento investe na criação de novas referências e estratégias, de modo que a subjetividade é composta de diferentes determinações e a consciência é sempre parcial. Dessa forma, o conhecimento é sempre parcial. Ainda na perspectiva da pesquisa-intervenção e no diálogo com as mesmas autoras, direciona-se o questionamento à suposta neutralidade de qualquer pesquisador/a, de forma a se perceber a co-constituição entre sujeito e objeto, de modo que são ressaltadas as análises de implicação e os vínculos afetivos em torno do campo (Rocha & Aguiar, 2003).

Como uma prática que objetiva a desessencialização, a pesquisa-intervenção coloca em questionamento os efeitos de materialidades cotidianas, considerando que existem instituições imprimindo forças sobre e constituindo experiências. O que, no escopo da pesquisa, envolve as materialidades cotidianas e discursivas sobre a maternidade. De forma que apostamos metodologicamente na desconstrução de territórios engessados, visando a criação de novas práticas, inventivas, coletivas – que podem favorecer produções cooperativas através de ações

críticas e implicativas (Rocha & Aguiar, 2003). Associamos a pesquisa-intervenção aos estudos feministas, visto que essas práticas coletivas, criativas e ampliadas são parte de ambos os projetos, e, nesta pesquisa, é como questionamos a individualização dos cuidados, a consequente desvalorização e a frequente marginalização de questões centrais às maternidades.

Compondo o escopo de uma pesquisa-intervenção, considera-se as Oficinas como ferramenta que importa para a produção de novos sistemas narrativos. Por meio delas, potencializa-se tessituras de redes de conversações escritas (Demoly, 2011), de modo que a produção de uma narrativa que acontece a partir do encontro com participantes intenta uma composição entre diferentes falas e diferentes experiências. Estas, através da articulação escrita, são grupalizadas por meio do ato de escrita que envolve a dissertação. Consideramos que o oficiar, em suas diversas proposições languageiras – seja ou não em grupo, seja ou não em presença física, seja ou não escrita –, amplia gramáticas e modos de contar histórias. Concordamos com a proposição de Graziela Lopes e Cleci Maraschin (2011) de que as diversas formas de inventar oficinas ampliam repertórios de coordenações de ações e que, desse modo, possibilitam a emergência de outras linguagens. Trata-se, portanto, da proposição de um espaço-intervenção que possibilite a troca. Inicialmente, esta pesquisa previa atividade síncrona e online em pequenos grupos para que se produzisse o oficiar. Dadas as condições de distanciamento percebemos também a demanda que a própria pesquisa poderia produzir às participantes, pessoas envolvidas e já demandadas para o cuidado. Circulando essas ponderações, percebemos-nos diante de uma produção que envolvia mais intimamente as figurações propostas por Donna Haraway, bem como a prática de contação de histórias entre participantes para a produção do que chamaremos *Oficina de Um a Um*.

As figurações propostas por Donna Haraway (1997, p. 11) são “imagens performáticas que podemos habitar” - o que também podemos entender como situações que evocam problemáticas e que são criadas para produzir disrupções. Estas disrupções são articuladas a novas possibilidades de mundo: “Figuração é rearrumar o palco para possíveis passados e futuros” (HARAWAY, 1992, p. 277). Uma figuração é comprometida em suspeitar, implicar e aprender em encontro com gramáticas plurais, evidenciando a recusa de fundações transcendentais (Haraway, 1997), ou seja, são comprometidas com a presença e com a não-neutralidade, inventando e recriando sistemas narrativos. A proposição das figurações também se alia a epistemologias feministas, sendo que para Haraway os pontos de vista feministas têm

de estar além do apontamento da contingência, ou seja, além de apontar as construções sociais acerca das categorias engessadas que têm permeado nossas existências; eles devem insistir em novas formas de explicar o mundo (Haraway, 1988/2009). Seguimos com ela nesse interesse feminista que busca criticidade na reflexão em relação às nossas próprias práticas e às possíveis práticas de dominação de alguém em relação às “partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm” (HARAWAY, 1988/2009, p. 15). A autora propõe, portanto, uma objetividade que não é inocente, por meio da corporificação de toda visão e da parcialidade, além da recusa à separação entre sujeito e objeto. Ainda com Haraway (1992) percebemos que é justamente pela possibilidade de um ‘eu’ e de um ‘nós’ que não são idênticos a si mesmos que se pode especular esperanças de conectividade e de ligação. Essas noções são fundamentais para uma possível contação de histórias.

Nesse contexto, importa pensar esse processo de criação de histórias a partir do que Donna Haraway (2016) chama de SF, sigla esta que pode ser atribuída a termos como *string figures*, *speculative fabulation*, *science fiction*, *speculative feminism*, *science fact*¹¹, *so far* – ou seja, entre outros ainda. Fatos científicos e fabulação especulativa necessitam um do outro, ao passo que ambos precisam do feminismo especulativo (Haraway, 2016), de forma que todas essas noções SF são relacionadas. Haraway utiliza o termo *String Figure*, que corresponde ao jogo de cama de gato em português, e o intitula como uma forma de história cuja proposta é de atuar padrões que as/os participantes possam habitar, de alguma forma, uma Terra que se encontra vulnerável e danificada. A autora parte de uma ideia de que em um mundo danificado, é necessária a construção de invenções criativas e florescentes.

Assim, interessa a ela contar histórias que estejam comprometidas não com reconciliações ou restaurações, mas com possibilidades de recuperações parciais, e contadas de forma conjunta. De forma que, assim, evoca a ideia de “permanecer com o problema” (*Staying with the trouble*, 2016) como forma de conviver com as problemáticas que habitamos. Afirma que percebe “histórias reais” também como fabulações especulativas e como realismos especulativos. No jogo da cama de gato, esses padrões são passados de “mão em mão” e novas

11 “Cama de gato, fabulações especulativas, ficção científica, fato científico” (tradução livre). Temos habitado a intenção de não usarmos os termos em inglês no escopo do texto por entendermos necessária uma política interessante de tradução e de acesso. Nesse jogo de palavras proposto pela autora, entretanto, entendemos mais estratégico apresentar a versão em inglês a fim de preservação de sentido.

figuras são formadas, ou seja, novas formas de criar mundos e contar essa história são tramadas. Cama de gato, ou *string figure* – podemos chamar também de figura de cordas – é um jogo que passa fios ou cordões de mão em mão e que se atualiza a cada passagem, formando novas figuras ou padrões. É também para a autora um método de rastreamento em que importa o processo, a continuidade. Trata-se de um passar e receber, de um fazer e desfazer, pegando e soltando as cordas, com responsabilidade pelo padrão que recebemos e também por aquele novo que deixamos se criar em nossas mãos. Nesse processo de dar e de receber padrões, soltando tópicos e falhando, mas eventualmente encontrando algo que funciona, algo novo, talvez bonito, que não estivesse ali antes: algo que se produz nesse passar. É um jogo que pode ser jogado por muitos, desde que o ritmo de aceitar e oferecer seja sustentado; um jogo muito antigo que acontece e aconteceu de diferentes formas, em diferentes localidades (Haraway, 2016). É um jogo arriscado de criação de mundos e de histórias – o que é articulado a permanecer no problema (Haraway, 2016).

As histórias que escrevemos no decurso da dissertação foram passadas de mão em mão, de forma que a cada atualização da contação algo se modifica, é balanceado. De tantas formas do contexto geográfico e temporal que habitamos, contamos histórias em um território problemático. A vivência na Terra dispara necessidades de habitar problemas e, em termos de cuidado e de coletividade, habitar problemas de novas maneiras é uma questão ainda mais urgente no decurso de uma pandemia. Vivemos em uma Terra danificada, para acolher o termo que Haraway (2016) escolhe. Nela, especular e imaginar de forma a nos mantermos no problema é justamente estarmos radicalmente habitando o presente. É assim que nos aproximamos da contação de histórias.

Desde a carta que deu as boas vindas a quem pausa para a leitura do texto, as histórias – lidas como pessoais, íntimas, autobiográficas ou que fazem relato – são parte da construção da ideia que nos trouxe a esse encontro. É uma relação das histórias com a produção de conhecimento, que também nos traz a algumas pistas oferecidas por bell hooks (2020/2010). Em *Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática*, a autora defende o lugar das histórias pessoais para a estruturação de um argumento, contando que é grata por ter descoberto que o que foi chamado ciência dura ou dados científicos eram também histórias e interpretações de dados e de fatos (hooks, 2020/2010). Em diálogo possível com diferentes autoras com quem conversa a pesquisa, como Donna Haraway no conceito de objetividade feminista, essa noção

acerca das histórias se torna ferramenta analítica e discursiva que nos instrumentaliza: partimos do ponto de vista, da perspectiva situada, relacionado inclusive à política de escrita. Na importante companhia de bell hooks (2017) também encontramos articulação entre escrita e transmissão, visto que, para ela, a língua, assim como o desejo, rebenta, é disruptiva, está além de fronteiras, fala a si mesma – até contra a vontade de quem diz. Também a autora critica o pensamento metafísico ocidentalizado que privilegia as ideias à linguagem. Como forma de questionar as cisões entre mente e corpo, ainda mais a sujeitos marginalizados, o resgate acontece também através de formas de contar histórias corporificadas, fazendo das palavras articuladas uma fala contra-hegemônica (hooks, 2017). Uma das intenções que envolve este texto é que possa ser lido, questionado, que estabeleça diálogo. É, em si, a produção de uma história que não se quer única ou totalizante, visto que o uso do lugar acadêmico é também uma ferramenta de poder. De forma que trazer “linguagens estéticas” (OLIVEIRA, 2014, p. 197) para a discussão no campo das maternidades e dos cuidados é um modo de aproximar e de construir formas de uso da linguagem que estejam juntos com quem seguiremos conversando. A presença da contação de histórias também se dá na assunção de que “fricção de teorias-outras com a psicologia serve para desmanchar fronteiras e territórios cristalizados” (OLIVEIRA, 2017, p. 381).

É importante a memória do *ted talk* – tornado livro (*O perigo de uma história única*, 2019) – que proferiu Chimamanda Ngozi Adichie no ano de 2020. A multiplicidade narrativa que é encontrada por meio de sua fala é uma das molas que impulsionam o lugar da contação de histórias para a invenção de novos sistemas-mundo, que faz da contação de histórias também uma estratégia metodológica. Chimamanda conta sobre como começou a escrever, com sete anos, moradora da Nigéria: lia muitos livros e escrevia histórias sobre estar na neve e sobre comer maçãs. Escrevia sobre personagens brancos e de olhos azuis, evidentemente inspirada nos livros de autoria estadunidense e talvez de alguns lugares do continente europeu. Tratava-se de uma história única sobre a infância que só encontrou rupturas, para a autora, quando conheceu a literatura africana. Nesse mesmo *ted talk*, ela defende a ideia de que poder é a habilidade não somente de contar a história de outra pessoa, mas de torná-la a história definitiva daquela pessoa e que esse modo de repetir uma mesma história como se utilizasse a verdade é uma forma de simplificar as narrativas do mundo. Prática que coopta a complexidade de afetos existentes em uma narrativa (Adichie, 2020). Através da contação, ela leva consigo e espalha

adiante uma das formas de lidar com a ideia de localização do conhecimento, ponto de vista, e o lugar da narrativa do mundo unicamente a partir de um grupo de vozes. Por grupo de vozes, sim, a voz única colonizadora de tantos sujeitos que, além de tantas heranças materiais, recebem o megafone da contação da história da vida, do mundo, das relações. Bruna Battistelli e Luciana Rodrigues (2021, p. 158) escrevem, em diálogo com Chimamanda, sobre a necessidade de alargarmos o campo das histórias contadas, de forma que possamos acolher diferentes versões que ofereçam novas perspectivas. Assim, alcançamos diferentes leituras de sujeitas/os, nós mesmas/os e do mundo, que rompam com estereótipos que conformam análises “obedientes a uma lógica colonial – essa que hierarquiza os mais ou menos humanos e, portanto, aqueles que merecem cuidado [...]”, daqueles que não.

A contação de histórias é um dispositivo híbrido que oferece possibilidades de construção de um projeto societário narrado a múltiplas vozes e a múltiplos corpos. Que histórias contamos informa em que mundo queremos viver. Elas tanto podem endossar normatividades e repetições de formas de vida quanto podem balançar sistemas de pensamento. O ato de contar histórias nunca é inocente (Oliveira; Rocha, 2016). Nessa proposição, buscamos a proximidade com teorias que questionam o binarismo hierarquizante intrínseco ao pensamento moderno-colonial, produzindo questões quanto às figuras que normatizam, sacralizam, romantizam, individualizam, privatizam a experiência de ser mãe – mãe preta, mãe lésbica, mãe ciborgue, mãe adotiva, mãe parente.

Tomamos essa não-inocência na radicalidade. Donna Haraway (1995; 2019/1985), em *Saberes Localizados* e em *Manifesto Ciborgue* questiona a suposta inocência da neutralidade em diferentes perspectivas. Acompanhadas pelo pensamento dela e de bell hooks (2020/2010), mesmo que trabalhemos com histórias, não o fazemos por buscar uma experiência pura, a verdade ou uma “autoridade da experiência”, mas a complexidade da objetividade feminista e dos saberes situados. Haraway (2019/1985) critica a suposta neutralidade no olhar do observador científico e afirma que toda perspectiva é parcial; afirma que a objetividade do ponto de vista é uma forma de afirmar o feminismo no paradigma científico. Como pontos de partida, as ferramentas utilizadas incluem perspectiva feminista que produz perguntas que interseccionam diferentes categorias analíticas e que consideram a territorialidade e a modernidade-colonialidade como eixos estruturantes da problemática em torno do cuidado. Outra das ferramentas na contação de história é um ato de colocar-se em cena – quem escuta e

escreve –, pois percebemos a formação da rede de histórias que é o próprio ato de se propor a pesquisar.

Estar em cena é perceber a participação. As histórias contadas no decorrer da pesquisa são produções que aconteceram através de um jogo de troca de histórias, em que a pessoa mais presente era, justamente, a pesquisadora. Em cena, também, ferramentas da psicologia social que fundamentam a disrupção de modelos únicos de habitar o mundo e as relações. A aposta é de contribuir também com uma psicologia inventiva, que brinque, que imagine, que construa, que promova processos de subjetivação que contem com a transitividade e a instabilidade das identidades (Oliveira; Rocha, 2016 *apud* Peres, 2013). Se cada história e cada palavra são polifônicas e contextuais, narrar e contar são processos intercambiáveis que evidenciam a temporalidade do mundo (Oliveira; Rocha, 2016). Acompanhando as palavras de Érika de Oliveira e Késia Rocha (2016, p.101),

[...] é preciso encontrar estratégias para abrir portas, adentrar e habitar os espaços nos quais encontram-se possíveis escutadoras(es) de histórias, na tentativa de desajustar tal maquinaria. É um modo de não permitir que histórias definitivas sobre nós – sobre nosso gênero, nossa sexualidade, nossa raça, nossa etnia, nossa classe social – sejam reproduzidas. É uma forma de deixar com que as histórias saiam de nossas próprias bocas e que usemos nossa própria voz para nos responsabilizar pelas versões que escolhemos para mostrá-las às(aos) demais.

O modo como buscamos contar as histórias, à dissertação e às mulheres mães com quem conversamos no escopo da pesquisa perpassam a intencionalidade de produzir quebras de paradigmas em uma prática que se tentou cuidadosa no ato de estar em campo. Essa perspectiva considera que o jogo de troca de histórias se produz como uma cama de gato, enquanto possibilitador de um ato de contar e de escutar: de alguma forma abre-se um campo inventivo, seja para quem conta a história, seja para quem escuta uma outra, com responsabilidade, em receber e compartilhar padrões.

Na perspectiva da troca de histórias consolida-se a proposição de uma Oficina que se dá no ‘uma a uma’ ou, em outras pesquisas, no ‘um a um’. Uma invenção contingencial e parcial que se faz estratégia metodológica e que se vale das SF, da pesquisa-intervenção e da contação de histórias para a produção de uma rede de histórias que são escutadas, escritas, tramadas no encontro e no entre-encontro. Entre-encontros que jogam com a contação, de modo que a oficina busca liberdades narrativas e possibilita exercícios de disrupção e de encontro com

diferentes histórias. Há múltiplas formas de contar, como por meio da história de alguém, ou do relato de um único dia, ou de uma memória já difusa e recriada a partir da fala. A oficina não buscou conduzir ao ensino ou à apreensão de conceitos, nem mesmo perguntou se há um modo mais adequado de contar uma história. Não buscou a transmissão de códigos previamente definidos, de modo que as “regras” da cama de gato são radicalmente livres. As participantes, nessa metodologia que produzimos e que utilizamos, são tornadas coprodutoras da pesquisa; ou seja, trata-se de uma metodologia colaborativa em que as histórias passadas entre mãos são matéria-prima de toda invenção subsequente.

Desde os primeiros momentos da pesquisa, algumas questões nos acompanharam acerca de **como** se aproximar **online**. Entre elas, a vontade de habitar o campo e de escrever de forma que a dimensão dos encontros que aconteceram nesse caminho ficassem perceptíveis, evidentes. Pois bem, desde então, com as radicais transformações no cenário possível de atuação enquanto pesquisadora, muita coisa sofreu alteração. Numa dessas alterações foi que percebi que carregava em rede a dimensão da contação de histórias. Muitas vezes, a roleta-russa e as dimensões de tempo, espaço e oscilação se fizeram desafios à possibilidade da vida, tanto em termos literais – sobreviver é um desafio constante diante da articulação Vírus-Bolsonaro – quanto em termos metafóricos – estar no mundo e produzir redes é insistir em vida. A criação intrínseca ao processo de pesquisar encontra obstáculos que fazem parte do que é problema à pesquisa. Por outro lado, pensar futuros e uma vida que podemos especular é um desafio imaginativo enrijecido, muitas caminhadas são necessárias. Ainda na composição do campo problemático, tendo como uma primeira questão as maternidades anteriormente ao advento da pandemia, já nos víamos na intenção de perceber a fluidez do campo no encontro com o cotidiano. A pesquisa que compõe formas de caminhar pela cidade, pelas redes, pelas paradas de ônibus..., há tempos ela se faz importante. Eu percebi há muito tempo, como escrevi na carta que inicialmente enderecei, mas também percebi na pesquisa a importância de considerar as sutilezas dos movimentos cotidianos e perceber a formação de políticas públicas que deles sucedem.

A radicalidade da pandemia causada pelo novo coronavírus trouxe um estouro à questão do cuidado. A necessidade do isolamento em casa para alcançar alguma medida de proteção diante de um vírus sobre o qual pouco se sabia tornou o enquadre residencial o único para muitas pessoas. Nem todas, sabemos. Cada uma que não pôde “ficar em casa” esteve exposta muito

mais vezes à infecção, à morte; cada uma que se viu distanciada fisicamente das escolas infantis e das creches precisou propor uma rede informal para o cuidado de crianças. As redes **informais** existem, sempre existiram. Mas a cada vez que alguém necessitou dessa rede, a fim de garantir a subsistência da vida, aproximou-se de um risco de contaminação e de morte. Foi inundadas desses pensamentos que traçamos um primeiro contato com o campo. E assim contamos os **procedimentos** ou, dito de outro modo, uma narrativa acerca de que histórias forjam o problema de pesquisa ao qual nos propomos, e como o habitamos nos últimos tempos.

Foi no início de outubro de 2020 uma das primeiras vezes que saí do apartamento onde moro, que não fosse na intenção de ir ao supermercado ou coisas afins. Era sexta-feira, sol, centro de Porto Alegre e eu passaria a tarde envolvida na mudança de apartamento de um amigo. Mas me encontro de verdade com a pessoa que me recebe, uma mulher que parece trabalhar tanto na limpeza quanto na portaria deste prédio onde meu amigo foi morar. Uma das várias vezes em que passei por ela naquela sexta, ela, de cima de uma escada, me diz que “Ele” ainda não disse nada com nada.

Eu realmente gosto muito do cotidiano e procuro as conversas que posso ter por aí. Pergunto sobre o que ela fala quando puxa essa conversa.

Ele fala fala e não diz nada com nada sobre abrir as coisas de novo. Ela – e escrevo com alguma tristeza que não lembro seu nome – me conta uma história sobre ter uma filha de três anos e sobre o anseio de que o prefeito da cidade posicionasse a abertura das creches, notícias essas que escutava no rádio enquanto limpava algo mais no alto. E como tu tem feito enquanto isso?, eu pergunto a ela, ou algo que se parece com isso¹². Um turno ela fica comigo porque só venho pra cá às duas, um turno ela fica com uma menina lá da creche dela que pago pra ficar lá em casa, aí depois que minha mãe sai do trabalho fica outro turno e depois às dez eu chego e fico com ela. Uma história sobre cuidado de crianças na pandemia e, mais que isso, uma forma de contar a história do cuidado de uma criança na perspectiva de uma pessoa ocupada desse vocábulo mãe. Disse a ela que pesquisava esse jogo de inventar formas de cuidado e que a

12 Percorremos a habitação de uma conversa: é algo que aconteceu no cotidiano e, mesmo feito intencionalmente, guarda alguma dimensão de improviso. Não se tratou de uma conversa agendada ou mesmo gravada, de maneira que as exatas palavras usadas - como se elas dissessem “a verdade” do acontecido - já não mais poderiam ser contadas. É um exercício de memória, de registro e também de ficção.

conversa que tínhamos ali era muito importante. Mesmo depois de um ano dessa conversa, a presencialidade das creches públicas ou conveniadas de Porto Alegre ainda não havia retornado.

Caminhar na rua, entrar num prédio, conversar com pessoas que antes não conhecia. Essas práticas me aproximam de uma possibilidade de estar pesquisando, de perceber afetos no campo. Quando conversei com ela, já me detinha à questão da formação de rede para o cuidado de crianças durante a pandemia, que, confesso, naquele momento, eu ainda pensava que duraria menos do que até agora (já é setembro de 2021 no atual momento da escrita). O que eu ainda não percebia era a posição de escutadora de histórias e de contadora de histórias e a vontade de seguir em jogo, na brincadeira de seguir contando, de fazer histórias durarem. Coisa que acontece enquanto contamos histórias na pesquisa, e que costura práticas diferentes, da minha atuação como psicóloga – clínica e contadora de histórias – com as da minha atuação como psicóloga pesquisadora. Essa articulação se organiza enquanto um problema de pesquisa que acompanhamos no último ano: com o advento da pandemia no cenário brasileiro, como se atualizam práticas de contar a história do cuidado para mulheres ocupadas do termo mãe, que formam redes para o cuidado de crianças? Assim, a dimensão da troca de histórias aparece como uma possibilidade de seguirmos produzindo online um campo de pesquisa. Em uma metodologia que percebe a situacionalidade que ocupamos e a rota que traçamos como importante aos dados que podemos produzir. Visto que nenhum lugar é neutro, procuramos na entrada do colégio de ensino público que veremos adiante algumas problematizações possíveis.



(foto da fachada de uma escola estadual de ensino público localizada no bairro Bom Fim, na cidade de Porto Alegre, em junho de 2021. A foto mostra uma faixa de pedestre e a entrada da escola que, fechada, exibe uma placa escrita “Escolas fechadas, vidas preservadas”).

Se, por um lado, àquela mulher era necessária a abertura das creches, a fim de seguir uma produção mais possível – e talvez mais segura – da rede de cuidado em torno de sua filha de três anos, aqui vemos outro lado dessa mesma discussão, em que o permanecer em casa significa proteção diante da transmissão do coronavírus. Não intentamos, nessa problematização, opor essas situações, visto que apostamos justamente para as confluências e as coexistências intrínsecas a qualquer campo de pesquisa. De outro modo, o que percebemos no último um ano e meio aponta justamente para uma dicotomização que enrijece as possibilidades de diálogo e de múltipla composição: as mulheres ocupadas da maternidade estiveram expostas à montanha- ou roleta-russa das aberturas e dos fechamentos das escolas e das creches, de modo que toda possibilidade de trabalho e de mobilização urbana são diretamente relacionadas a essas possibilidades de tomada de decisões. Trata-se da franca individualização de questões fundamentalmente coletivas que afetou, inclusive, a produção da pesquisa – visto que, a cada vez que conversamos com quem se ocupa dessa oscilação, os ânimos estão todos em disputa. É importante contar histórias, especular, considerar cenários.

Assim foi que iniciamos a busca por pessoas que topassem um momento de conversa síncrona e online. A troca de histórias foi o principal disparador de um texto convite, que foi enviado a poucas pessoas em uma mensagem no *WhatsApp*. Não havia um direcionamento específico, mas buscávamos pessoas que quisessem – e pudessem – um espaço de contar e de escutar histórias acerca do cuidado de crianças na pandemia. Na proposição de uma pesquisa qualitativa, importava que as pessoas participantes contassem histórias que compusessem um mosaico. No entanto, não a questão não era a quantidade de histórias que a pesquisa escutaria, mesmo que isso signifique também uma limitação acerca da variação de localidades políticas das pessoas participantes.

Em um dia no início de julho de 2021, de uma forma intencional e também um tanto aleatória, divulgamos o texto-convite em poucos grupos do *WhatsApp*, em poucas páginas que têm relação com maternidades e a algumas pessoas próximas à minha rede e à rede do grupo de pesquisa a que a dissertação é vinculada¹³. “Se conhecer alguém que possa topa, inicie o momento de pesquisa de campo” - disse isso a algumas pessoas. Recebi mensagens de pessoas

13 A pesquisa faz parte do Núcleo de Pesquisas em Ecologias e Políticas Cognitivas e, de maneira mais próxima, ao projeto *Oficinando em rede: figurações corporificadas*.

diferentes e agendei com as que consegui no tempo de um mês, considerando a dimensão de que a cada vez que encontrasse alguém, demandaria um intervalo para a produção de uma escrita que seria material para a contação à próxima participante. Para a construção de histórias e de seus enredos, malhas e tramas, alguma ocasionalidade foi também posta em cena, visto que a história contada era produzida a partir da última história que eu havia escutado. A partir de uma intenção de desessencializar o que são cuidados, perguntei coisas como: “como aprendeu essas coisas que sabe?”, “como tem sido inventar uma rede de cuidados?”, “com quem mais tu conta para possibilitar tua vida e da criança?”. É também em decorrência de uma prática em pesquisa, que une a contação de histórias às possibilidades imaginativas e especulativas, que o modelo de conversa nos foi mais interessante do que um modelo de entrevista. Era a intenção escutar o que aquele encontro produziria, mesmo que isso demandasse outros momentos de conversa com as mesmas pessoas.

A pesquisa conta histórias que envolvem as maternidades na relação com raça, com classe, com gênero, com a heterossexualidade e a conjugalidade, bem como com relações de parentesco no sentido harawayano, em que se aproximam as vizinhanças e as múltiplas redes. Também narram sobre mortes, lutos e sobre a possibilidade de encontrar palavras para explicar o que pode estar acontecendo. Conta e escuta também histórias que contaram sobre a abertura e o fechamento das escolas e das creches, sobre separações, dificuldade com pais homens cis. Conta sobre estratégias de inventar possibilidades de cuidar, culpa e preocupação com o desenvolvimento cognitivo de crianças em meio ao distanciamento social. São histórias que contam muitas histórias. Acompanhando o pensamento de Donna Haraway (2016), importa que histórias contamos para que também contemos outras histórias. Importa que histórias fazem mundos e que mundos fazem histórias.

Mesmo entre tantas histórias que dizem por elas mesmas a possibilidade de habitar o campo narrativo com vias a produzir com dissenso, rompendo paradigmas essencializantes na pesquisa-intervenção, muitos conceitos e histórias foram importantes na instrumentalização da pesquisa. Cabe informar que as participantes estiveram de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi obtido através de parecer consubstanciado, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Psicologia da UFRGS. Visto que a proposição da dissertação é uma figuração, ela esteve vinculada ao projeto guarda-chuva intitulado

‘Oficinando em Rede: figurações corporificadas’. Seja nas pesquisas ou em qualquer outro espaço, contar uma história nunca é um ato inocente.

Entendendo a dimensão de extensão presente em um subtítulo metodológico de uma dissertação que envolve contação de histórias, feminismo, pesquisa-intervenção, a proposta é que acompanhemos adiante o que se fez necessário à condução da pesquisa. Em muitas camadas, a contação de histórias pode ser disruptiva, especulativa e inventiva. Se possível, esse caminho se dá no passo das coalizões e do exercício de pensamento crítico diante das tantas estruturas de desigualdade e de hierarquização. A relação maternidades-cuidado-pandemia passa por inúmeras lógicas de subalternização que são informadas por matrizes de pensamento enrijecidas em lógicas colonizadas: essa é uma questão radicalmente presente. É assim que damos seguimento ao texto: para uma contação de histórias e uma figuração inventiva, é preciso que problematizemos as histórias que compõem o território em que vivemos.

2.2 Figuras acerca do cuidado no Brasil

A convivência com o coronavírus por meio da pandemia iniciada em 2020 escancara lógicas de subalternização em um campo estendido que envolve cuidado. Pessoas que trabalham em funções de atendentes em supermercados e em farmácias, trabalhadoras domésticas, babás. Pessoas cuidadoras de idosos/as, de pessoas com deficiências, de crianças. Pessoas que trabalham na chamada linha de frente no enfrentamento ao COVID-19. Existe todo um segmento envolvido com prestação de serviços que forma o que conhecemos por economia dos cuidados e que é radicalmente evidenciado e afetado pelas hierarquizações acerca do trabalho. Essa subalternização é, portanto, escancarada através de lentes atualizadas, mesmo que essa história seja das mais antigas que conseguimos contar na formação brasileira. Nesse território geopolítico vasto, extenso, rico e profundamente marcado pela colonização e pela exploração, a relação que se estabelece com práticas de cuidado atualmente é informada por matrizes de pensamento coloniais-modernas.

Intencionamos a caminhar uma rota que considera a radicalidade de um território para a formação do pensamento. Nessas terras inventadas brasileiras, convidamos a voz de Lélia Gonzalez a uma composição. Com ela, vamos acompanhar formações de pensamentos críticos sobre o território, sobre a linguagem, sobre a constituição desse país. Na base dele, a figura da

mucama constitui uma representação linguística, uma transmissão histórica que as lógicas mais variadas da branquitude tentam negar. Em uma história possível do cuidado, atualizada radicalmente no presente momento, a desvalorização e subjugação – social, econômica e financeira – de quem atua em tais funções, compõem o que vamos conhecer como economia. Pensemos com Lélia Gonzalez (2020/1983) sobre a formação cultural-histórica do país, tendo como premissa que a lógica europeia e branca não compõe a única – ou a principal – matriz de pensamento de sujeitas/os brasileiras/os. A autora afirma a “améfrica ladina” (GONZALEZ, 2020/1988, p. 127) como um modo de habitar o país: num continente com história africana, de muitas origens, a autora assume que todos os brasileiros são “ladino-amefricanos” (GONZALEZ, 2020/1988, p. 127). A proposição analítica de Lélia é trazida aqui com vistas a historicizar perspectivas sobre o cuidado, uma vez que há muitas perspectivas eurocentradas acerca do cuidado, portanto há uma territorialização que nos convida a um pensamento: no Brasil, como entendemos o campo do cuidado e que relação podemos estabelecer com o pensamento moderno-colonial?

Essa pergunta é importante à medida que muitas teorias acerca do cuidado, com as quais trabalhamos, inclusive, são pensadas em outros territórios. O que por um lado é uma forma de habitar fronteiras de um modo mais interessante epistemologicamente, por outro também pode ser uma forma de desconsiderar que toda a ideia de casa, de serviços domésticos, de serviços considerados de base é montada através de figuras específicas. É inclusive uma construção imagética que remonta aos séculos de escravização e à relação de cuidado, de proteção, de amamentação... que mulheres negras estabeleceram com crianças brancas, com mulheres brancas e com toda proposição que relaciona casa, família e trabalho doméstico como hoje conhecemos. Essa noção de ‘figura’ é também presente na obra de bell hooks (1995), que percebe o racismo e o sexismo em atuação conjunta que perpetra uma iconografia representacional da mulher negra. É uma repetição representativa que causa efeitos de normalização em que mulheres negras serviriam aos outros. Enquanto que ‘outros’, nessa frase, remete inclusive aos filhos de mulheres brancas.

Lélia Gonzalez (2020/1983, p. 83) situa a complexidade do cuidado pensado a partir da articulação entre racismo e sexismo, e afirma que é justamente uma mulher negra anônima quem sobrevive na base da prestação de serviços, “segurando a barra familiar praticamente sozinha”. Essa história persiste e a desvalorização econômica, discursiva, material que é tão

insistente nas políticas do cuidado nos pede giros de análise. Lélia traz a temática da língua falada no Brasil, que ela chama “pretuguês” (GONZALEZ, 2020/1988, p. 128), indicando o lugar de transmissão linguística e cultural em que esteve a mulher negra que se ocupou do cuidado de um branco. Conta que coube à mãe preta a africanização do português falado no país e a consequente africanização da cultura brasileira: se a linguagem é um fator de humanização, por essa razão, a cultura brasileira é eminentemente negra (Gonzalez, 2020/1979). Com isso, a autora aponta para a profundidade e a complexidade dos papéis de mulheres negras para a sociedade brasileira, e, acrescentamos, para a história do cuidado no país. O que se reflete em como pensamos as maternidades e como pensamos a economia do cuidado no Brasil.

A partir da lógica que intersecciona racismo, sexismo e classe – para ela, nesses termos –, Gonzalez (2020/1979, p. 56) já propunha: “ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra”; e segue na consideração de que essa discriminação, enquanto raça, classe e sexo – que aqui, neste momento, entendemos por gênero –, informa o lugar de mulheres negras na força de trabalho. O que poderia ser considerado reminiscências do longo período colonial no país: a colonialidade atualizada que segue viva e que produz modos relacionais no presente momento. Esse é um eixo analítico que propõe algumas afirmações, por ora, incontestáveis, mas também sabemos que é uma produção histórica que envolve uma multitude de fenômenos que é contingente. É fundamental perceber as lógicas que fundamentam a branquitude na relação com cuidado e maternidade, sustentando as diferenças existentes entre todos os sujeitos, inclusive entre mulheres e mães. A lógica colonial presentificada no país informa as possibilidades da produção de subalternização, mas não totaliza a experiência de mulheres não-brancas, negras ou indígenas.

Uma possível história do cuidado no país perpassa justamente formas de cuidado coletivo que estiveram sendo sustentadas por muitas comunidades. Aqui consideramos estarmos discutindo experiências restritas de cuidado produzidas em grandes cidades, em lógicas ainda mais individualizantes. A problemática que a pesquisa tem habitado se situa em torno de histórias contadas a partir de grandes centros urbanos, mesmo que também incluía pessoas moradoras de comunidades distantes do centro de Porto Alegre, por exemplo. É uma questão de alcance e de parcialidade que corresponde à própria rede de contato da pesquisadora e do grupo de pesquisa que compõem a dissertação.

Voltemos ao pensamento de Lélia Gonzalez (2020/1979, p. 59) sobre a condição imposta a mulheres negras, também na articulação raça, gênero e trabalho:

Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração ('refúgios') nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de 'servente' (que se atente para as significações a que tal significante nos remete).

Aqui vemos também em Lélia Gonzalez uma ampla localização do problema que permanecemos habitando. Todos os setores aos quais se refere Gonzalez correspondem à base de trabalhos que envolvem cuidado e que compõem a manutenção da vida. Inclusive, a autora habitou inclusive o campo psicanalítico de orientação lacaniana e, através da noção de significante, lembra a dimensão de servidão que se carrega através do termo 'servente'. Em diferentes termos abordamos o fenômeno da hierarquização e outridade, porém com Lélia Gonzalez percebemos uma multitude narrativa que demonstra a complexidade e a materialidade do pensamento feminista negro brasileiro.

Na consideração de categorias articuladas, em que raça, gênero e classe são de fato pensadas intrinsecamente, a dimensão do cuidado em Gonzalez é analisada por meio de estruturas sociais. O racismo e o sexismo, como a autora nomeia, informam lógicas de subalternização do trabalho de mulheres negras, enquanto que mulheres brancas seguem suas produções teóricas apontando a condição de mulher como universal. Além de um problema teórico e prático apontado diversas vezes por feministas negras, algum pensamento que considera a opressão em torno da feitura do cuidado e desconsidera a colonialidade é insuficiente, desterritorializado, importado. A maternidade enquanto vocábulo que concentra inúmeras noções racializadas e generificadas acerca do cuidado e da valorização que, por consequência, informam figuras que habitam diferentes mulheres é intimamente relacionada com a história da escravização. As figuras das amas-de-leite e o apagamento das mucamas, percebido através de obras de arte no país, revelam essa intenção de esquecer marcas escravistas que contornaram, inclusive, a relação afetiva de pessoas negras e brancas durante toda a história do Brasil colonial. Em equivalência possível, as imagens das "**mammies**", para a importante autora do pensamento feminista negro Patricia Hill Collins (2019/2000), problematizam as lógicas de controle através do enrijecimento dessas imagens. Para Collins a tamanha opressão vivida por mulheres negras e perpetrada por sujeitos brancos e sujeitas brancas não poderia

seguir existindo sem justificativas ideológicas poderosas, de forma que as imagens estereotipadas assumem significado especial; esses estereótipos, portanto, ajudam a justificar a opressão.

A partir dessas articulações, para a construção de uma figuração que não reencene todas essas normatividades viciadas na lógica da branquitude, a problematização acerca da Modernidade é fundamental, de modo que a entendemos na perspectiva dos estudos críticos da colonialidade. A modernidade/colonialidade é um espaço-tempo indissociável, de forma que o pensamento crítico acerca dessa invenção é fundamental para pensar ou continuemos pensando cuidado em termos mais amplos, prevalecendo percepções de mundo articuladas com o território do qual e com o qual conversamos. Em Lélia Gonzalez, acompanhamos um pensamento analítico sobre o país que percebe os efeitos da história colonial. Na sequência da invasão colonizadora que sobrepujou populações negras do continente africano e populações indígenas de muitos lugares do mundo, é inventada a hierarquização dual e oposicionista que se expande como pensamento. Esse pensamento que categoriza e desumaniza sujeitos e grupos e que se estrutura como uma matriz. Diferentes autoras/es produzem questões fundamentais nessa articulação; diferentes ideias também conectadas com o pensamento feminista. Entendemos ser importante, no entanto, iniciarmos o pensamento em diálogo com contribuições de wanderson flor do nascimento¹⁴:

A maneira hegemônica de lidarmos com as práticas sociais, com a política, com a ética e com o conhecimento em nosso cotidiano e nas ciências é uma maneira sobremaneira moderna; e, assim sendo, partilha de uma série de características desta mesma Modernidade que a faz nascer. (nascimento, 2009, p. 2)

É na modernidade que são criados modos de hierarquização e de exercício de poder que articulam seu fundamento em uma noção geopolítica, ou seja, uma noção arbitrária e produzida acerca da categorização entre supostos valores de estados-nações. Essas divisões são também analisadas e criticadas por Franz Fanon (1968), que define o mundo colonial como um mundo de compartimentos. Nessa direção, diferentes invenções e chaves de leitura que utilizamos nas ciências humanas partem de uma concepção moderna, como a própria noção de Hemisfério Sul

¹⁴ Intencionalmente e na direção do próprio autor, escrevemos seu nome com letra minúscula. Como é o caso também com bell hooks.

e a dimensão da divisão geopolítica que habitamos. nascimento aponta para a problemática da divisão opositiva global versus local, de modo que o local seria, em uma imagem de mundo baseada na noção eurocêntrica de matriz de pensamento, tudo o que não é moderno: a barbárie, a marginalização. O local é deslocado do centro e visto como aquilo que precisa “ser educado, melhorado, desenvolvido para alcançar o ideal/global” (nascimento, 2009, p. 4). Pensamento que envolve a hierarquização entre quem seria desenvolvido e quem não, e que informa parte dos argumentos que legitimaram a colonização (nascimento, 2009). Essa relação foi percebida, no campo dos estudos da colonialidade, em diferentes territórios sul-locais, afirmando uma premissa: não há modernidade sem colonialidade, sendo a colonialidade constitutiva da modernidade. O pensamento hierarquizante e desenvolvimentista envolvido nessa lógica de expansão, dominação e crescimento é profundamente oposto a ideias de mundo que consideram as relações mútuas, as comunidades, as interdependências, a possibilidade de uma vida em que o cuidado não é uma prática desvalorizada, considerada abjeta, menor.

Uma outra voz que acompanha essa lógica de pensamento é de María Lugones, que propõe o conceito de colonialidade de gênero e critica a organização do pensamento moderno que insiste na tentativa de inventar um mundo com categorias ontologicamente homogêneas, separáveis. A lógica categorial é central para o pensamento capitalista e moderno-colonial, de forma que por meio dela percebemos a dicotomização hierárquica entre humano e não-humano (Lugones, 2019/2010). História da invasão colonizadora que perscruta imensamente em termos de projeto societário e que revela seus efeitos: a invenção dicotômica e dual do pensamento persiste e apresenta sua fundação na divisão que serviu a um sujeito determinado – branco, europeu, ocidental. De forma que a hierarquização que sucede informa sistemas de valorização de sujeitos.

Muitas discussões apontam para a criação de paradigmas teóricos importantes, como o fato dos estudos de gênero, feministas e sobre a interseccionalidade serem também construtos nascidos na matriz de pensamento colonial. Essa é uma questão importante porquanto percebemos que, embora haja tentativas muitas de inventar novas práticas, a modernidade-colonialidade é um processo que informa as noções que conhecemos – estamos perto. Quando narramos a história do feminismo alimentado em pactos narcísicos da branquitude, para citar um importante exemplo, também habitamos uma impossibilidade teórica – nessas em que seguimos: a ideia de que haveria um sujeito universal do feminismo faz com que o pensamento

colonial-moderno se atualize, ele é reproduzido. Este exemplo, justamente, é o que muitas vezes informa a produção de uma figura: a mãe considerada ideal e protetiva – também uma prática de cuidado imaginada, dualizando muitas categorias, entre elas raça e classe. Se falássemos dessa mãe ideal como apenas uma ideia ou uma teoria, esqueceríamos que essa ideia é atrelada a como se produzem políticas públicas e relações legais-jurídicas em torno da maternidade – o que se mostra mais uma materialidade intrínseca à matriz de pensamento moderno-colonial.

A produção teórica acerca da modernidade-colonialidade como sistemas que se informam mutuamente e que são co-criados evidencia que a colonização não é um acontecimento, somente. Ela se atualiza na relação que concebe o desenvolvimento, entendido como crescimento – social e econômico – enquanto produtos importantes da modernidade, como se o desenvolvimento pensado nessa relação não fosse dependente do pensamento colonial, que subalterniza grupos inteiros em detrimento de uma ideia de crescimento (nascimento, 2009). Para a possibilidade de especularmos mundos interdependentes que considerem o cuidado mutuamente produzido e inventado, a relação entre a modernidade-colonialidade e a exploração precisa ser considerada de algumas formas. Com Geni Núñez (2021, p. 7) chamamos esse processo de exploração colonial: que não termina na exploração de mão-de-obra humana, mas que persiste em relação extrativista “com as matas, com as terras, com as águas, com os demais animais que coexistem conosco”. É uma combinação que impossibilita o cuidado interdependente e que dificulta histórias florescentes que possam ser tramadas entre muitas/os. Para inventarmos figurações que possam produzir disrupções em padrões narrativos, é crucial a problematização das figuras que temos habitado.

2.3 Maternidade, sacralidade e direitos reprodutivos

Afirmamos outrora que atravessamos uma crise social-sanitária-política-econômica que deflagra a crise das políticas do cuidado – uma das frases constantes no resumo da presente dissertação e repetida em diferentes produções de saberes, em jornais, na tv, aqui. As políticas públicas brasileiras que são voltadas à proteção social – seja transferência de renda, seja direito à creche ou outros sistemas de contraturno escolar que possibilitam a permanência de mulheres e mães no mercado formal de trabalho – são marcadas pela necessidade de estabelecimento de papéis de gênero. Essa é uma problemática de longa data e observada por diferentes campos nas

ciências humanas, trata-se da questão da feminização da pobreza também reencenada nos governos de Dilma Rousseff e de Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos 2002 e 2016 (Oliveira, Battistelli & Cruz, 2020). Eventualmente performatizada e também escrita em diferentes documentos de importantes políticas públicas, a figura **mulher** é considerada mais adequada para o desenvolvimento do cuidado e da proteção. Mesmo que consideremos as estruturas do gênero fictícias e instáveis – pontos que ainda serão retomados no próximo capítulo –, muitas afirmações são feitas no campo político que produzem efeitos discursivos e materiais nas vidas e na contação de histórias do cuidado.

Mesmo questionando a ideia de nação inventada pelo pensamento moderno-colonial, dialogaremos mais intensamente com as políticas públicas brasileiras que informam lógicas discursivas acerca da maternidade e do cuidado de crianças. É uma articulação necessária entre as possibilidades de políticas reprodutivas mais interessantes a um projeto de vida coletivo. E é fundamental para uma história acerca do cuidado a consideração de que estamos vivendo em um país em que o aborto é criminalizado; em que a laqueadura só é permitida judicialmente para mulheres e homens acima de 25 anos ou com duas/dois filhas/os vivas/os e consentimento de cônjuge; em que ainda é realizada esterilização forçada em mulheres mães de consideradas/os “muitas/os” filhas/os. Em nome de suposta proteção, bebês e crianças são tiradas/os de mulheres (negras, indígenas, pobres, moradoras de rua...) consideradas inaptas para a maternidade, prática aliada à branquitude e ao projeto moderno-colonial (Oliveira, Battistelli & Cruz, 2020). E após o advento da pandemia, a constante individualização de questões estruturais faz regredir políticas sociais de inclusão de mulheres, que vinham sendo alcançadas aos poucos. No nosso contexto, as maternidades são atravessadas pela formação da política pública brasileira: essa história surte muitos efeitos em como agora temos vivido a subalternização do cuidado. Mesmo em comparação com a história de um Brasil colonial, já desde a invasão europeia multiplamente constituída em cima de muitas violências, temos vivido últimos duros anos no presente governo, inclusive no que concerne às maternidades. O ministério da, no mínimo controversa, Damares Alves¹⁵, é intitulado “Mulher, Família e Direitos Humanos”, enquanto que, sob o governo Dilma, em vez de família, víamos “Igualdade Racial” junto com os outros dois termos. No governo atual, “mulheres” vira sinônimo de função reprodutiva e de procriação, enquanto que “Igualdade

15 Conhecida por suas falas antifeminismo e antiaborto.

Racial” se torna pauta ainda mais esquecida e subalternizada. Por vezes, as ideias e as políticas envolvendo o nascimento, a gravidez e o cuidado de crianças parecem viver em tempos medievais.

São muitos os acontecimentos: fechamentos repetidos de hospitais que realizam o procedimento de aborto legal¹⁶; a ausência de uma resposta epidemiológica eficaz para a epidemia causada pelo zika vírus¹⁷; o aumento da violência que acontece dentro das casas. Num cenário com aumento de violência sexual e constante diminuição de acesso ao aborto legal, qual resultado possível? Lembramos Debora Diniz (2020, s.p.) quando defende que a “saúde reprodutiva tem que fazer parte de qualquer resposta de proteção essencial de saúde¹⁸” e, ainda, quando nos alerta que as epidemias e pandemias “têm que ter no centro das suas respostas a saúde reprodutiva”.

A proteção é uma noção importante quando pensamos também a relação maternidade e políticas públicas. Partimos das seguintes compreensões: políticas públicas de inclusão social são marcadamente voltadas a pessoas que se incumbam da gestão das famílias que são consideradas suas e se destinam mais evidentemente e mais largamente a mulheres; as pessoas alvo dessas políticas são mulheres e, na relação território e empobrecimento, dado o contexto brasileiro e o racismo estrutural, são majoritariamente mulheres negras e pobres; algum exercício considerado como sendo de gestão e de proteção de famílias – noção chave para essas políticas – é demandado dessas pessoas. A partir dessas considerações, a maternidade é tida/considerada/entendida como uma função, uma prática, uma relação muito importante ao desenvolvimento estatal e, na função de braço-do-estado – ou somente em uma função mais central e única do cuidado –, há uma relação de responsabilização e culpabilização que se estabelece. Essa é uma discussão já feita por muitos campos de conhecimento¹⁹, que perpassam a relação gênero, raça, classe e políticas públicas. Ao que é do escopo dessa pesquisa, é

16 Em São Paulo, no mês de junho, víamos que apenas 55% dos hospitais que realizam esses procedimentos estavam atendendo, conforme reportagem realizada pela revista independente e feminista AzMina, em cobertura especial do COVID-19. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/so-55-dos-hospitais-que-faziam-aborto-legal-seguem-atendendo-na-pandemia/>. Acesso em 25 de junho de 2020.

17 A epidemia causada pelo zika vírus atinge mulheres gestantes e pede por uma atualização fundamental discussão no campo dos direitos reprodutivos e do abortamento.

18 Entrevista disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/debora-diniz-e-hora-do-stf-responder-o-que-significa-uma-epidemia-para-a-vida-das-mulheres/>. Acesso em 25 de junho de 2020.

19 Algumas das autoras do campo são Dagmar Estermann Meyer (2003); Priscilla Pavan Detoni, Paula Sandrine Machado e Henrique Caetano Nardi (2017), Silvana Aparecida Mariano e Cássia Maria Carloto (2008).

importante pensarmos na produção de histórias possíveis, considerando o atravessamento da impossibilidade desse ato protetivo de/para tantas pessoas envolvidas na criação de crianças durante e após tamanha crise.

É uma impossibilidade: por um lado, o dever da proteção e, por outro, um cenário completo de desmonte político, com fechamento de hospitais e de creches, o ministério da família – uma criação recente do governo Bolsonaro que é, em si mesma, problemática, o risco de contaminação, o genocídio da população negra. Toda a necropolítica presente na história do país e, sobretudo, no governo atual torna a habilidade de proteger um contrassenso. Mais ainda, mesmo que vivêssemos políticas societárias mais equitativas e justas, como se possibilita que um ou dois seres humanos sejam unicamente responsáveis – em termos legais, sociais e jurídicos – pelo desenvolvimento da vida de um outro ser humano em estágio de vida inicial? É chegada a hora que percebemos que as invenções de vida coletivizada são fundamentais – o que podemos também perceber a partir dos cuidados comunitários que acontecem já em tantos lugares.

Na especificidade da relação maternidade e cuidado, as políticas consideradas reprodutivas tomam um lugar de maior relevância e a relação entre essas políticas e teorias feministas é acionada. Nesse campo que articula a economia dos cuidados com maternidades, percebemos a importância dos direitos reprodutivos em uma das camadas que compõem a rede. A autonomia reprodutiva tem sido há muitos anos colocada em lugar subalterno em agendas políticas, e o Estado – que ora se esquivou de seu papel na garantia de direitos reprodutivos –, hoje, com o governo atual, ataca enormemente mulheres. Essa é a dimensão intrínseca à relação cuidado e maternidade: à medida que intenciona a desessencialização do que seria ser mulher, não desconsidera o momento de ataque sistemático a direitos básicos que são duramente evidenciados na pandemia em torno do COVID-19, mas que é produzida há muitos anos e pautada no projeto de governo ao qual tentamos sobreviver. Desse modo, mesmo sendo o cuidado uma questão de todos os sujeitos, a história que contamos acerca do cuidado, e com cuidado, é informada por mulheres ocupantes do termo ‘mãe’.

Habitamos diferentes figuras – entre histórias, narrativas, gramáticas – acerca da ‘maternidade’ como um termo. Mesmo não objetivando apresentar uma definição ou conceitualização, temos trabalhado a ideia de maternidade como uma produção discursiva que também produz subjetividades e que é várias vezes alvo de projetos políticos conservadores. Esta é articulada com estudos feministas, informados por estudos de gênero e por crítica à

colonialidade de pensamento-ação. Ainda nessa mesma direção, maternidade se torna função estatal de uma outra maneira com a imposição da pandemia causada pelo novo coronavírus: os aparelhos estatutários e privados que contornam direitos reprodutivos e que possibilitam a circulação de crianças se tornam um risco em termos de saúde. Assim, home-office e home-schooling são duas palavras que albergam a educação escolar de crianças postas em casas – o que não aconteceu hegemonicamente a todas as camadas populacionais. Contudo, durante alguns meses de 2020, nenhuma escola funcionava e as redes informais de cuidado também se mantinham possíveis como uma prática arriscada em termos de infecção e de adoecimento.

São muitos os atores envolvidos que complexificam o que poderíamos abrigar em maternidades. Justamente, se a disséssemos um fenômeno biológico ou uma responsabilização estatal (o que não estaria fora do escopo), se a disséssemos uma função reconhecida entre pares e por instituições e necessária para o desenvolvimento de políticas públicas progressistas e, ainda, prática alvo de discursos normativos e conservadores pelo atual governo, também concordaríamos. Além disso, se a disséssemos uma prática que articula a criação de meninas desde a infância e que envolve irmãs e irmãos e outros ainda na aquisição de habilidades específicas que depois serão chamadas “naturais”; e também uma função que envolve mães e não-mães de distintas maneiras, mas que, sim, envolve a noção de coletivo humano e não-humano, também concordaríamos. Ou seja, há camadas ampliadas que decidimos manter na relacionalidade com o campo de pesquisa, que acontecem necessariamente pelas diferenças de perspectiva que são necessárias para considerar um campo povoado de diferentes experiências.

A habitação de figurações informam modos de relação com as maternidades como práticas discursivas que são pontos nevrálgicos da subjetivação que é afetada por discursos hegemônicos. É uma relação problematizada através de diferentes lentes e que percorremos a partir da noção de figuras e de histórias. Até o presente momento da dissertação, histórias escutadas, contadas e escritas têm sido um dos modos de colocar em discussão a problematização da essencialização do cuidado em termos individualizantes. A discussão acerca do cuidado e da pandemia pensada entre horizontes humanos e não-humanos possibilita especularmos mundos mais possíveis, ao passo que o direcionamento da responsabilidade pela criação de crianças às suas mães faz dessa possibilidade um desafio em termos específicos. É assim que, a partir do guarda-chuva “cuidado de crianças e pandemia”, percebemos a maternidade ainda enquanto tema pertinente na produção de questões que consideram a vida

vivida no país, sobre a qual pesam as políticas públicas atuais e recentes. Ocupar-se do termo ‘mãe’ é estar radicalmente diante de inúmeros discursos conservadores que se aglutinam em pautas que demandam atenções múltiplas.

‘Maternidade’ é um termo amplo que inclui a produção discursiva e que é materializada de diferentes formas a diferentes sujeitos. Como acontecimento, é questão a todas as pessoas ocupadas do mundo. O que unicamente pode ser pensado se de fato diferenças sejam consideradas, afinal, especular e imaginar mundos se faz possível a partir da habitação de territórios pensados criticamente. Em pistas interseccionais evitamos a sobreposição de opressões para a construção de um argumento, mas justamente se faz necessária a consideração de pontos de vista que informam histórias mais complexas para problematizar a relação maternidade-cuidado. Em Patricia Hill Collins (2019/2000, p. 108) é presente o questionamento acerca de como se produz reconhecimento no escopo das maternidades em relação a mulheres negras: “ao negar às mulheres africanas escravizadas o casamento, cidadania e até mesmo a humanidade, a escravidão impediu o reconhecimento social da maternidade como ocupação exercida no lar de forma privada”.

Temos objetivado a contação de histórias que habitem e questionem modos que enrijecem trânsitos e invenções na experiência de maternidades. E contamos histórias acerca do conservadorismo atualizado no decurso da pandemia que iniciou em 2020. É na análise crítica ao pensamento conservador que reencontramos a imagem sacra que circula a produção de subjetividades, de leis e de demandas sociais e políticas às mulheres que são mães. Essa problemática não se inicia na atualidade, como também encontramos no segundo capítulo apresentado, mas é a partir dessas considerações que percebemos a importância de habitarmos o conceito de figurações, proposto por Haraway, como uma forma de habitar a essencialização, a sacralização e a romantização que habitam as discursividades em torno da maternidade – o que acontece através da direita política organizada transnacionalmente, mas não unicamente ela.

Modos de figurar mulheres a partir de ícones arcaicos que produzem e retratam o feminino e a feminilidade em um lugar sacro e de doação são problematizados também por Paola Zordan (2017). Segundo o argumento da autora, no extenso território brasileiro, é possível percebermos a construção das figurações mulher a partir do culto à Virgem Mãe. Entre diferentes imagens sacras, Zordan analisa repetições de traços, cores e expressões e alinha o que percebe às possibilidades de construção de noções acerca da feminilidade. Com a Virgem

Maria, que é tanto virgem quanto mãe, e tão humana quanto é divina (Zordan, 2017), desvelam-se também as impossibilidades das posições a serem ocupadas na demanda de castidade, sacralidade e servidão. Pesquisando imagens que figuram mitos acerca de alguma repetição de feminilidade, “desmistifica-se o aspecto moral que perpassa a mitologia em torno da santa, da puta, da virgem, que pode inclusive ser as duas” (ZORDAN, 2017, p. 258). Se historicamente as repetições de servidão são relacionadas à feminilidade, ainda se direciona a figuras em torno da mãe uma santificação ambivalente: é sagrada, há que se protegê-la, cuidá-la; é santa, tudo entrega, por nada se queixa, tudo sustenta. Essas percepções podem, justamente, exagerar para visibilizar o que estão questionando, e oferecem perspectivas à normatização de posições sociais que aquelas que são mães ocupariam de diferentes formas.

São figuras e histórias contadas e repetidas. Mitificações. Entre muitas mãos e várias mães, como situamos desde o início do texto, sejam ciborgues, sejam chicanas, sejam ambas. A criação de figuras que criam repetições estilizadas de como habitar gênero, raça, classe, maternidade, pandemia – que evidenciam normas, padrões, ordenamentos – esse fenômeno nos interessa para a radicalidade da prática que existe em inventar histórias e construir figurações de mundo que nos interessam viver. É considerando isso que situamos a importância de percebermos noções linguísticas – ou seja, que não são próprias da natureza ou de alguma metafísica – da feminilidade como um dos discursos que informam o que poderia ser ocupar-se do vocábulo mãe. Porque, em relação às figuras que habitamos e que nos informam gramáticas para a possibilidade do cuidado de crianças – narrado a partir de mulheres também mães –, existem noções servis de feminilidade que apresentam base para especulações para criações possíveis. As figurações, neste sentido, promovem possibilidades para muitas formas de habitar e de inventar modos de se relacionar com a maternidade. Outros modos de considerar o cuidado perpassa a possibilidade de pensarmos em rede e, por isso, um convite a pensarmos ecologias em torno do cuidado.

2.4 Economias e ecologias do cuidado

O campo econômico e financeirizado que pensa e que envolve cuidado pode ser pensado por meio de muitas lógicas e, nesta seção do texto, explicitamos alguns pontos de partida e

algumas análises que foram possíveis no decorrer da pesquisa. Em termos globais e locais, a condição perpetrada pela pandemia gera inúmeros efeitos em uma rede: entre desestabilizações de mercado, fechamento de pequenos negócios e pessoas desempregadas. São impactos sociais em muitos níveis, agravados em territórios majoritariamente negros, como as periferias do país. A presença massiva de mulheres nos setores mais afetados pela presente crise, como comércio e serviços, surte efeitos nocivos e de longo prazo a uma possível recuperação – esses pontos são fundamentais para a possibilidade de uma contação de histórias sobre cuidado, maternidade e pandemia.

Em termos generificados, poderíamos pensar a lógica do trabalho doméstico e de cuidado como associado às mulheres e feminizado, em decorrência do capitalismo e do patriarcado: discussão presente em termos feministas e em marcos teóricos que carregam sua importância, como em Silvia Federici (2019). No entanto, o cenário econômico e social que presentificamos no país, antes e durante a presente crise, também produz questões acerca do trabalho remunerado desenvolvido sobretudo por mulheres negras: babás, empregadas domésticas, caixas de supermercado etc. De modo que a unicidade da perspectiva analítica de gênero é insuficiente para discussões acerca da economia do cuidado. O que é acompanhado também por perspectiva interseccional e por diferentes perspectivas descoloniais que têm criticado amplamente a cisão entre as categorias analíticas que também foram inventadas na colonialidade: como a suposta separação possível de raça e de gênero. Desse modo, defendemos a ideia de que a oposição produtivo versus reprodutivo – muito considerada quando pensamos no trabalho doméstico e de cuidado – não analisa muitas variáveis em torno de possíveis valorizações mais justas e necessárias quanto às políticas e os trabalhos que envolvem cuidados.

O imperativo do distanciamento social que presentificamos causa duros efeitos sociais e econômicos a pessoas trabalhadoras no segmento do cuidado. Pessoas autônomas ficaram afastadas de seus trabalhos, muitas também de seus salários, outras estiveram expostas à contaminação. Além disso, caixas de supermercado (empacotadoras/es, gerentes etc.) e de farmácia são consideradas trabalhadoras essenciais, mas não foram priorizadas na vacinação. No campo doméstico, a quem teve condições e direitos garantidos para “estar em casa”, ainda há a relação de especificidade no cuidado às crianças, às pessoas idosas e às pessoas com deficiência. A relação que a pesquisa estabelece com o campo é de centralidade no que se refere ao cuidado de crianças, porquanto percebe uma relação estendida da ideia de maternidade a

muitos cuidados que se operam por pessoas não-mães, como quando uma pessoa da família que não tem filhos é considerada a mais apta – ou disponível – a cuidar dos mais velhos.

Essa discussão acerca de o que o trabalho produz ou o que consideramos trabalho reprodutivo é articulada a uma noção de base importante: historicamente as mulheres se ocupam de funções de cuidado, remuneradamente ou não. É uma generificação racializada em torno de quem cuida, relacionada a figuras acerca do cuidado: que alguém subalternizado preste o cuidado a outro alguém em posição de poder. O que é associado a definições acerca da relação entre cuidado e economia que se situam de diferentes modos em diferentes localidades geopolíticas. A discussão acerca da remuneração do cuidado é considerada importante desde muito tempo e priorizada nas pautas feministas ditas de segunda onda. Voltaremos nesses pontos no próximo capítulo da dissertação, mas situamos desde já uma posição: mulheres têm sido responsabilizadas pelo cuidado e o cuidado é desvalorizado em termos econômicos e sociais; no entanto, a remuneração e a valorização podem ser necessárias e ainda assim insuficientes em termos de projetos de mundo, uma vez que mantêm a relação de que alguém cuida e alguém, quem paga, é cuidado, ou seja, mantêm a dualidade e a oposição. Ainda, na direção deste mesmo argumento, a relação que se estabelece entre cuidado e branquitude é fundamental, de modo que considerar todas as ocupações domésticas como igualmente valorizáveis e custosas é falacioso. Há diferenças cruciais entre uma mulher branca que faz a gestão doméstica administrativa, ocupando-se mais largamente de decisões e atenções ampliadas do que as de algum cônjuge, por exemplo, e uma mulher não-branca que atua em uma dessas casas como trabalhadora doméstica. O que é óbvio, podemos pensar, mas que causa um estranhamento importante quando pensamos a dinâmica entre cuidado, economia, gênero, raça, classe. Se pensamos unicamente através de produtivo e reprodutivo ou através da pergunta em torno do pagamento, ainda desconsideramos uma montagem específica das políticas do cuidado neste país e em tantos outros que conta uma história complexa acerca do ambiente doméstico.

Ainda neste ponto, é importante considerarmos que a chamada feminização do cuidado foi importantemente analisada e questionada. O termo evoca diferentes reflexões. Por um lado, parece que há na produção das mulheres algo que privilegia habilidades no cuidado e que, por diversos motivos, essas qualidades não são valorizadas em termos sociais e econômicos - seccionando o que é entendido por trabalho produtivo e reprodutivo. Pensando em formas mais ampliadas, assumimos que há na suposta feminilidade, (e não em mulheres, necessariamente)

uma facilitação observada para determinadas tarefas que envolvem a gestão do cuidado. O que exige mais formas de investigação do mesmo problema. Se a feminilidade performada e enfatizada é uma das características necessárias para a gestão do cuidado e se é mais comum em sujeitos mulheres, isso se diferencia da feminilidade que é colocada às mulheres brancas e às mulheres não-brancas. Já questionava Sojourner Truth (1851) a localização da invenção “mulher branca” articulada com a feminilidade quando afirma que pode arar a terra, que tem os braços fortes e que, por isso, não seria mais considerada mulher. Ora, o cuidado não é somente sexualizado ou generificado, é racializado. Diferentes pensadoras dos estudos feministas negros como Angela Davis, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Lélia González têm levantado essa questão, e ampliam a argumentação da divisão social do trabalho para sexual e racial. Em outros termos, existem determinadas habilidades produzidas nos sujeitos que podem facilitar a gestão do cuidado; isso não só é performado – ensinado, aprendido, repetido – em armadilhas generificadas, isso também é exigido mais largamente de mulheres negras, que compõem toda a base econômica e social desde o início da história brasileira.

A percepção do problema que habitamos, considerado através do gênero, como no termo de orientação marxista “divisão sexual do trabalho”, oblitera a possibilidade de outras opressões articuladas na produção de um cuidado, de forma que essa dimensão generificada em detrimento de outras possíveis prejudica – ou impossibilita – uma noção de cuidado em rede. Nessa direção, Daniela Dell’Aglío e Paula Machado (2020) situam que é em decorrência de movimentos feministas no eixo europeu, nos anos 1970, que se espalha o uso da noção “divisão sexual do trabalho”. Ainda, escolhem pelo não uso do termo porquanto percebem que ele pressupõe duas ideias: que o sexo seria uma materialidade fixa e imutável e que a articulação entre cuidado e feminino/masculino abarcaria as variáveis do fenômeno de divisão e hierarquização do cuidado. Com as autoras, lemos a crítica contundente à repetição de que, corpos com uma ou outra sexagem, estariam mais aptos a cuidar, de forma que a noção de divisão sexual do trabalho não se faz “falsa” – ela compreende a concretude de uma produção cultural e discursiva massificante de que mulheres são majoritariamente incumbidas do cuidar; mas é preciso questionar quando o próprio conceito endossa a essencialização de um ser mulher constituído pela lógica da branquitude (Dell’Aglío & Machado, 2020). Retomamos a ideia de que o conceito é insuficiente, um conceito importante ao qual cabe – e é necessária – revisão e atualização.

A questão da feitura do cuidado, pensado interseccionalmente em termos de raça, gênero e classe, evidencia a necessidade de repensar políticas de cuidado em termos globais. A subalternização dos trabalhos materiais e discursivos que envolvem a criação e a reinvenção constante do cuidado se associa à dominação e à exploração. Numa sociedade radicalmente fundada sobre a intrínseca relação de modernidade-colonialidade, que escancara o lugar do desenvolvimento sócio-econômico, tecnológico e de produção em larga escala como se fossem as únicas invenções a serem valoradas, o cuidado enquanto uma prática artesanal é tratado como um feito de menor importância. Um projeto de vida interdependente coloca em xeque toda a proposição política e econômica neoliberal, uma vez que aponta para a coletividade e para coexistência como direção, enquanto que projetos liberais apontam para a individualização. Se a interdependência coloca em xeque projetos neoliberais, a pandemia questiona toda a rede que considera a valorização de determinados trabalhos em detrimento de outros. De forma que a problematização acerca da dimensão de rede sobrepujada por lógicas econômicas e individuais nos faz promover a ideia de uma ecologia do cuidado. Assim, refutamos a ideia de independência como um objetivo em si mesmo que envolve o crescimento humano, ou mesmo uma falsa ideia de autonomia que é largamente associada à individualização. Enquanto seres humanos somos conectados em vasta rede, humana e não humana. Para o campo da economia dos cuidados, pensado ecologicamente, ou mesmo de ecologias do cuidado em vez de economias, ao que se propõe a dissertação, a articulação com as maternidades como um dos pontos afetados na produção do cuidado nos convida à problematização de políticas reprodutivas no país. Adiante conheceremos uma história que também envolve a multiplicidade do termo ‘mãe’ e, após ela, seguiremos perseguindo um argumento para uma ecologia do cuidado e para uma produção de mundos interdependentes.

2.4.1 QUATRO: dona Alba

Mira²⁰ é tia-avó de um menino de 9 anos e já na mensagem que me envia diz que vai adorar se puder ajudar. E foi que assim agendamos uma conversa à tarde; e quando iniciamos a vídeo-chamada, logo depois de nos apresentarmos, ela conta que

Desde os 2 ele me escolheu como mãe.

A rotina do menino envolvia a ida à escola, a uma clínica e ao jiu-jitsu. Era como vivia o menino, que é esperto, rápido, aplicado. Ela se aposentou faz dois anos, viveu a vida como professora. Alfabetizava, passava três turnos fora de casa entre escolas: agora é que vivo mais aqui junto dele, da minha irmã, da família.

Nem imagina como seria se agora não pudesse estar em casa e remunerada diante da pandemia. É voluntária, agora, em projetos que envolvem costura. É uma mulher negra, bem como é seu filho-sobrinho-neto; e sempre se envolve em ainda mais projetos, sobretudo na semana da consciência negra.

Mira diz que os dois se aproximaram pois o menino a tomou como professora durante o início do ciclo pandêmico. Precisava dos momentos de organização em casa tal qual na escola. Ela costurava, ele fazia os temas. Ele comia o lanche e, no que inventou como recreio, pedindo inclusive pelos vinte minutos habituais e trocando a sirene da escola pelo despertador do celular da avó, corria no pátio de casa.

Foi em dezembro que Mira perdeu sua mãe.

Ela vinha, dona Alba, num processo de Alzheimer que se agravava, um tanto mais acamada, uma pessoa forte e inteligente que, nos mais frágeis momentos, passou a pedir – também – por sua mãe. Dona Alba era mulher de fazer todas as coisas, habilidosa com o cuidado, importante pessoa na família. Se foi, em dezembro. E falar de morte não é fácil, nem foi por causa do covid.

Quando ele a viu, chorou tanto que não disse nada.

Me emociono quando escuto.

O pai do menino vai morar junto com elas quando acontece sua separação de um casamento em que vivia.

²⁰ Os nomes, nomes próprios, existem à medida da ficção. Não pretendem revelar existências ou verdades, são inventados para fazer parte da história.

É um gurizão, irresponsável, nenhuma mulher aguenta isso. Aqui somos várias pessoas mas o pai dele só joga videogame, é o herói dele. Não entendo.

É isso que faço, cuido dele, das pessoas em casa, cozinho, costuro. Sabe essas coisas de casa? Essas que precisam em casa? Sou boa nisso, eu faço todas. Como contar histórias é uma coisa que faz a gente aprender né, dá vontade de escutar também. Tenho 62 anos e sempre gostei de andar de ônibus porque era o lugar onde eu escutava as histórias das pessoas. Atravessando Porto Alegre, dá pra escutar várias. Agora no uber esses dias conheci dois motoristas homens que cuidavam sozinhos das suas filhas, como é legal saber disso.

2.5 Cuidado e Interdependência

Mundos vistos por meio do cuidado acentuam um senso de interdependência e envolvimento. (María de Puig Bellacasa, 2017, p. 30)

Cuidado é uma palavra comum. Caminha nos mais variados espaços. “Bem cuidado!”, diz o flanelinha quando percebe o carro estacionado que se oferta como um trabalho. “Cuide-se”, a placa que oferece uma espécie informal de creche ofertada por alguém da vizinhança. “Cuidado”, um aviso de possível risco. “Te cuida”, um pedido afetuoso de proteção, ou até uma ameaça. “Cuide-se”, esses dias uma pessoa que atendo me escreveu ao fim de uma mensagem... um afeto. Muitas significações de cuidado são encontradas na linguagem. E bem, neste capítulo em que buscamos mais atentamente *escrever com cuidado*, habitaremos esse idioma português, na localidade brasileira à medida que seja possível, mesmo escrevendo na companhia de pesquisadoras que pensam contextos geopolíticos distintos.

Cuidado é uma palavra de muita circulação, de muito uso. Cuidado é aquilo que se faz? É um afeto? Uma obrigação moral? Algo que se aprende e que se ensina? Com essas perguntas, apresentamos María de Puig Bellacasa. Ocupada por propor entendimentos não-idealizados do cuidado, defende que para a produção de mundos interdependentes é necessário “pensar com cuidado” – assim, articula pensamento e cuidado como um modo de estar diante do conhecimento (Bellacasa, 2012). Entre tantas perguntas – se o cuidado é um fardo, um trabalho, uma alegria –, escreve que o cuidado é todas essas coisas, e coisas diferentes ainda para diferentes pessoas em diferentes situações (Bellacasa, 2017). Em diferentes caminhos, o cuidado se tornou um material investigativo nas humanidades; no entanto, também para a autora

há um estranhamento acerca de algo tão cotidiano ser tornado objeto de estudo, de pensamento, de problematização. E importa situarmos que o amplo campo das ciências psi também é atuante na criação de expectativa por cuidados que são hierarquizados como adequados ou não, partindo de pressupostos gerais para a produção do que seria considerado um bem-viver e, desse modo, normatizando práticas de vida. No entanto, em relação às perspectivas que nos interessam para o andamento da pesquisa, o cuidado é pensado não apenas nos seus termos morais, mas também nos termos de sua produção relacional. Se a subalternização da valorização do cuidado acontece no sistema neoliberal de financeirização, ela é reencenada em campos de estudo e pesquisa quando torna o vocábulo ‘cuidado’ em uma significação dada. Bellacasa escreve que mesmo que essas palavras ‘cuidado’, ‘cuidadosa/o’, ‘cuidador/a’ sejam absolutamente comuns no cotidiano, elas são carregadas, contestadas. É como se o cuidado fosse evidente, além de um campo de conhecimento ou de uma expertise (Bellacasa, 2017). E, entre todas essas possibilidades, cuidado é uma noção em disputa.

Uma das noções em torno do cuidado envolve a ideia de uma obrigação. Como é o caso do que precisam fazer as pessoas responsáveis por crianças a fim de que mantenham seus direitos de convivência e guarda, para citar um motivo entre muitos possíveis. Há um cuidar que é considerado protetivo, e diferentes tecnologias estatais são envolvidas nessa regulação – nenhuma delas caminha distante de uma matriz de pensamento moderna-colonial –, que envolve a parentalidade. Junto com Bellacasa (2012) consideramos que o cuidado, pensado em termos éticos, tem sido uma consideração de políticas feministas já há muitos anos, articulando um estado afetivo necessário para a vida, uma obrigação ética e também um trabalho prático cotidiano. Junto com essa noção, caminha a que sustenta uma forma de lugar-comum na moralização cotidiana em que, por exemplo, o cuidado de si – seja com limpeza de pele ou com hábitos considerados mais saudáveis – torna-se uma representação de algo que um sujeito precisa fazer para viver bem. O pensamento de Bellacasa é significativo para uma noção especulativa do cuidado que, justamente por sua importância, não é reduzida a uma ética hegemônica ou generalizada.

Pensar o cuidado em relação às crianças também coloca a questão da obrigação de uma outra forma, visto que há uma responsabilização jurídica por determinadas práticas sob o risco de penalizações. E também porque há uma relação de custo pessoal e profissional para a pessoa que cuida de quem necessita especificidades, como também o é com pessoas – crianças ou não

– com deficiência. É uma questão também política: os termos interconexão, dependência e vulnerabilidade – utilizados nas teorias do cuidado – questionam pressupostos clássicos de teoria política, como autonomia e as divisões opostas público versus privado, moral versus política (Dell’aglio & Machado, 2020 *apud* Zirbel, 2016). Situando entender o cuidado para além dessas lógicas, a rede de cuidado é considerada pública e coletiva.

Novas incursões que dialogam com cuidado são consideradas. Na história que até então a pesquisa conta, são pontos importantes i) a lógica moral e conservadora da formação das políticas reprodutivas e das políticas do cuidado organizadas pelo governo Bolsonaro no Brasil, bem como ii) a história do país fundada sob a marca insistente da colonização e a consequente colonialidade do pensamento. De forma que a articulação de ambos surte efeitos no lugar que ocupa o cuidado de crianças na pandemia que atravessamos. Pensar com cuidado e em termos que dispersem e desviem lógicas hegemônicas é uma estratégia. Com Bellacasa (2012), percebemos o lugar do pensar e do conhecer como necessariamente relacionais, de forma que “pensar com cuidado” é, além de uma expressão linguageira, um requisito para um modo coletivo de pensar mundos interdependentes. Desse modo, contar histórias com cuidados, frase pertinente e constante no título da dissertação, é uma prática metodológica que envolve contação de histórias e perspectivas epistemologicamente cuidadosas, inspiradas por Bellacasa e também por bell hooks.

É importante considerarmos uma ideia de mundo já reflorestada, na companhia do pensamento de Geni Núñez (2021), tendo como ponto de partida que nada na natureza é estático, tudo está em relação, em movimento, em interdependência. Práticas de vida humana, inventadas por determinados projetos, tentam sustentar uma dissociação entre a vida de cada um, de cada ser. Considerar a natureza como já em uma multidão não faz parte de um projeto naturalista – enfaticamente –, nem de retorno a uma vida já vivida como uma forma de dissolver presentes conflitos: trata-se, pelo contrário, de perceber e problematizar a invenção e a repetição incessante de formas de vida individualizadas na atualidade.

O constante movimento informa vidas que só são possíveis em relação. Há uma compreensão de mundos que aqui compartilhamos que é de que são feitos de formas e de processos interdependentes e heterogêneos de vida e de matéria (Bellacasa, 2012), de modo que pensar vidas interdependentes, diversificadas e plurais é consonante com um mundo que temos e com um mundo que queremos, também. O que, de forma alguma, acontece sem conflitos e

sem dissenso. Mais adiante, acompanhando também o pensamento feminista e ecológico de Donna Haraway, estaremos mais próximas dessas diferentes concepções de mundo e das relações entre espécies companheiras que informam a vida em medidas de distanciamento social que temos – ainda hoje – precisado viver.

Mas retornamos ao ponto da dimensão relacional de ontologia e da dimensão relacional de cuidado presente no trabalho de Bellacasa, também influenciada por Haraway. Quando pensamos o cuidado em termos econômicos, por exemplo, ele está vinculado a uma ideia de instrumentalização: o cuidado como trabalho. Mesmo sendo uma das práticas necessárias para a possibilidade da vida, ou seja, uma prática necessária à sobrevivência humana, é interessante pensarmos o cuidado em termos ampliados. Nesse sentido, um cuidar de alguém e/ou de algo que é necessariamente criar relações vem acompanhado de uma noção florescente – que aqui entendemos também como criativa e inventiva – do que se faz e pode se fazer a sustentação de vidas (Bellacasa, 2012). Se seguimos em acordo com a ideia de que, mesmo alguém não conseguindo perceber como foi proposta a rede que operou o cuidado de sua subsistência, ainda assim ela existiu, podemos seguir uma ideia de cuidado que não se dá ou se recebe unicamente, mas que acontece em uma multitude de relações.

Uma perspectiva feminista sobre o cuidado oferece ferramentas para dissociá-lo de obrigações unicamente morais e normativas: não se trata de desconsiderarmos as tantas obrigações jurídicas e legais na dimensão da manutenção da vida e da criação de crianças – elas são muitas –, mas pensar cuidado implica mutualidade e rede. Essas dimensões são coexistentes. Ainda em Bellacasa (2012) encontramos a definição de cuidado como uma obrigação não-normativa, uma vez que é uma prática concomitante à vida ao mesmo tempo que obriga as pessoas a se ocuparem de tais práticas, já que para a vida ser vivida, precisa ser nutrida. A autora afirma que o cuidado é, assim, inevitável. A partir do pensamento dela, e habitando o tempo-espaço de uma crise sanitária, situamos que somos conectados interdependentemente e que, mesmo que nos pensemos isolados, a relação entre saúde, cuidado e coletividade escancara a noção de causa e efeito que interliga as práticas de cuidado “de cada um” em uma esfera coletiva. A saúde coletiva e os pactos coletivos de conexão e mútua relação se fazem cada vez mais evidentes e a vida articulada entre humanos e mais que humanos detém mais contornos, nos mundos em que vivemos e nos que queremos viver, bem como na pesquisa que visa pensar gramáticas em um contar de histórias sobre cuidado de crianças e formação de rede.

A contação de histórias figurada através da presente pesquisa coloca em questão muitas das atividades desenvolvidas por mulheres para dar possibilidade à vida de crianças, porquanto também coloca em questão uma manutenção de vidas outras, de netos, de mães, de vizinhos, de pessoas desconhecidas em grupos de *whatsapp* que servem de apoio a experiências maternas. A noção de que o cuidado é, além de um estado afetivo-ético – embora também o seja –, um engajamento material em trabalhos que são associados à dominação e à exploração (Bellacasa, 2012) se faz importante à medida que sustenta a complexidade de significações que o cuidado estabelece em rede com outras palavras-noções. A partir dessa noção, o cuidado é também uma produção discursiva, o cuidado é falado, inventado entre uma conexão com as formas de estar no mundo que evidenciam ações de coletividade. Existe uma produção linguística que promove cuidado, um jeito de lidar com as palavras acerca do mundo. É assim que as formas de contar histórias se conectam intimamente a um pensar e conhecer com cuidado.

A interdependência como uma forma de estar no mundo diante de fenômenos complexos se faz mais evidente em uma pandemia, mas também em cenários de guerras, conflitos entre fronteiras, crises de tantos tipos. Cada um deles evidencia a agudização que causam divisões territoriais arbitrárias em uma ideia de separação, seja a quem se pensa isolado em um apartamento, ou dentro de um carro blindado, ou dentro de um país que avança em vacinação contra a COVID-19, ou dentro de um país considerado de primeiro mundo. Interdependência, pensando nesses termos, além de uma preocupação e um projeto para diferentes autoras/es, é uma condição, ou uma pré-condição para uma vida possível (Bellacasa, 2012).

Há um excesso de camadas no pensamento acerca do cuidado, que concebe variações e amplificações semânticas e epistemológicas. Em um entre-histórias, convidamos na escrita a uma leitura recortada, que se escreve e se lê em pausas. Cada uma das histórias é situada, não totalizada e companheira de mundos povoados. É o caminho da pesquisa que tenta habitar a noção de complexidade e de vasta rede, levantando perguntas e inquietações acerca de como a pesquisa foi caminhando ao longo de dois anos: as companheiras que tivemos para a escrita que compomos são trazidas à reflexão, a escrita mostra um caminho, uma relacionalidade que se constituiu. As pessoas com quem a pesquisa dialogou foram muitas, as pessoas amigas, as pessoas teóricas, as pessoas jornalistas, as pessoas que vimos nas ruas; bem como as suas ideias: amigas, distantes, interessantes, úteis ou não. Essa consideração evidenciada em um modo de conhecer é inspirada por uma noção relacional de cuidado e um modo de estar diante das

histórias: somos de fato muitíssimas mãos e as relações que estabelecemos estão sendo escritas aqui de forma intencional e não-inocente.

O cuidado articulado em termos ecológicos também convida à convivência, à confluência e à coabitação com perspectivas teóricas distintas. Em companhia do pensamento da autora Geni Nuñez (2021) e da sua escrita também a partir da cosmogonia Guarani, percebemos a crítica acerca da monocultura dos pensamentos que, a partir dela, tem como um dos seus eixos centrais o princípio da não-concomitância. Ou seja, há um modo de viver, um deus possível, um amor legítimo. Nessa esteira e articulado à proposta da pesquisa, haveria nesse modo de pensamento colonial uma forma de cuidar adequada/correta e uma responsável pelo fazer. Esse pensamento unívoco e centralizante impede a percepção das redes em constante fazer, de modo que a tentativa constante da pesquisa é de descentramento, ampliação, dispersão.

A possibilidade de um fazer cuidadoso se escreve entre vozes, o que perturba a unicidade de uma voz que narre a chave conceitual. Indo além desse isolamento acadêmico, convidamos à leitura de pensamentos que se constroem na companhia da obra de bell hooks. Ainda nos ocuparemos mais sobre a discussão feminista que a autora propõe e como são seus termos para pensar articulações emancipatórias, mas nesse momento queremos pensar sobre ação. Em muitos termos e significações, cuidado também é uma ação que convoca pensarmos sobre amor. O que é mais vezes ainda vinculado a um dos sentidos comumente dados à maternidade, como a noção de amor incondicional/amor materno. Essa discussão é presente em Elisabeth Badinter (1985), uma das precursoras de teorizações acerca da essencialização do amor materno, que questiona a ideia de produção de um sentimento como algo inato e compulsório. Mesmo que não se duvide – e não duvidamos – de que amor materno exista, questiona-se a existência desse amor em todas as pessoas mães e ainda a manutenção da sobrevivência humana devido a esse amor.

“Amor é atitude, muito mais que sentimento” - diz uma música do artista brasileiro Emicida. Nesse mesmo caminho, pensar o amor para além de um sentimento facilmente romantizado é fundamental. Cuidado coloca o amor em questão. As ideias românticas e sacralizadas do amor colocam o cuidado em questão. Ou tiram. Ao passo que a essencialização entre cuidado e amor propõe termos no debate que endossam a romantização e a sentimentalização do amor e que desconsideram as inúmeras violências acontecidas que são justificadas por meio de algum amor. bell hooks (2020a), em *Tudo sobre o amor: novas*

perspectivas, traz contribuições importantes nesse campo quando convida à reflexão crítica de que o amor é uma prática, é uma ação; ou seja, não tem estatuto de sentimento. Na decorrência do nosso encontro com a autora: cuidado não é um sentimento, é um fazer que envolve sentidos múltiplos, discursivos e materiais. Para ela, pensar no amor como uma ação e não um sentimento faz com que, quando o colocamos como uma questão, quando usamos o vocábulo amor, precisamos pensar em responsabilidade e em comprometimento (hooks, 2020a).

Encontrando bell hooks (2020a), lemos que a história que conta aproxima a morte e o amor. Diz que após a morte ter se tornado um tema de sua produção, por situações de doenças que lhe acometeram e também por amigos e amigas que haviam morrido, percebia que a morte também fazia pensar em que amores tinha experienciado durante a vida, que palavras podia articular em torno do amor. Ela associa essa aproximação entre morte e amor à produção da grande mídia, como filmes e revistas, em que há um discurso acerca de todo mundo querer amor, mas que ao mesmo tempo parece que todo mundo se encontra confuso em relação à sua prática cotidiana na vida. Em termos da romantização do amor, bell hooks (2020a) critica a produção que associa o romântico a ideias de feminilidade, já que é oposta à ideia de que há algo intrínseco em pessoas mulheres e pessoas homens: existem diferenças, mas elas não são inatas, são aprendidas. A romantização acerca da maternidade perpassa uma produção também generificada e que atribui uma ideia simplista de “natureza” e de inato à possibilidade de mulheres se ocuparem mais amplamente do cuidado de crianças: trata-se de um sistema de crenças específico e massificado acerca do cuidado e do amor. Articulado essas ideias de bell hooks à produção envolta ao cuidado que temos acompanhado, afirmamos/entendemos/pensamos que o amor é relacional.

“O amor é o que o amor faz” (hooks, 2020a, p. 55) - essa associação de ideias questiona a essencialização do amor e a sobrevalorização dos sentimentos em relação às palavras e aos atos; dissocia-se de uma ideia de amor inato que se passa unicamente através do sentimento. É também assim que a leitura de bell hooks pode instrumentalizar a contação de histórias e a pesquisa-intervenção que nos coloca aqui em diálogo. Ainda em consonância com ela, sabemos que algumas definições nos ajudam a imaginar (hooks, 2020a), e é articulando essas ideias acerca do amor e do cuidado que passamos a ter possibilidade de figurar e imaginar mundos em que os cuidados inventados na ocorrência da pandemia, no Brasil, podem criar novas formas de percebermos os problemas com os quais nos deparamos. Figurando, imaginando e inventando,

a partir de bases articuladas, novos mundos mais possíveis. Escrevendo com cuidado, retomamos Bellacasa (2012): a proposição é de uma escrita que não generalize, que seja situada, implicada e intencionalmente povoada por obstáculos que desafiem o reducionismo.

2.5.1 CINCO: Meu pai não comprava as próprias roupas

O título da história que contamos agora é a última frase que ela diz. Mas antes disso, ela, quando escreve, apresenta-se como mulher branca e professora universitária, dizendo que vive uma experiência complexa, porém preservada e pergunta se essa história “ajudaria” na pesquisa. Bem, o campo está aberto e as próprias perguntas que a pesquisa habitou para a construção e a habitação do problema estão presentes no andamento da pesquisa-intervenção, do jogo. É importante percebermos essas perguntas, a questão sobre cuidado, pandemia e maternidade tem se feito presente às pessoas.

Juliana conta que é professora de matemática, gosta dos números, das contas, de ensinar. Mãe de 2 meninos de idade próxima, moram todos numa casa em Porto Alegre, ela, os meninos e o marido. Vivem juntos. Passou um tempo trabalhando de forma online, um tempo também sem trabalhar como professora – função para qual é contratada, visto que também tem o trabalho doméstico habitual –, em decorrência do distanciamento social e da interrupção temporária nas aulas da universidade. Era puerpera no início da pandemia, seu filho mais novo nasceu em janeiro.

Sabe que um dia ouvi uma história de que o início das sensações no puerpério podem causar um blecaute, um apagamento na memória. Eu não lembro de quase nada.

Não sabe se é isso, mas diz que os possíveis piores momentos desde o início da pandemia até então ela provavelmente esqueceu.

Pode ser porque pra seguir reproduzindo, esquecemos das piores coisas. Se lembrássemos, talvez a gente não seguisse tendo filhos. Um dia leu uma reportagem sobre isso, ela diz.

Tenho emprego, trabalho, moro junto com minha família, meus filhos tão seguros. Nesse rodeamento de privilégios, sei que em relação à maioria as coisas tão bem. Eu tô bem. Mas é de outra ordem o confinamento doméstico, os humores, as crianças fora da creche, a

energia que elas tem! Uma vez a gente gritou com as crianças e chegou alguém aqui do conselho tutelar!! Acontece que irrita. É bastante coisa.

Vai contando que é rápida com as coisas da casa, que percebe com mais facilidade do que o marido o que precisa ser comprado no mercado, que é mais rápida em fazer as compras então ela que vai, que percebe que as calças das crianças não tão servindo, ou que precisam de outra coisa... É como fosse uma gerente. Gerencia a casa. Nós dividimos tudo, ela diz. É paritário, eu faço ele faz, ele ajuda pega junto.

Vai dizendo que a construção social faz com que tenha criado habilidades para o cuidado que são importantes, mas desvalorizadas.

A minha mãe era ligeira, cuidava de todos e da casa. Pergunta-se como criar meninos num ambiente que propõe essa vida, esse modo de cuidar unilateral de algumas coisas específicas. Meu filho quis fazer balé e é o único porque os outros todos tão fazendo futebol.

Pergunta-se se é inata sua característica de ser mais rápida e mais ágil na administração da casa. Vai supondo algumas predisposições e, assim, pergunto como foi que aprendeu essas habilidades que desenvolve. Ela ri e diz que lembra que seu pai não comprava as próprias roupas, que sua mãe quem fazia. “Ele trabalhava fora, fazia várias coisas, mas era como se essa preocupação não fosse pra ele, como se se vestir fosse menos importante que fazer coisas fora de casa”. Conversamos sobre isso, e vou encaminhando a despedida e os agradecimentos, e ela me diz que imaginava, quando topou participar da pesquisa, que falar com alguma psicóloga, mesmo que numa pesquisa, sobre o que acontecia naquele último um ano e uns meses, seria boa ideia. Algo novo lhe ocorreu na contação da história, dessa vez.

—

Figuras específicas em torno do cuidado evidenciam lógicas individualistas sobre sua invenção, de forma que desvalorizam práticas de cuidado “feitas à mão”, artesanais. No presente capítulo, buscamos informar um argumento que desliza a ideia de economia dos cuidados para a de ecologias dos cuidados. Isso acontece como um modo de habitar o problema de pesquisa que construímos: como se atualizam as práticas de contar a história do cuidado a partir de mulheres também mães, em muitas configurações possíveis. Percebemos a necessidade de ampliar o vocábulo ‘econômico’ visto que o cuidado é uma prática entre todas

as pessoas e que essa ampliação é epistemologicamente importante para as pesquisas situadas. Para contarmos histórias que especulam modos de vida que interessem a um projeto societário emancipatório e cuidadoso, muitas ferramentas analíticas têm se feito necessárias. Adiante percorreremos mais intimamente algumas variáveis que teorias feministas oferecem e que informam como a pesquisa se relaciona com o campo que produz.

3. Por uma Perspectiva Feminista do Cuidado

Redes, interdependência, produção de novas percepções de mundo e de narrativas que componham com cuidado uma existência mais possível. Cada uma dessas ideias é radicalmente produzida em companhia dos estudos feministas. E é do escopo epistemológico da pesquisa a consideração de que o pensamento feminista, este que o texto refere e qualquer outro, não existe em si, não é ontologicamente contornável. De toda forma, diferentes seres estiveram produzindo saberes e formas de vida que questionam a unicidade e o poder do sujeito, o qual foi inventado como se fosse alguma espécie de “algo a alcançar” para todos os sujeitos que, assim, são inventados como “outros” desse que se considera o primeiro – é a lógica da colonialidade. Na literatura, na ficção científica, na biologia, na psicologia, na psicanálise, na filosofia... nas comunidades, em ongs, nas casas das pessoas... o pensamento que questiona lógicas sexistas, racistas, lgbtfóbicas deflagra os efeitos da produção de conhecimento feminista em franco movimento de ampliação. A dissertação aqui apresentada surge na esteira de uma produção científica afetada pelo feminismo e, cabe situarmos, a primeira autora que esteve em encontro com a pesquisa foi bell hooks. Assim, por uma política feminista do cuidado, busca-se contar movimentos de chave do pensamento feminista a partir de diferentes autoras. Quando escrevo diferentes, torço que leiam na radicalidade. São mesmo autoras diferentes.

Veremos adiante uma composição múltipla de vozes, de corpos, de modos de leitura que acontece por meio de algum feminismo. Entramos em um campo que envolve uma mistura que acontece justamente para criar com: em contraposição a clausuras conceituais, e de forma alguma abraçando inocentemente caminhamos entre a mistura e a intenção pelo rigor. Em um processo de pesquisa e de escrita, a dissertação propõe encontros feministas que existem e que se espalham na hibridez. Pode ser uma exagerada ampliação, a atividade de não delimitação inicial da vertente da teoria feminista com a qual dialogaremos, mas insistimos em variações epistemológicas, mesmo no território de produção de questionamentos feministas à produção de mundos que nos interessem: o território que habitamos nos convida à invenção e à hibridez. O cuidado, a pandemia, as maternidades. O Brasil entre 2020 e 2021, o campo que percebemos e que produzimos nos instiga a análises amplas.

As epistemologias feministas têm aberto campo na produção científica em diferentes áreas do conhecimento, uma vez que se institui como um paradigma, um modo de conhecer,

que é possibilitado e possibilitante seja nas ciências exatas, seja na ficção científica. A presente pesquisa é constantemente instigada por questionamentos que diferentes paradigmas feministas têm causado aos modos de vida hegemônicos. Dessa forma, considera a pluralidade – tantas vezes paradoxal – necessária para a produção de sistemas-mundo, cientes da impossibilidade de totalização ou encerramento de sentidos que advém de práxis feministas em termos globais ou universais. Ou seja, estaremos presentes à ideia da parcialidade como método de produção científica feminista (Haraway, 2009/1988). Acompanhadas de ideias de bell hooks, Donna Haraway e de María de Puig Bellacasa – teóricas bastante diferentes, cabe situar –, que defendem, cada uma a seu modo, que a produção de novos modos de pensar e de conhecer que alcancem novos mundos possíveis é a uma prática cuidadosa. Uma parte importante dos estudos feministas sugere e demanda justamente a ruptura com as divisões oposicionistas também pertencentes ao pensamento acadêmico e mostra a importância das coalizões. Haraway (1997) instrumentaliza esse posicionamento, quando informa que ela própria, bell hooks, Patricia Hill Collins e Judith Butler, por exemplo, não são obrigadas a concordar quanto a perspectivas, estudos sobre a ciência ou teoria feminista. Situa novamente a questão do contexto para que se possa considerar, de fato, a localidade de um ponto de vista para a sustentação de camadas do pensamento. É considerando esse pensamento de construção de conexões que Bellacasa (2012) sustenta que o pensamento de Haraway insiste em lógicas cuidadosas nas redes de pensamento feminista, em detrimento da busca incessante de rupturas e de cisões.

Isso não existe ingenuamente. Evidenciamos, como proposta epistêmica, a relação do conflito em um campo discursivo que envolve produção de sujeitos. O feminismo é relacional, contingente, histórico e inserido no eixo colonial: nenhuma dessas práticas acontecem sem problemas. Estaremos com ele, no e pelo problema, como na sustentação proposta também por Haraway (2016). Esse pensamento não se constrói sozinho. Muitas das vozes sabem e percebem a dimensão política do dissenso na proposição feminista. Angela Davis (1997), em conferência realizada no Maranhão, caminha essa rota de problematização e de incentivo à diferença, acompanhamos as palavras dela:

O desafio consiste em saber como trabalhar com as diferenças e contradições. A diferença pode ser uma porta criativa. Nós não precisamos de homogeneidade nem de mesmice. Não precisamos forçar todas as pessoas a concordar com uma determinada forma de pensar. Isso significa que precisamos aprender a respeitar as diferenças de cada pensar, usando todas as diferenças como uma “fagulha criativa”, o que nos

auxiliaria a criar pontes de comunicação com pessoas de outros campos. (DAVIS, 1997, s.p.).

Pontes de comunicação. Convidamos a percorrer essa ideia como uma forma de criar narrativas mais extensas, densas e complexas acerca de produções de vida. Em *O feminismo é pra todo mundo*, a cuidadosa e rigorosa escrita de bell hooks percorre proposições feministas que sejam acessíveis a uma população diversa. Ela afirma que gostaria de escrever um livro que as pessoas pudessem levar para casa e compartilhar com parentes (hooks, 2018). A ela, um projeto feminista interessante considera uma linguagem possível – concisa, fácil – para a formação de novos encontros. Defendendo uma ideia de feminismo enquanto política coletiva que combate o “patriarcado capitalista de supremacia branca” (hooks, 2018, p. 72), hooks ancora sua concepção de luta feminista – em movimentos sociais, na academia – como comprometida a uma não essência. Mesmo já tendo acreditado que o feminismo seria um feito exclusivamente de pessoas identificadas como mulheres, bell hooks instiga todas as pessoas a se aproximarem (2018). Como Angela Davis (2018/2015, p. 99) considerava em *A liberdade é uma luta constante*, há múltiplos feminismos, e o que consideramos deve “envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear.

De mais perto, e concordando com um feminismo que não reivindica para si uma essencialização de um sujeito político específico, buscaremos habitar linguagens feministas. O encontro com as maternidades e os cuidados se dá em composição com uma rede teórico-prática que complexifica as ferramentas analíticas da pesquisa em questão. Assim, durante todo caminho de uma pesquisa-intervenção com oficinas e com contação de histórias, estivemos aliadas à ideia de um feminismo para todas as pessoas, que tenha alcance para além de importantes propostas conceituais e que seja questionado à medida que propõe novas rupturas e consequentes novos caminhos. Em diferentes marcos, lugares, idiomas e, principalmente, com diferentes problemáticas situacionais, os estudos feministas são os principais precursores para a possibilidade desta dissertação. São muitas maneiras de habitar uma problemática, de construir uma problemática a partir de pensamentos críticos que buscam ampliação das histórias que contamos acerca do mundo, das relações e de um projeto societário que desacreditamos. Muito embora o academicismo seja criticável em muitos níveis, a discursividade feminista tem

alcançado, desde muito, as/os mais variadas/os sujeitas/os em busca de uma ideia de mundo mais possível. E assim, este capítulo abarca conceitos, ideias e movimentos de pensamentos feministas que estiveram embasando os passos dados no decorrer da pesquisa. Esse constante exercício segue acompanhado do jogo de contação de histórias, porquanto foi esse o caminho da pesquisadora e do andamento da dissertação. As ideias são encontradas entre e são costuradas no decorrer da produção narrativa.

3.1 TRÊS: é minha segunda pandemia

E falando nela, Cibele tem uma filha de 2 anos agora. É uma mulher moradora de Porto Alegre. É branca e professora da rede de ensino público na cidade. Fez 34 anos e muito lhe passou nesses anos de vida. Tu perguntou sobre histórias e cuidado na pandemia, né? Bem, essa não é minha primeira pandemia, mas a segunda, assim conta a história de que teve um filho que faleceu em 2017, mas que, antes disso, cuidava-o integralmente. Era álcool gel, máscara. Ele tinha leucemia, não podia se infectar. Viveu uma vida de pouca circulação. Posso fumar um cigarro? Ela conta que criou ambos os filhos, pelo tempo que foi, sem a presença e a ação dos pais que também os colocaram nesse mundo.

Cibele entende que a relação que tem com o feminismo ajuda na percepção de que as construções sociais acerca do gênero faz com que homens pais tenham mais facilidade em desprender a atenção das crianças. É como se não vissem nada. Diz que precisa cobrar para ter a participação do pai da menina, que precisa avisar, contornar. Mas que faz ele fazer. Não é justo, sabe, que eu faça sozinha. Nem dá. Tem cada coisa.

Sozinha com ela numa dessas, quando eu ainda não cobrava tanto, fiquei muitos meses pedindo supermercado de casa. Mas assim, sem ver uma pessoa adulta na minha frente. É bizarro, não tá bem isso. Aí eu percebo, ela tá demorando a falar, eu tô preocupada se é algo mais sério... Mas enquanto isso são muitas gestões pra fazer. Cibele agora percebe que é preciso exigir do pai da menina que ele passe tempo com ela e, mesmo que tenha medo da possibilidade de a menina se infectar, demanda que ele cuide dela. Tem trabalhado de novo no ensino público e não tem convivência próxima com uma rede de apoio extensa. Através das redes sociais, criou grupos de apoio entre mulheres também mães que compartilham vivências sobre maternidade-

solo. E isso que tenho trabalho, comecei a falar sobre isso com um monte de gente. Tô certa de que, sem rede de conversa, pelo menos, não se possibilita essa função toda.

Dessa conversa, saio pensando na amplitude do feminismo como uma chave de leitura de mundo. Será que concordávamos em algumas de nossas impressões?

3.2 Sujeito político do feminismo: ainda?

A relação estabelecida entre estudos feministas e maternidade implica uma pergunta importante acerca de a quem se destina essa produção, porquanto sabemos que caminhamos em um campo denso que envolve identidade, direitos e diferentes discursos. Não buscamos essa ideia de “a quem serve” como se a produção da dissertação fosse para que alguém ou para que um grupo determinado de pessoas se beneficie, enquanto um outro não. Em outros termos, a problemática que nos concerne afeta a um projeto societário mais possível e, por isso, novas formas de contar. Maternidade é, nessa articulação, um vocábulo amplo e extenso, como um guarda-chuva que abriga diferentes experiências e se escora em um outro termo que abriga diferentes experiências: assim chegamos na categoria mulher.

São muitas ideias articuladas aos estudos feministas que se perguntam qual sujeito político do feminismo: de quem se ocupa, a quem serve, quem defende. Nessas perguntas que incluem um quem, gramaticalmente esperamos que venha uma pessoa, e logo pensamos: ora, o feminismo serve a combater o sexismo, logo se ocupa de mulheres e de homens, para que as mulheres tenham mais mobilidade, trabalho, dinheiro, possibilidades de vida e, assim, o feminismo então defende os direitos *delas*. Uma outra abordagem para a questão é para onde apontamos com essa lógica: de que se ocupa, a que serve, o que defende. Essa mudança de lentes, de orientação do pensamento, tem interessado um pensamento feminista que habita a ficção do território do gênero e que não pausa nos direitos de sujeitos mulheres como um fim em si mesmo. De forma alguma desconsideram direitos de mulheres, apenas não pausam nestes como um fim. O que não desconsidera o cenário destrutivo de retirada de direitos de sujeitos e de grupos inteiros que tem se afirmado em diferentes territórios geopolíticos, como é o caso nas terras inventadas brasileiras, como percorremos no capítulo anterior.

A questão acerca do sujeito político é uma entre outras para diferentes chaves de leitura na epistemologia feminista. Judith Butler (2016/1990) é uma das vozes que percorre a produção

de um problema acerca da afirmação da categoria mulher, e observa que anteriormente aos anos 1990 o discurso feminista esteve produzindo questões e sendo questionado. A ideia representacional de mulher, ou de mulheres, já vinha sendo evidentemente não mais compreendida em termos estáveis ou permanentes. Em termos políticos e representativos – como quando falamos em direitos de mulheres, voltados às mulheres, ou mesmo às mães etc. –, habitamos com Butler um paradoxo: se o poder jurídico que “garante” direitos produz o sujeito que defende meramente representar, a categoria mulheres é produzida pelas mesmas estruturas de poder das quais busca emancipação (Butler, 2020/1990). Trata-se de um ponto de contestação e uma discussão de grande complexidade e importância à mobilidade dos estudos feministas, visto que é também uma questão de localização do conhecimento, na perspectiva de Haraway (2009/1988). Aqui cabe situar que Donna Haraway é uma autora que atualmente compõe o cânone acadêmico em relação ao feminismo hegemônico e é uma das autoras que trabalha a partir dos conhecimentos situados; ou seja, é uma escolha da pesquisa em questão, de modo que há múltiplas vozes e corpos empenhados nessa discussão. Butler, em caminho diferente mas ressonante, escreve em contexto estadunidense e sob uma perspectiva filosófica, em companhia de muitas autoras do feminismo considerado hegemônico – não escrevemos sem ressalvas. Ainda assim, a questão que Butler coloca evoca justamente a universalização de uma ideia de mulher, e critica a presunção de um conglomerado de experiências e de relatos ocidentais que pudesse postular como unitária uma forma singular de sofrimento de mulheres em decorrência de alguma opressão universal (Butler, 2020/1990).

Para a autora, se alguém é uma mulher, isso não é tudo o que este alguém é, ao passo que o termo continua exaustivo já que o gênero “nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2016, p. 21). Ao que se pese que alguma noção de intersecção entre localidades políticas pode ser observado no pensamento da autora, essa noção é ainda trabalhada de outra forma a partir do pensamento feminista negro, como em Hill Collins – uma discussão que faremos adiante. Mas voltando ao pensamento de Butler em *Problemas de Gênero*, resumidamente: i) uma noção de patriarcado universal visaria a articular toda forma de dominação que mulheres sofreriam e é bastante criticada porquanto endossa a universalização da ideia de mulheres; ii) uma noção de identidade feminina em alguma especificidade

desconsidera a constituição intrínseca de classe, de raça, de sexualidade; iii) a fragmentação do pensamento feminista e a oposição de mulheres que o feminismo afirmaria representar desvela justamente a problemática da identidade e da presunção de universalização. São pontos nodais do pensamento da autora que informam modos de habitar o território discursivo em torno do gênero. Essa pequena articulação conceitual se fez crucial ao andamento da pesquisa, como uma importante instrumentalização. Experiências maternas distintas são facilmente interpretadas como semelhantes: culpa, sobretrabalho, solidão, exaustão, homeschooling – todos termos que podem fazer parte do enquadre de vidas de pessoas mães. Por outro lado, esse endossamento tem se feito um encontro crítico do qual se buscam saídas, outras rotas, expansões. Se às maternidades ou às possibilidades de habitar o termo “mulheres” resta essa repetição de atos, estamos em crise. Assim lembramos Donna Haraway (1992, p. 277) e abraçamos o paradoxo: “a teoria feminista avança por figuração exatamente nos momentos em que suas próprias narrativas históricas estão em crise”.

Muitas distâncias existem entre os estudos feministas pensados a partir do contexto estadunidense e o caminho do pensamento e da prática feminista no Brasil. No contexto brasileiro, também dialogamos com o pensamento de Sonia Corrêa (2016) quando ela questiona o uso da categoria “mulher” enquanto aquela não interrogada, definida biologicamente: diante da pluralidade – tantas vezes interessante – do pensamento feminista, há uma dificuldade em perceber as vezes que estamos atravessando algum impasse político-ideológico, de forma que se torna difícil a nomeação de fraturas (CORRÊA, 2016). Para a autora, há um apego feminista na categoria mulher, o que acontece devido à rentabilidade política que a noção traz. Mesmo diante das mulheridades como construção social e discursiva, esbarramos em sobre-afirmações rígidas que se encaminham a uma essencialização: o apego acrítico à ideia de um feminismo que visa unicamente à vida das mulheres produz pontos estreitos de leitura, enquanto não percebe muitos outros. É uma rota estreita: por um lado a afirmativa de que mulheres têm mais cuidado afirma uma produção também performativa e incentivada por sistema de base cisheterocolonial – é uma construção que não pode ser desconsiderada; por outro a afirmação categórica de que “mulheres cuidam e homens não” faz uma divisão dualista, binária e simplista que demanda contornos mais robustos.

São muitas possibilidades para que a ideia de mulher universal não seja levada adiante em termos supostamente estáveis. A pesquisa se ancora em um questionamento acerca da

unicidade do sujeito considerado universal que, por ora, é o masculino branco cisheterossexual etc. Nessa mesma esteira crítica estaria a mulher branca marcada ontologicamente em uma existência: assim, existiria A mulher. Ou seja, refutamos essa ideia justamente apoiadas na crítica ao pensamento dualista e opositivo moderno-colonial de pensamento-ação.

A contingência é uma ideia cara à epistemologia feminista. E aqui habitamos um território complexo: por um lado, sabemos que a afirmação categórica de que determinados grupos precisam de determinadas políticas – como é o caso dos direitos reprodutivos no Brasil, tão atacados –, por outro percorremos um caminho pouco consistente. Não nos parece estratégico opor essas duas vias, como em mais uma divisão categorial opositiva. Nos interessa, entretanto, percebermos que tudo aquilo que defendemos é absolutamente momentâneo. Importante, necessário, estratégico e contingente. É nessa direção que contamos histórias a partir de mulheres mães envoltas no cuidado de crianças no tempo pós advento da pandemia iniciada em 2020. Cabe explicitar que as mulheres participantes da pesquisa são todas cisgêneras: isso não se deu como uma condicionalidade, visto que nossa busca era por histórias que envolvem cuidado, mas sabemos que o uso do vocábulo ‘maternidade’ é mais facilmente articulado a experiências cisgêneras. Essa articulação entre maternidade e cisgeneridade tem estatuto de questão teórica na perspectiva da pesquisa, porém não foi questão sobre a qual nos debruçamos. Sinalizamos, dessa forma, a necessidade de investigações nesse campo.

Voltamos a questionar essa dimensão dual. É importante lembrarmos que ela também habita o pensamento acerca da diferença sexual, que mesmo considerando as construções sociais e culturais, segue afirmando lógicas de funcionamento oposto. Com Butler, percebemos também o questionamento, já que “independente do patriarcado sempre presente e da permanência da diferença sexual como uma operante distinção cultural, não existe nada no sistema binário de gênero que esteja dado” (BUTLER, 2019/1998, p. 229). Nesse caminho, a autora segue reivindicando que gêneros não são inscritos nos corpos, nem determinados pela natureza, pela linguagem ou pela história do patriarcado. Ainda com ela acompanhamos que, “[n]a verdade, é a pressuposição da própria categoria mulher que pede por uma genealogia crítica dos complexos caminhos institucionais e discursivas pelos quais ela é formada”. (BUTLER, 2019/1998, p. 227). A autora segue a proposição de que o pensamento feminista não trabalha a partir da reificação da diferença sexual como evento fundante da cultura, visto que essa reificação encerra possibilidades de pensar como diferenças sexuais são formadas em

um primeiro momento, bem como continuam sendo formadas. Butler aponta que essas diferenças seguem sendo formadas tanto pela tradição masculina apropriada do ponto de vista universal, quanto por posições feministas que defendem a noção unívoca da categoria mulher. Aqui, há uma problematização importante: quando afirmamos a produção discursiva do gênero, também afirmamos a produção discursiva em torno do corpo sexado. E para os corpos-mães, reprodutores ou não, há uma produção de tecnologias e de políticas que circulam a reprodução, o cuidado de crianças, leis trabalhistas e de acesso ao mundo do trabalho formal que produzem possibilidades de vida. De forma que é crucial perceber essas invenções, a feminização inscrita ao cuidado, a representação de mulheres diferentes nos mais variados espaços; no entanto, essa defesa precisa ser feita de maneira que não haja distorção e reificação de uma suposta coletividade que a teoria feminista deveria emancipar.

A suposição de uma reescrita de um mundo sob um ponto de vista de mulheres é também criticada por Butler. São considerações importantes, visto que uma precipitação de concordância e/ou solidariedade entre mulheres é refutável de muitas maneiras, ingênuo de outras e criticado por diferentes teóricas do feminismo. A continuidade de um uso do vocábulo e da categoria mulher para o desenvolvimento de análises no campo da teoria feminista acontece neste trabalho, o que se dá sem desconsiderar a insuficiência ontológica do termo e a construção do mesmo dentro de parâmetros modernos-coloniais. Uma visão que nos interesse do feminismo não acredita na epistemologia da diferença sexual como ponto de partida, e não celebra suposta essência ou natureza cultural que seja compartilhada e encontrada entre as mulheres.

A diferença sexual como uma epistemologia é uma ideia defendida por Paul B. Preciado (2020). Ele a considera, entre outras noções, uma economia política do corpo, uma episteme situada historicamente e forjada junto à taxonomia racial também relacionada a invasões coloniais perpetradas pelo continente europeu. A partir do pensamento de Preciado, encontramos também a fabricação do regime da diferença sexual como um sistema histórico de representação, um conjunto de discursos e de acordos culturais em muitos níveis da organização societária. Esses acordos permitem a uma sociedade a distinção entre o que se considera verdadeiro e falso, de forma que uma epistemologia determina relações entre o “que existe e o que não existe, estabelece uma hierarquia entre seres diversos, determina um modo específico de experimentar a realidade através da linguagem” (PRECIADO, 2020, p. 60). Trata-se de um

conjunto de instituições que regulam os rituais da produção e da reprodução social (Preciado, 2020). Nessa mesma esteira da epistemologia da diferença sexual, lembramos considerações feitas por Sofia Favero (2019), quando aponta o vício linguístico de chamar mulheres ou homens como “biológicos” para determinar sua cisgeneridade, como se fosse o gênero um tópico social: o que se insere aqui é uma dicotomia entre verdadeiro e falso. Essa produção está em profunda relação com a matriz de pensamento moderna-colonial e, mesmo entendida muitas vezes como natural, é uma invenção que serve a determinados fins, um paradigma situacional e sujeito a mudanças.

Na decorrência das ideias com as quais conversamos, é importante situarmos um ponto de encontro. Entendemos, junto com Preciado, o patriarcado heterocolonial como uma ordem política e econômica que, justamente no campo que envolve cuidados e maternidades, é motor para a produção da individualização de responsabilidades acerca do cuidado. Essa noção é contingente e pode abarcar alguns problemas, como a própria noção de patriarcado universal. Não defendemos essas categorias como separáveis ou homogêneas, de modo que elas se atualizam diferentemente a depender das lógicas analíticas que pensam as relações de poder. Passamos a entender a branquitude, a cisgeneridade e a heteronormatividade como ocupantes de um lugar fronteiriço – que se informam – e que, pensadas coletivamente para além de suas expressões em cada sujeito, podem alcançar o estatuto de paradigmas adequados a serem seguidos (FAVERO, 2019). Ou seja, são noções idealizadas. Nessa mesma direção, o patriarcado heterocolonial pode ser identificado na produção de políticas conservadoras com as quais a pesquisa estabelece relação: é uma invenção que tem sido idealizada e perseguida em políticas hegemônicas brasileiras atuais e que, pensada dissociadamente da colonialidade, não nos parece um ponto de partida que abarca a problemática a partir da qual pensamos estratégias.

É importante situarmos que essa discussão tem como um de seus eixos a identidade, que tem sido uma questão para muitas epistemologias e modos de produzir conhecimento nas ciências humanas. A marcação arbitrária e categórica do que é considerado “um” e “outro” tem sido criticada imensamente por diferentes vozes. Na concepção de sua ficção, contingência e instabilidade, retomamos Preciado (2020, p. 39) que defende que

todos temos identidade, ou melhor dizendo, ninguém tem identidade. Todos ocupamos um lugar distinto em uma rede complexa de relações de poder. Estar

marcado com uma identidade significa simplesmente não ter o poder de nomear como universal sua própria posição identitária.

Pensamentos de estratégia são necessários para pensar o campo. Lembramos que Gayatri Spivak tem defendido a possibilidade de uma maneira estratégica de usar essa falsa ontologia envolta à categoria ‘mulher’, mesmo sabendo que esta não é suficiente. A autora sugere que o feminismo precisa se apoiar em um essencialismo operacional, em que se usam as ideias essencializadas acerca da mulher temporariamente. Já Butler (1993) defende que se trabalhe a partir de uma posicionalidade estratégica, visto que as noções utilizadas para tanto seguirão sendo pensadas a partir de uma provisoriedade: em termos de posição, nenhuma é essencializada. Retomamos aqui a ideia de localização do conhecimento: é necessário sabermos qual o território político que habitamos, que se defende e que se ataca em torno de políticas específicas que envolvem sujeitos sexados. Se falamos de nações que legalizam ou não o procedimento de aborto, que fazem ou não cirurgias de castração etc., muda o ponto de localização com o qual conseguimos reposicionar a estratégia. Enquanto o fazemos, não esqueçamos que a invenção que precede o feminismo – o cisheteropatriarcado, a matriz de pensamento moderno-colonial – tende a se remodelar e que isso demanda novos contornos a quem pensa um outro sistema-mundo.

Para Haraway, já no início dos anos 1990, tem se feito difícil sustentar o nome feminismo sob todas as circunstâncias. Sendo as identidades estratégicas e também contraditórias, não há nada presente no fato de “ser mulher” que uniria mulheres. “Nem mesmo uma tal situação - ‘ser’ mulher” (HARAWAY, 2019/1985, p. 165). A autora precede essa frase com o seguinte argumento: o reconhecimento de que raça, classe e gênero são historicamente constituídos, foi uma importante e árdua conquista. Além disso, em decorrência desse reconhecimento, que percebe a instabilidade dessas noções perpetradas pela lógica colonialista, esses elementos não podem seguir formando a base da crença em uma unidade essencial: “Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis” (HARAWAY, 2019/1985, p. 165). Paul Preciado (2020/2019) traz perguntas importantes sobre quem, afinal, seria considerado sujeito para os movimentos feministas: afirma que o sujeito do feminismo é o próprio projeto societário radical, e não os corpos mulheres. Nessa direção, que acompanha a epistemologia que baseia a pesquisa, o projeto societário radical alvo do feminismo busca práticas

coletivizadas para a produção de um mundo com cuidado – o que se dá temporariamente. Nessa concepção, seguiremos vendo o remonte – e o desmonte – de políticas e de estratégias feministas. Elas não são inventadas para a eternidade, mas para fazerem efeito.

Ao que se pese o problema no qual permanecemos, teorias e práticas feministas incluem mudanças paradigmáticas efetivas na vida de sujeitos e de instituições. Que não apontemos à identidade como um fim, não exclui que percebamos as denominações que servem inclusive para a proposição de políticas públicas como hoje são pensadas: como homem, mulher, criança, dependentes, responsabilidade, licença-maternidade etc. As balizas constituídas para a garantia de direitos não são opostas à necessidade que percebemos de desconfiar radicalmente de armadilhas binárias de pensamento-ação.

3.3 Quem me navega é o mar: ondas, situacionalidade, localização

O feminismo é vasto e eventualmente categorizado a fim de uma inteligibilização, de uma didática. Pois bem, a possibilidade de existência de mundos menos sexistas – para tomar em foco de análise um objetivo geral do feminismo –, em si mesma, exige uma navegação na contracorrente da organização societária normativa. Ou seja, existem diferenças históricas, regionais, econômicas etc. para as ideias de cunho feminista que presenciamos na produção científica e, inclusive, na que vemos no escopo da pesquisa. Ainda, as chamadas ondas – primeira, segunda, terceira e se há uma quarta – são entendidas como marcos que contam uma considerada “história oficial”. Desse modo, a partir da noção de onda é importante sabermos que há cantos não considerados na contação da história e que os movimentos cotidianos e de base ofereceram matéria para os momentos de giro considerados amplamente nas histórias feministas. Com os giros, muda o contexto em que o feminismo está inserindo e muda a prática feminista em si. Contexto esse que muda ao passo que, inclusive, sofre o efeito de políticas de organização “progressista” – o feminismo muda o projeto societário no qual se insere e, justamente por isso, muda o feminismo. “Ele” não é estanque. Aqui também somos acompanhadas pela influência crucial do pensamento feminista negro, porquanto percebemos em Patricia Hill Collins (2019/2000) uma das características distintivas do feminismo negro sendo a relação com a mudança e o movimento. A autora aponta para as relações dinâmicas

entre os sistemas de opressão, os efeitos do pensamento e a prática feminista negra, bem como/assim como a efetiva mudança de condições sociais.

Quando situamos um feminismo que não é estanque, que não permanece em si mesmo e que não vive a duração, habitamos uma questão: não afirmamos que o feminismo existe em uma ontologia, no entanto não percebemos a eficácia de tornar o vocábulo plural e assim pensar encerrar ou abrir sentidos. Dizer feminismos, e que são muitos, não desvia a questão de situar a partir de quais ideias se formula um pensamento. O feminismo é consistente, e mesmo que possamos buscar um mundo em que ele possa ser dissolvido diante da dissolução do que o inventa – a sociedade da colonialidade de pensamento binário e sexista –, por ora procuramos seus efeitos. Aqui, “Quem me navega é o mar” narra sobre as contingências e situacionalidades que a pesquisa percebe na formulação e na manutenção de um feminismo articulado, político, não-ontológico; relacional como é o cuidado, eventualmente banalizado de sentido, porém aqui defendido enquanto paradigma teórico e enquanto epistemologia, e tornado importante ferramenta desde que utilizado de forma rigorosa.

Rigor é um termo complexo. Vezes utilizado para continuar uma lógica categorial e rivalizante, em nome de alguma “pureza” conceitual – o que, a nós, não existe. A ideia de um pensamento único, como em uma história única (ADICHIE, 2020), não nos interessa também. Rigor é um vocábulo importante visto que é algo necessário para a possibilidade da hibridez – aqui traduzida por mistura –, bem como dá o tom de um feminismo que pode ser pensado no Brasil. É mesmo! Não caímos na ideia de que isso se dá devido a alguma “miscigenação intrínseca” às terras inventadas brasileiras – de nenhuma maneira. Agora, em tamanho território, percebendo uma história tão complexa, o feminismo do qual falamos, considerado em rigor e situacionalidade, não poderia jamais se tratar de alguma importação conceitual, nem do norte-global, nem de nenhuma localidade geopolítica sul-localizada. Nem por isso se trata da escolha de um feminismo à brasileira, ou desterritorializado: o que interessa são as alianças e, estrategicamente, produzimos pontes entre ideias pensadas por bell hooks e por Donna Haraway, por Judith Butler e por Angela Davis. Por vezes, como bem analisa a pesquisadora feminista brasileira Sonia Corrêa, o conjunto geopolítico continental oferece uma perspectiva que o unicamente latino-americano não oferece, visto que somos imensamente afetadas/os pela política conservadora de organização transnacional. Mesmo que possa parecer um exagerar à múltipla escolha, encontramos o pensamento feminista de muitas localidades... desde que nos

instrumentalize a pensar uma política feminista do cuidado, por meio da invenção de novos mundos mais habitáveis.

Em diferentes marcos temporais e históricos, estudos feministas foram categorizados a partir de nomeações. Importa, ao escopo da discussão que nos cabe, apontarmos que a assunção de uma ou de outra onda do feminismo é também um ato de reconhecimento público que dá visibilidade a determinados corpos e a determinadas discussões. Não entraremos mais extensamente nas ondas como um debate, justamente porque compreendemos os movimentos cotidianos como anteriores às invenções que são posteriormente compreendidas e nomeadas. O feminismo, não sendo estanque, também não é invenção de mulheres brancas ocidentalizadas. Ou seja, na contação dessa história sempre cabem muitas outras, a se entremear. De toda forma, na relação maternidades-cuidado percebemos uma importante participação dos feminismos considerados de segunda onda, que buscavam mais extensamente políticas reprodutivas, liberdades de corpos mulheres, acesso à contracepção e à escolha em relação a acontecimentos como o nascimento de crianças, o parto etc. Pautas importantíssimas, cabe dizer. É somente alguns anos depois que os estudos de gênero e os estudos feministas tomam o corpo em articulação e, com isso, passam a problematizar a estabilização de noções de gênero e de sexo. Como já dito anteriormente, somos mergulhadas nessa discussão, no acordo de que as identidades são instáveis e que o sexo, justamente, é uma produção discursiva (Butler, 2020/1990). Trazemos aqui essa discussão, pois um dos pontos de conexão que apresentamos durante a pesquisa é a articulação de maternidades – que incluem direitos reprodutivos e cuidado de crianças – e de estudos feministas que visam questionar a divisão maniqueísta de pensamento que, inclusive, opõe homem e mulher como categorias estáveis e opostas.

Nessa mesma esteira de criticidade das essencializações, às voltas com diferentes corpos mulheres, torna-se fundamental situarmos que se tratam de produções normativas que buscam homogeneidade e que se defendem desse mundo povoado de diferenças. De forma que a lógica categorial opositiva é recurso para a fundação e para a manutenção do pensamento moderno-colonial que centraliza um sujeito de poder em detrimento de todas/os que serão consideradas/os outras/os. Para Grada Kilomba (2018) essas/es sujeitas/os são tornadas/os outras/os pelo discurso da branquitude. Assim, ela estabelece o conceito de “outridade”, que existe através de inúmeras projeções; estas, feitas por sujeitas/os brancas/os – e são também esses usos categóricos e essencialistas que reiteram a invenção desse que ora é considerado

universal. Um dos efeitos dessa oposição é a invenção do par binário natureza/cultura, em que às mulheres e aos cuidados caberia à esfera “natural”. Essas dicotomias hierárquicas são colocadas em questionamento por muitas teóricas feministas e também por teorias afetadas pelas problematizações feministas.

Desde o início, a maternidade era uma questão que analisávamos como descentrada da produção teórica feminista aliada aos estudos de gênero. Como se a maternidade fosse intrinsecamente uma prática heteronormativa; como se, numa problematização do feminismo considerado pós-estruturalista, a ideia fosse a exclusiva greve de úteros e o fim da procriação humana para produções de vida tecnológicas e com diferentes acoplamentos. E que essas práticas tirassem de cena a questão da essencialização e da repetição do modelo familiar. Bem, embora critiquemos o familismo enquanto paradigma em ciências humanas e sociais, sabemos que as considerações de Donna Haraway e de Paul Preciado, por exemplo, não buscam estabelecer uma nova forma de todos os sujeitos humanos lidarem com fenômenos complexos. O que percebemos é que por vezes a produção teórica considerada pós-estruturalista é interpretada como se unicamente dissolvesse categorias e como se trabalhasse questões que não dizem de materialidades que habitamos, como são as políticas públicas. É importante percebermos armadilhas discursivas: se criticamos a suposta estabilidade oferecida à categoria mulher e, enquanto isso, não problematizamos a hegemonia de políticas e de práticas que atingem diretamente mulheres por meio dos direitos reprodutivos, por exemplo, não concordaríamos, de alguma forma, que algumas questões concernem à problematização e outras são intrinsecamente normativas? E ainda uma outra armadilha discursiva: se os estudos de gênero, que apontam a crítica à unicidade da categoria mulher, fossem necessariamente não inclusivos com muitas vidas de mulheres – incluindo as que são mães –, diríamos então que às mães caberia a defesa de uma categoria produzida também no reforço de estereótipos?

Pausamos esses questionamentos para estabelecermos um diálogo sobre maternidades e parentesco. É importante retomarmos Gayle Rubin (1993/1975) quando escreve *O tráfico de mulheres* e aponta questões cruciais a como o estruturalismo percebe a família e o parentesco, bem como aponta a centralidade da invenção do casamento como uma possibilidade de venda de mulheres que instaura, também, o capital e a família como conhecemos. É na esteira deste texto – que também aponta para a mútua constituição do chamado sistema sexo/gênero – que outras problematizações vão se fazendo possíveis. Butler (2003) problematiza a vinculação

direta entre parentesco e heterossexualidade e entende o parentesco como conjunto de práticas que se relacionam com tipos de produção de vida em relações, como a criação de crianças. Dito isso, a autora segue o argumento de que é impossível pensar relações de parentesco sem pensar relações de propriedade, considerando a escravização e a dimensão de que pessoas e laços sanguíneos também se tornam propriedade.

Trazemos essas problemáticas para sustentar um posicionamento de que questões que concernem à maternidade são questões aos estudos feministas e de gênero em uma perspectiva que produz ruptura com discursos feministas transfóbicos que tem se afirmado em uma crescente importância. Ao passo que essa mútua ocupação demanda atenção a questões que envolvem, sim, majoritariamente mulheres racializadas no país. Na famosa afirmação “prefiro ser ciborgue a uma deusa” (HARAWAY, 2019/1985, p. 202), escrita no manifesto ciborgue e tão citada em contextos distintos, cria-se uma nova lógica dual. Essa lógica não consta necessariamente na obra de Donna Haraway, que antecede essa afirmação justamente contando da multiplicidade semiótica envolvida na representação da deidade. Mas a afirmação é evocada em diferentes textos como se equalizasse toda a questão em uma nova dualidade simplória. Ora, ou seremos ciborgues ou deusas? A deusa, se existe, é ciborgue. Se não existe, e nem importa, a inventamos de alguma maneira, como nos for estratégico, na construção de um sistema-mundo.

Esse exemplo da deusa ciborgue é um questionamento à dualidade intrínseca ao pensamento moderno-colonial, oposicionista e hierarquizador, e também constante em posicionalidades dos estudos feministas. De certa forma, também pouco complexo. Já assumimos que “ou isso, ou aquilo” informa uma matriz de pensamento que não serve à complexidade das ciências humanas. Outra questão que advém de um mesmo sistema lógico é “é mãe ou não é mãe?”: é evidente que ser atravessada pela experiência de gerar e se responsabilizar por crianças, judicialmente inclusive, produz uma posicionalidade na questão; esta, porém, não é única; as maternidades são constituídas como discurso. Em produção discursiva, ela alcança sujeitos que estão posicionados em diferentes lugares, de diferentes maneiras. Maternidades, ou procriação humana, ou reprodução, é questão para todas as pessoas.

É um território de conflito e de dissenso, e assim retomamos Bellacasa (2012) quando defende que percepções acerca do cuidado que sejam inspiradas no feminismo não podem ser baseadas no desejo por um mundo harmonioso, mas sim em ações práticas cotidianas que possam promover engajamento na produção de mundos interdependentes. Também essa

discussão que opõe pensamento teórico a práticas de vida é imensamente presente em epistemologias brancas e ocidentais marcadas pela lógica colonial, o que não se diferencia da lógica de feminismos hegemônicos. Essa é uma questão para seguir em debate e produzindo novos contornos, mas lembramos que autoras importantes do feminismo negro têm abordado essa problemática, apontando para a mútua construção entre pensamento e prática. Em bell hooks (2017, p. 104), encontramos que “não haverá brecha entre teoria e prática feminista”, e aqui a autora evoca inclusive a dimensão prática e material do exercício do pensamento.

Prática e pensamento feminista negro são articulados em dimensão dialógica, em vez de dialética – essa é uma noção importante encontrada no pensamento de Hill Collins (2019) e que ultrapassa possíveis dualizações acerca de teoria de um lado e prática de um outro. Articular-se com o pensamento feminista negro é perceber relações intrínsecas entre teoria, prática e coletividade, de modo que estas se informam e se constituem mutuamente. Em profunda relação com o pensamento crítico, as intenções se voltam à possibilidade de justiça social para coletivos de mulheres negras, bem como propõe mudanças em toda lógica de opressão, alcançando diversas populações. Nessa consideração, o conhecimento que se produz demanda ser conectado às experiências e a mudanças substanciais. Seguimos, portanto, pistas de um feminismo cunhado na interseccionalidade.

3.4 Interseccionalidade como marco teórico e operação prática

Os estudos feministas negros propõem mudanças paradigmáticas ao escopo das ciências humanas e sociais. Mudanças paradigmáticas: mesmo que pensemos unicamente através das três grandes categorias – raça, gênero e classe e, no escopo da pesquisa, a heterossexualidade compulsória –, a análise possível que considera unicamente uma – ou duas – das categorias é contraproducente para o entendimento dos próprios marcadores sociais da diferença. Inicialmente, a interseccionalidade é um marco teórico que reconduz o pensamento dessas categorias unicamente em correlação com, e nunca em sobreposição a, uma esfera analítica. Uma das histórias que embasa essa produção conceitual é a seguinte: políticas de contratação de funcionários em uma fábrica nos Estados Unidos atuavam sobre a contratação de pessoas negras e de pessoas mulheres. O que acontece é que contratavam pessoas mulheres brancas para determinados trabalhos, e pessoas homens negros para determinados outros. Mesmo que o

guarda-chuva “pessoas negras e pessoas mulheres” pudesse diametralmente abarcar as mulheres negras, ele não o fazia. Kimberlé Crenshaw (2002) observa – em termos legais, jurídicos e sociais – esse acontecimento e assim cunha o conceito de interseccionalidade. Esse conceito é trabalhado, pensado, criticado no escopo do pensamento feminista negro e produz efeitos em vasta produção teórica.

Quando situamos que essa é uma das histórias do conceito de interseccionalidade, é justamente porque essa relação de invenção conceitual e uma espécie de origem revelam justamente uma matriz de pensamento hegemônica. Os estudos feministas têm assumido os efeitos que o paradigma interseccional propõe às análises que os mesmos faziam, mas são afetados de maneiras diferentes – mais e menos sutis – na produção teórica. Winnie Bueno (2020) retrata essa história quando situa que teóricas feministas brancas apropriadas do conceito de interseccionalidade o vinculam à autoria de Crenshaw, que sistematizou o conceito, como contamos anteriormente. É um operador conceitual vasto, pensado por diferentes autoras do chamado pensamento feminista negro, ou seja, ideias que se formam em conjunto, conceitos-chave complexos e que se constituem de forma heterogênea. Em diferentes campos do conhecimento, a interseccionalidade tem sido ferramenta analítica que é difundida como uma das principais contribuições do pensamento feminista negro aos estudos de gênero e de sexualidade (Bueno, 2020).

Trata-se de uma ferramenta teórica e metodológica, como defende a importante pensadora Patricia Hill Collins (2019/2000). Essa ferramenta estuda as diferentes formas de injustiças sociais e de opressões a partir de experiências de diferentes sujeitas/os. Além disso, a interseccionalidade é também uma perspectiva epistemológica que ultrapassa enormemente um conceito que identifica cruzamentos identitários que são materializados em um corpo (Bueno, 2020 *apud* Collins, 2019).

Para Hill Collins (2019) os binarismos são inerentemente instáveis. De modo que “os alicerces das opressões interseccionais se apoiam em conceitos interdependentes do pensamento binário, em diferenças formadas por oposição, na objetificação e na hierarquia social” (COLLINS, 2019/2000, p. 139). São conceitos duais e opositivos que implicam ideias de superioridade e inferioridade e, assim, retratam relações hierárquicas que informam economias políticas de opressão de raça, gênero e classe. Quando a autora aponta para o binarismo, no capítulo intitulado ‘Mammies, matriarcas e outras imagens de controle’,

constante no seu livro tardiamente traduzido, *Pensamento Feminista Negro*, Collins discute o lugar de objetificação de mulheres negras como o outro. No decurso da dissertação, em diferentes vozes e produções teóricas percebemos problemas do pensamento dual-opositivo que forma hierarquias e valorações que se tentariam estanques. Essa problematização é adensada na obra da autora e do pensamento feminista negro, que compõe a ideia de objetificação como fundamental a esse processo de diferenças que se formam por oposição.

A interseccionalidade é um conceito que eventualmente é esvaziado de sentido por uma prática feminista branca e de epistemologia branca, que inicia e termina o conceito com “não há sobreposição de opressões” e, através dessa frase, talvez se defenda de eventuais críticas à sua própria prática e à dimensão de uso de um conceito cunhado no pensamento feminista negro. Essa é uma das possibilidades, e aqui nos ancoramos à produção teórica de Winnie Bueno (2020), que situa que justamente uma das críticas de Collins a um uso costumeiro do conceito de interseccionalidade é em relação ao pensamento binário que tende à ideia de sobreposição de opressões. Além disso, o esvaziamento de sentido acontece quando a interseccionalidade é pensada unicamente como uma ferramenta para identificar a profundidade da opressão para determinadas experiências. Essa é uma prática comum: afirma-se que as mulheres negras ocupam um lugar mais vezes afetado na rede de opressões. Percebemos isso como uma ferramenta analítica da interseccionalidade bastante ampla, entendida como paradigma que transforma modos de conhecer que são reiterados inclusive pelo feminismo hegemônico, ao que se pese sua construção por mulheres brancas. Por meio da interseccionalidade, percebemos a constituição enredada dessas categorias – ou marcadores sociais – informando-se mutuamente. São categorias mutuamente constituídas. E é importante a percepção da contribuição fundamental dos estudos feministas negros na consideração de múltiplas experiências. De forma que concordamos com Bueno (2020, p. 65) quando aponta que “[...] a intelectualidade feminina negra promoveu uma correção na historiografia feminista.

É contando essa história que situamos a importância dessa possibilidade analítica para o desenvolvimento da pesquisa em questão. Interseccionalmente considerando, as múltiplas e diferentes experiências escutadas, pensadas, articuladas, narradas no escopo da pesquisa de dissertação existem unicamente em relação: raça, gênero, classe, idade, sexualidade, localização territorial... todas as possibilidades contingenciais de localização geopolítica não serão pensadas isoladamente. Todas essas possibilidades de relação com o sistema-mundo

informam umas às outras e produzem dinâmicas de poder, o que informa as realidades materiais e discursivas nas experiências. Nas palavras de Collins (2019/2000, p. 85):

Ao defender, refinar e disseminar o pensamento feminista negro, indivíduos de outros grupos engajados em projetos semelhantes de justiça social – por exemplo, homens negros, mulheres africanas, homens brancos, latinas, mulheres brancas e membros de outros grupos raciais/étnicos nos Estados Unidos – podem identificar pontos de conexão que favoreçam projetos de justiça social em geral.

Trata-se de um empreendimento colaborativo, nas palavras da autora. Diferentes autoras, como Collins e Lugones, apontam para possibilidades de coalizões para o engendramento e florescimento de projetos societários que promovam mudanças sociais, discursivas e operativas – ao que se pese a não romantização de parcerias e encontros e a importância do dissenso como formadoras de conexões importantes.

3.4.1 SEIS: quando ela tá, é ela. Quando ela não tá, sou eu

Bianca parece ter cerca de 30 anos, mas é verdade que não perguntei. Mora em Salvador, é mãe de uma menina que vai fazer 4 anos em agosto. Diz assim: Seguimos bem dentro de casa, sabe? Esse bem que mais parece de intensidade do que de “bem-estar”. Ela me conta uma primeira história:

Minha avó foi mãe de 5 filhos. Minha mãe sempre dizia, se ressentia, de que ela não era uma mãe que brincava. Minha avó foi centenária, no ano passado. Em abril piorou de saúde; em setembro, faleceu. Minha avó era artista, pintava, desenhava, criava. E cuidava.

Minha mãe é mãe de 3 filhas. Sempre brincou, muito. Não era tanto das coisas da casa, sempre trabalhou fora de casa 40 horas e teve empregada doméstica mas de fato sempre brincava com a gente.

Minha filha tem 3 anos e eu sou pedagoga. Trabalho e já trabalhava com ensino a distância. Agora que falo, até parece engraçado... No meu setor todas são mães, a maioria mães de crianças. E percebo que temos um acordo tácito. Não fazemos o horário “cheio”, também não contamos pra ninguém, e nunca combinamos isso entre nós.

O cuidado dela acontece também através de uma trabalhadora que se desloca até sua casa. Ela é da cidade onde morávamos antes de voltarmos pra Salvador. É um combinado 20-

20, 20 dias aqui, 20 lá. Ela tem filha também, de 20 anos e agora vai ser avó. Tenho isso pra pensar. Ela vem pra cá e fica longe da família dela.

Quando ela tá aqui, arruma a casa, cozinha e divide comigo o cuidado da minha filha. Quando ela não tá, eu arrumo a casa e cozinho e divido com meu marido e cuidado da nossa filha.

E aprendi com outras trabalhadoras domésticas a cozinhar e a limpar e a gerência de uma casa.

3.5 Gramáticas que habitamos durante uma pandemia

Temos percorrido um caminho. No segundo capítulo estivemos percorrendo o campo político dos cuidados, afetado em oscilações que, de um lado, são globais, causadas por crise sanitária; mas, de um outro, desvelam a extrema direita agindo politicamente. Na decorrência dessa percepção, sugere-se o cuidado pensado em termos coletivos e ontologicamente relacionais. Essa articulação é associada aos estudos feministas, a principal chave analítica para a produção de histórias no escopo de uma pandemia global, em que cuidar e proteger é uma atividade na contracorrente de políticas individualistas e conservadoras, é uma luta por sobrevivência, uma insistência pelo cuidado, pela vida coletiva e possível. Tem uma materialidade impressa nessas frases e no campo proposto, de modo que localizamos epistemologicamente a pesquisa por meio da conceitualização acerca da objetividade feminista como um modo de estar. Haraway, em ‘Saber localizados’ (2009/1988), importíssimo marco nas ciências humanas e sociais, lembra a importância do ponto de vista parcial para a um *modus feminista* de produzir conhecimento

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 2009/1988, p. 15).

A partir do paradigma dos conhecimentos situados, a perspectiva de quem produz conhecimento é parte daquilo que é produzido. Os paradigmas que produzem ciências ditas neutras e percebem seus corpos, suas ideias e suas epistemologias marcados unicamente pela

possibilidade da verdade universal são entendidos como uma ficção. Donna Haraway traz a perspectiva da parcialidade para situar que esse olhar que tudo vê, como uma extensão do secular “olhar de Deus”, é uma invenção. Ela critica esse olhar conquistador que parece não vir de lugar nenhum, que inscreve os corpos marcados pela diferença, que são hierarquizados binariamente, enquanto acusa ver sem ser visto, representar sem ser representado (Haraway, 2009/1988). Com isso, é interessante dizermos que a contação de história presentificada nessas páginas diz de uma parcialidade bastante grande. Seja por meio das escolhas metodológicas de que a pesquisa se vale, seja pelas localizações políticas da pesquisadora, orientadora e participantes do grupo de pesquisa, seja porque não intentamos uma única história (Adichie, 2020) sobre cuidado e pandemia nos últimos anos.

Sendo acompanhada pela perspectiva parcial, segue fundamental a articulação de nossas ferramentas em pesquisa. O jogo da contação de histórias acolhe justamente algo do que escutou e o que, com isso, pôde produzir, visto que não se propôs a transcrições de falas das presentes. A história contada é majoritariamente a história da pesquisa, não unicamente a história dessas mulheres: com isso apontamos para a produção imbricada de múltiplos fatores, teóricos e práticos, que são associados metodologicamente na pesquisa; por outro lado, essa articulação só se possibilita pela presença e disponibilidade das participantes de se tornarem também contadoras e escutadoras de histórias. No escopo de uma pesquisa que conta histórias perpassadas pela pandemia, a possibilidade de inventarmos uma pesquisa que atue como registro é bastante grande, e esse é um dos desdobramentos da pesquisa em questão. Além disso, sim, habitamos perguntas teóricas em relação a questões cotidianas e vivenciais: algumas dessas perguntas seguirão não respondidas e demandando futuras investigações.

Para habitar gramáticas que informem mundos que queremos viver, os estudos de paradigma ecológico que criticam a dicotomia humano e não-humano se fez fundamental. Na decorrência de uma pandemia de escala global, enquanto investigamos histórias sobre cuidado, as ferramentas que questionam o próprio ‘para quem’ o cuidado seria produzido em relação nos instrumentaliza a habitarmos problemáticas. Dito de outro modo, enquanto produzimos narrativas que contam histórias sobre cuidados para crianças e entre pessoas que se ocupam de tal atividade, especulamos e acreditamos o cuidado pensado em rede, o que inclui a vida em termos humanos e mais-que-humanos, para acolher a proposição feita por Bellacasa (2017). Para isso, o pensamento harawayano (1997), que também instiga a invenção de gramáticas

novas e de invenção de sistemas-mundo por meio de figurações, nos acompanha. A partir dele e com ele, estamos diante de uma rede complexa de problemas, questões e invenções que questionam binarismos e lógicas tendenciosas e universalistas. Ela diz e nós dizemos: a Terra se tornou propícia para a pandemia, e isso acontece em decorrência de inúmeras danificações (Haraway, 2019). Nesses tempos de um viver intensificado por estados urgentes e de crises, as relações entre cuidado e produções de mundo se tornam questões para muitos atores: enquanto também acontece uma produção de miséria extrema, o enriquecimento individual persiste e se multiplica – justamente e não de forma justa – pelo estado de crise que atravessamos. São muitos problemas se informando e construindo uma vida que dificulta a produção do cuidado, mesmo que essa tentativa persista.

A história da gripe, Donna Haraway (2021/2003, p. 40) escrevia no início do terceiro milênio, é inconcebível sem a consideração de uma ideia de coevolução entre seres humanos, porcos, galinhas e vírus: “relacionamento multiforme, perigoso, não terminado, cheio de consequências”. De modo que quando falamos sobre coletividade, sobre mundos possíveis, sobre cuidado em rede etc, falamos também sobre coexistência e sobre coabitação. Nas casas, nos apartamentos, nas escolas, na Terra. Coabitar não é uma possibilidade narrativa ingênua ou romântica: não se trata de um sentimentalismo, de uma espécie de dar as mãos a despeito dos dissensos e dos conflitos. Postulamos como fundamental entendermos a vida coletiva para além da camada sentimental, ‘de amor ao próximo’, mais próxima a um discurso religioso, um dos testamentos da igreja católica. A vida pensada coletivamente acontece para possibilitar, de fato, nossas existências. E o estado pandêmico no qual seguimos tentando sobreviver, agora em janeiro de 2022 – momentos finais desta escrita – tem novamente se agravado. Vivemos atualmente um novo surto²¹, e as perguntas em torno da escola, das aberturas e fechamentos, da roleta-russa, elas continuam.

Evitando uma linguagem binária opositiva, lembramos a proposição de Donna Haraway de evitar o par em contraposição de natureza de um lado e cultura de outro e, assim, assumimos natureza-cultura como em coprodução. A natureza ela mesma não subdivide habilidades intrínsecas valoradas acerca da gestão da vida, diferentemente do que poderíamos pensar. Se

21 Atualmente o Brasil tem avançado largamente em termos de vacinação e, inclusive, iniciou a vacinação de crianças menores de doze anos de idade. No entanto, convivemos com novas variantes do coronavírus. Ver mais em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/circulacao-do-coronavirus-deve-continuar-em-2022-diz-infecologista/>

existisse e fosse ontologicamente determinável, a percepção de mundo de que a natureza seria normativa informa uma visão também construída - ou seja, cultural, linguística - acerca da natureza. Como se a natureza fosse binária e opositiva, como se não fosse móvel, fluida, dinâmica. Essa oposição não acompanha a complexidade de um pensamento ecológico que pretende não hierarquizar humano e não-humano, que caminha bordas mais instáveis. Temos habitado redes que são um conglomerado que envolve vírus, máscara, distância, hospitalizações constantes, mortes... como criamos formas de vida mais sustentáveis, é uma pergunta em torno do cuidado que demanda constante atenção. Para Haraway (2021/2003, p. 162) temos questionado as certezas em torno do que chamamos natureza, de forma que

Em suma, a certeza daquilo que conta como natureza – uma fonte de insight e uma promessa de inocência – é abalada, provavelmente de forma fatal. Perde-se a autoria/autoridade transcendente da interpretação e com ela a ontologia que fundamentava a epistemologia “ocidental”. Mas a alternativa não é o cinismo ou a falta de fé, isto é, alguma versão de existência abstrata [...].

Não se trata do postulado da abstração. Os limites da construção de identidade esbarram em diferentes coalizações feitas por quem se alia à mudança do mundo. Haraway (2019/1985, p. 168) escreve que “estamos dolorosamente conscientes do que significa ter um corpo historicamente construído” e que, ao nos desfazermos de um mito de origem naturalizado, também não seremos expulsos de tal mito. A ela, que escrevia às feministas socialistas em 1985, não havia outra época que demandasse tamanha necessidade política a fim de enfrentar as dominações de raça, de classe, de gênero... e mesmo assim nenhuma unidade política construída foi possível. Nenhuma de ‘nós’ pôde fazer essa totalização, ou pelo menos esse ‘nós’ não poderia alegar inocência nessa dominação – é assim que mulheres brancas descobrem a não-inocência da categoria mulher “(isto é, foram forçadas, aos pontapés e aos gritos, a se darem conta disso)” (HARAWAY, 2019/1985, p. 169).

Nesse mesmo livro, Haraway aponta o ciborgue como uma refiguração, mas que, já no terceiro milênio, é um irmão ou uma irmã mais jovem na imensa família queer das espécies companheiras. Essa ideia de espécies companheiras em uma família reconfigurada também nos interessa, visto que percebemos uma massificada repetição de atos generificados e racializados na produção do cuidado de crianças, como também acompanhamos no segundo capítulo do presente texto. Nessa mesma relação de pensar coabitações, Haraway parte da investigação

sobre a relação de humanos com cachorros - colocando em questão a dominação, a companhia, a coexistência. Ela afirma que os cachorros não existem para os humanos: eles são uma “espécie em relação obrigatória, constitutiva, histórica e proteica com seres humanos (HARAWAY, 2021/2003, p. 20). O que não é livre de ambivalências, porquanto acontece entre desperdícios, crueldade, indiferença. Nesses relacionamentos, nenhum dos parceiros preexiste à relação, e a própria relação, nunca está acabada (Haraway, 2021/2003). Essas são considerações pertinentes à radicalidade do pensar com cuidado que perseguimos para uma contação de histórias. Quando muito, em uma prática é essencializada muitas figuras repetitivas que são trazidas e reencenadas. O cuidado como podemos inventar, se for relacional como temos defendido, é inventado a cada vez. E com o andamento contínuo do coronavírus como uma espécie que tem acompanhado nossas vidas, a articulação entre cuidado e meio-ambiente é fundamental. Quando defendemos o coronavírus como uma espécie que tem nos acompanhado, sabemos que companhia não é algo ingênuo ou inocente, nem intrinsecamente bom ou ruim. Por ora e nos últimos anos, tem sido um fato, que demanda sabermos como produzimos modos de vida possíveis e sustentáveis.

Essa problematização nos é importante e temos também habitado a ideia/noção/percepção de que, enquanto isso, as casas têm sido administradas e mantidas majoritariamente por pessoas mulheres. As crianças, na mesma direção, têm sido criadas e educadas majoritariamente por mulheres: nas casas e nas múltiplas instituições. Haraway (2019/1985, p. 181), ainda no *Manifesto Ciborgue*, já pontuava que “a fábrica, a casa e o mercado estão integrados em uma nova escala e que os lugares das mulheres são cruciais – e precisam ser analisados pelas diferenças existentes entre as mulheres e pelos significados das relações existentes entre homens e mulheres, em várias situações”. Assim como apontava a relação entre raça, classe e sexualidade que se presentificava – e se presentifica – na relação entre mulheres e as gerências das casas. Para ela, “rede” pode tanto evocar uma prática feminista quanto pode estar relacionada a práticas empresariais de larga escala, de modo que tecer torna-se uma atividade ambivalente e complexa, uma atividade ciborgue. De modo que “[n]ão há nenhum lugar para as mulheres nessas redes, apenas uma geometria da diferença e da contradição, crucial às identidades ciborguianas das mulheres (HARAWAY, 1985/2009, p. 187).

Voltamos agora para o seguinte ponto: a mútua constituição de natureza e de cultura é uma das presencialidades radicais que percebemos através dos últimos anos e da convivência

com o coronavírus. Acompanhando as pistas oferecidas por Haraway (2016), os seres humanos não produzem a natureza e percebemos, cada vez mais, os pontos intrínsecos entre categorias como natureza e cultura. A natureza também oferece as cartas das possibilidades que a humanidade percebe. Ou seja, nem natureza, nem cultura, são termos inventados por humanos (Haraway, 2016; 2021/2003). Para Haraway (2019) é inclusive as mudanças climáticas que evidenciam sofrimentos humanos indizíveis, como quando acontece migrações em decorrência de secas. Nesse contexto, cuidar uns dos outros torna-se tarefa ainda mais difícil. “Mais que pensar questões futuristas, fazer de nossa concepção do presente algo mais denso, para que não apenas se fixe no instante atual, como também abarque nossa memória e nossa história. Que nos sirva para viver de um modo menos daninho para o nosso ambiente” (HARAWAY, 2019, s.p.). Nesse ato constante de se atentar às histórias que contam histórias, aos pensamentos que pensam pensamentos (2016) a dinâmica do jogo de contação de histórias aposta em ser florescente em tempos narrativos duros e solitários, por meio da presença, da companhia, do riso, do silêncio, da fala, da troca, da escrita. Haraway, em 2016, dizia que vivemos em um planeta danificado, o que demanda que cultivemos as artes de viver em um planeta danificado para um florescimento contínuo. Que essas artes sejam muitas e que sejam situadas. Adiante acompanhamos uma das histórias do jogo narrativo que a pesquisa inventou e que evidencia o lugar das redes e da pandemia. Depois dessa, a última que apresentaremos será um salto único em direção à história mais detalhada e brincante de como se deu o tempo da pesquisa de campo que produzimos.

3.5.1 DOIS: pote de tampa verde

Raíssa trabalha com marketing digital, estuda dois cursos na universidade ao mesmo tempo e diz que faz isso porque é doida de pedra, é 18. É mãe do Ricardo, que está com 4 anos. Antes do Ricardo, perdeu Felipe. Disse que ele não vingou na barriga, que fez curetagem, que tiraram ele da barriga dela. Ela cuida atualmente do filho e da mãe, que teve um problema de saúde mas que está melhorando, graças a Deus ela me diz.

Ela diz que é do corre e que tem uma habilidade enorme em fazer várias coisas ao mesmo tempo, que é boa de coordenar. Assim que ela se deu conta que podia trabalhar vendendo salgado, saiu com um pote de tampa verde, andando de casa em casa. Quando conta

isso lembra de uma história. Raíssa é mulher, é negra e é moradora da periferia de Porto Alegre. Numa dessas vezes que foi vender, pediu a uma moradora que alcançasse uma água e essa mulher branca diz a ela que não ia, e que não gostava de gente da cor de Raíssa.

Acaba que ela seguiu trabalhando, comprou maquinário, fez doce, fez salgado. Quando grávida do Ricardo, não aceitava parar de trabalhar. E foi só depois da pré-eclâmpsia e do medo de perder mais um filho que sua mãe e seu marido – Raíssa é casada numa relação heterossexual – imploraram-lhe que parasse de trabalhar. Foi só depois disso que ela também manteve a ideia de trabalhar em marketing digital. Encontrando potências e dando consultorias. Raíssa também é contadora de histórias.

Da pandemia, ela diz, mudou um monte. O dinheiro apertou, o auxílio emergencial nem quando era R\$1.200,00 dava pra muita coisa. O filho anda ansioso, parece que não tem socializado da mesma forma e também pudera. Mas ela segue achando jeito de ir de porta em porta e de falar com as pessoas, mesmo que pela internet.

3.6 Discursividades intrínsecas

É demorado o momento do texto em que pousamos as percepções de mundo sobre as histórias que produzimos na figuração. Sequer compreendemos, durante a leitura, qual foi a primeira história ou a última história que a figuração entremeou. Os números não nos são tão importantes em relação à produção analítica, mas, em termos de acompanhar a invenção metodológica da pesquisa-intervenção, desde ‘É-RI-CA’ (a primeira história que contamos na escrita) até ‘Pote de tampa verde’ (a última) foram cinco contadoras-escutadoras-participantes: cinco padrões de linhas entrecruzadas em nossa cama-de-gato. Cinco pessoas mulheres, de alguma forma ocupadas do termo mãe, que se dispuseram à troca de histórias. Este é um subcapítulo mais extensamente analítico, e o iniciamos com um pequeno jogo numérico que serve para quem quiser entender a cronologia dos acontecimentos. Seriam 1, 6, 4, 2, 3, 5. Sendo que 5 é uma história que, depois de contada, não foi escutada por uma próxima participante da troca de histórias. É a última, portanto. E sendo que 1 é uma história compilada de duas experiências: a vez que presencialmente fui a um prédio e lá conheci uma trabalhadora também mãe, somada à vez que fui a uma floricultura e conheci a menina que aprendia a separar as sílabas, e sua mãe, que me vendeu uma planta. Uma história era a inicial; outra, a final. Essas

invenções eram necessárias à possibilidade de especular e imaginar um sistema figurativo. Uma oficina de um a um.

Aposto que foram cinco participantes. Na dimensão do jogo, é impossível afirmarmos que se tratam de cinco histórias ou de cinco realidades diferentes. Elas compõem um emaranhado, transformado em narrativas que são contadas em relação. Quem conversou comigo escutou traços das histórias produzidas anteriormente. Quem acompanha a pesquisa pode ler as histórias desconectadas e, visto que o ponto de conexão se fazia inclusive pela presença da pesquisa, propomos análises articuladas. Antes disso, lembramos as pistas de Butler para os atos performativos:

Se a base da identidade de gênero é a contínua repetição estilizada de certos atos, e não uma identidade aparentemente harmoniosa, as possibilidades de transformação dos gêneros estão na relação arbitrária desses atos, na possibilidade de um padrão diferente de repetição, na quebra ou subversão da repetição do estilo mobilizado (BUTLER, 2019/1998, p. 214).

Butler trabalha a ideia de atos performativos evocando a noção de ilusão convincente: tantas vezes se repete um modo de estar diante do sistema sexo/gênero, por exemplo, que as possibilidades de atuar esses lugares se enrijecem naqueles padrões que a própria repetição cria. Através desse conceito de performatividade e de uma noção largamente criticável de feminilidade, vemos o cenário do cuidado de crianças no contexto pandêmico brasileiro se desenhar e articulamos ferramentas para nos acompanhar no andamento da figuração.

Neste momento, convidamos as pessoas que leem a participar da dinâmica da troca de histórias que, como contadora, unicamente o poderia fazer por meio de dizer que, em...

Julho de 2021, uma segunda-feira de tarde, conheceria uma primeira participante. Um nervoso é presente na ideia de me apresentar como pesquisadora e explicar ao que me proponho, o que busco, a que me disponibilizo. Possivelmente a autora da história do 'Pote de tampa verde' foi quem me recebeu na dinâmica da pesquisa, em vez de eu receber a ela. É engraçado que, mesmo que eu trabalhe cotidianamente como clínica e eventualmente como professora e tenha afinado, escutado, ensinado-aprendido com diferentes pessoas, a condução de uma pesquisa

me convida a um corpo novo. “E aí, minha véia”²². É como se em um segundo eu me sentisse em casa – o que de fato eu estava –, mas digo de um estar em casa na linguagem. Ela me recebeu de palavras abertíssimas. “E aí querida” – dá pra dizer que aqui já perdi a postura? Ou que ganhei? “Obrigada por me receber e por topa conversar comigo. Eu sou psicóloga, também sou mestranda em psicologia social e institucional, sou contadora de histórias e a gente vai trocar histórias, eu e tu. Guardo aqui comigo uma história que quero te contar, mas antes quero saber de ti. Que história que tem a ver com cuidado, maternidade e pandemia que tu tem vontade de compartilhar comigo?”

É assim que a história que envolvia a perda de um primeiro filho, as idas a casas diferentes para vender salgadinhos e docinhos, os trinta e poucos de uma mulher negra agora universitária em dois cursos de graduação; é assim que essa história começa: a habilidade em ser “do corre”, a vontade de estar próxima das histórias das pessoas e a necessidade de estar cuidando de sua mãe e de seu filho; a pré-eclâmpsia, os médicos, a demanda de parar de trabalhar com cozinha, já que é calor e que se precisa trabalhar de pé, e a vontade de que seu filho Ricardo pudesse viver. “Minha véia quando a gente é *do corre* a gente faz o que precisa”. Enquanto isso, eu pensava que se não tivesse me proposto a uma rede de troca de histórias, podia mesmo era parar, escutar, contar e colocar em diálogo a quantidade de tons e de traços que essa história compõe e que nos instrumentaliza a contar uma história do cuidado tramada por uma mulher mãe. O pote de tampa verde é um símbolo que materialmente quebrou, de um tempo em que ela andava de porta em porta vendendo as comidas que cozinhava em casa. Através desse ir e vir, quando descia o morro, sofreu – e contou – episódios de racismo que compõem a história prévia ao seu tornar-se mãe. Uma mulher branca lhe disse que não lhe serviria água. Que figuras são ensaiadas aqui? Seja com o cuidado que desenvolve para a sobrevivência de sua mãe ou de seu filho, ou ainda em relação aos serviços domésticos da casa onde mora um companheiro, ou ainda em relação à impossibilidade de viver com os R\$ 1200 reais do auxílio emergencial, que foram tornados R\$ 600, que foram tornados R\$ 300, que foram tornados R\$ 150. Toda essa é uma parte da contação da história dela que dura talvez cinco minutos, não parece ser o foco do que gostaria de contar.

22 Nesse momento do texto contamos uma história acerca da pesquisa, de modo que decidimos por manter as aspas: não por retratarem falas literais, mas para explicitar os momentos de conversa durante a dinâmica.

E não foi o centro do que contou. Lembramos de Chimamanda quando fala sobre o que é o poder na contação de histórias do mundo, o poder de tornar definitiva a história de alguém. Volto à cena na sala do meu apartamento. Escrevo em um registro de pesquisa que remete a um diário de campo o dia da dinâmica e a história que escutei da participante. Em um outro documento, torno a escrever a história já uns minutos depois. Passo um tempo convivendo com a memória das coisas que dissemos uma a outra. Conto a ela a história de ‘É-RI-CA’, da mãe de Érica: a alfabetização da menina, a necessidade de trabalhar fora de casa e levar a criança junto, a vontade do retorno da escola presencial, o ser mãe-solo e lésbica e uma mulher branca e pobre que seguiu tendo condições de trabalho e de emprego. Conversamos sobre ela e ainda sobre outras histórias que cada uma já escutou. “Obrigada minha véia. Eu agora tenho trabalhado com mídias sociais, no youtube. Tenho contado histórias mesmo. Um dia gostaria de ler teu trabalho, o compilado”. Eu que te agradeço pelo teu tempo e pelas tuas palavras. Te conto também quando souber mais, um abraço”.

Que fôlego, penso. Escrito o primeiro dia da dinâmica da troca de histórias já estou sabida de que em três dias temos mais um encontro. Uma outra pessoa e um outro emaranhado de histórias que estou por conhecer. Continuamos.

Quinta-feira. Era preciso que fosse no horário das 18 horas em diante e nessa semana exclusivamente, já que a contadora de ‘É minha segunda pandemia’ troca as semanas com o pai de sua filha, e que naquela semana e naquele horário estaria sozinha. “Também já trabalhei com pesquisa, então sempre topo participar, a aproximação da produção científica com questões da casa é uma coisa muito importante”. Ela vai fumando um cigarro e me pedindo desculpas pelo atraso e dizendo que estava saindo de uma casa a outra, pois se envolvia numa necessária mudança. A filha de dois anos agora está com o pai, o que a contadora dessa história diz já apontando o trabalho que isso dá. “Tem que exigir. Tu me perguntou por uma história e fiquei pensando no que te contar, acho que o que tenho mesmo a dizer é que essa é minha segunda pandemia”. Como contamos antes, a rotina com saúde, hospitalização, cuidados específicos, álcool gel, máscara, medo da morte e da infecção, a vida dela já se fazia, anos atrás, em termos semelhantes aos de agora. Outro filho que teve, que hoje é falecido e de quem cuidou com rede de apoio muito diminuída. Foi quando aconteceu a morte dele, logo depois, percebia-se grávida.

Fuma mais um cigarro e conta dos tempos em que ou a bebê ficava dentro do carro para que fosse no mercado ou sempre pedia telentrega, sabendo das inúmeras questões de trabalho e

direitos humanos básicos que envolvem os aplicativos de entrega e a subalternização envolvida para os trabalhadores desses aplicativos. Não gostava mas pareceu necessário. “Aí desde que essa pandemia começou e envolveu todo mundo eu tinha bastante medo, fiquei bastante reclusa e passou meses até que eu sentisse que faço parte do mundo, basicamente. A presença online que estabeleci através dos grupos foi mesmo pra fortalecer mutuamente, tem um uso a cada uma de nós escutar histórias de pessoas diferentes pra pensar o que fazer, de quem demandar, se vai atrás de direitos, bota na justiça, ou taca ficha, ou os dois”.

Ela que veio me contar uma história parecia mesmo ter feito uma busca de como contar uma história que se pode contar, como uma ficcionalização da história mesma que viveu e que vive. Afirmando a relação com o feminismo, diz que as construções sociais em torno da masculinidade dominante moldam relações entre homens e mulheres, e que, quando há a criação de uma criança e as responsabilizações legais e jurídicas que envolvem o cuidado e a manutenção da vida, a gente vê repetir muitos padrões. Que isso é inventado, não é inato, mas é muito forte. Seguimos uma conversa sobre isso e conto a ela alguns trechos da história da última contadora, como num improviso ensaiado. Eu sabia que era essa a história, não sabia como ela viria quando eu iniciasse a contar. Conversamos sobre ela e a relação entre raça, emprego e empreendedorismo de mulheres mães. Toda uma roda econômica que gira na informalidade do emprego e que sustenta experiências de vida de mulheres mães.

“Depois, te envio uma mensagem. Quero indicar algumas pessoas que podem participar da tua pesquisa”. Agradeço a ela pelo tempo e pela disponibilidade em trocar histórias comigo. Combino a dimensão do sigilo e do termo de consentimento livre e esclarecido. Digo a ela que pode me chamar se ficar com dúvida sobre algo e/ou se quiser conversar. Volto à mesma sala do apartamento onde já estou e escrevo as frases que lembro de escutar. Paro e leio alguns trechos de textos. Volto e escrevo já naquele próximo documento no meu drive que dá o início ao dia 3 da dinâmica. Essa, já na próxima semana. Até lá, ressonâncias e ecos das tantas coisas entremeadas.

Uma outra pausa. Passam uns dias até que chega a próxima terça-feira, lá pelas duas da tarde, quando nos encontramos eu e a próxima participante da dinâmica. Vou com a história no bolso, sabendo que posso brincar com as palavras e com narrativas, a fim de dar continuidade ao jogo. Cama-de-gato, telefone-sem-fio, que outro jogo se faz que brinca com as palavras, com a escuta e com a possibilidade de contar? Como se atualizam práticas de contar histórias do

cuidado de mulheres ocupadas do cuidado de crianças durante o imperativo do distanciamento social?

Terça de tarde. Uma gentileza dela em agendar o horário comigo. Me escreveu uma mensagem no *whatsapp* dizendo que era tia-avó de um menino e que esperava poder ajudar, que gosta de conversar. Se tu ainda precisar, ela diz, posso conversar contigo. Chamei ela de Mira quando escrevi a história, Mira é a contadora da história que chamamos ‘dona Alba’. Terceiro dia da dinâmica, vamos? Me apresento, daquele mesmo jeito. Um pouco menos envergonhada e um tanto mais instrumentada de histórias e de perguntas que tenho vontade de fazer para ver a história seguir se enredando. “Querida. Quero saber dessa pesquisa que tu anda fazendo. Tem tanta coisa acontecendo que nem sei qual parte contar. Eu não me preparei tanto, viu? Mas como eu li que falava sobre pandemia pensei em te contar da nossa rotina aqui em casa”. Aí ela conta sobre aquela relação do sinal que bate como na escola, da importância pro menino, de correr durante o intervalo, e que se propôs à imitação escolar, em casa. Que repetia todos os dias o lanchinho dele e os horários em que costurava enquanto ele ficava nas suas tarefas e temas de casa. E que ele era um menino dedicado, atento, fazendo perguntas sobre a saúde de sua bisavô, que, realmente, vinha piorando de saúde até que aconteceu que faleceu. Quando escrevo agora me pergunto como faço para transmitir o efeito sonoro que tem para Mira quando ela conta e pausa. E pausa. Ela chora um pouco e me pede desculpas, e eu, segurando as lágrimas, pergunto seu nome e escuto mais sobre a história de dona Alba. Que histórias contam histórias? Perguntou a Donna Haraway. “Mulher de pôr reparo nas coisas”, dizia Conceição Evaristo. Nessa última frase, sempre penso, reparar é perceber e reparar também é consertar.

“Tem coisa que não tem conserto, mas que dá pra reparar”. E ela dizia como foi contar pro menino o que passava com sua bisavô, e como foi sendo pra ele entender que não a veria mais. É um ponto complexo, além do luto e da morte iminente, a história do cuidado passa por contar histórias de morte, de perda, e de elaboração do luto.

Diz que é de cuidar, que cuida, que sempre cuidou. Quando pergunto de onde isso, como aprendeu, conta que dona Alba também era de ser assim. Olhava a todos, percebia muito, trabalhava fora e dentro de casa e a ensinou a costurar. Mira é uma mulher negra, de 62 anos, professora aposentada, viveu de ensinar-aprender, alfabetizar. E também foi escolhida por esse menino como mãe, mesmo não tendo filhos, e assim aconteceu. Tornou-se mãe dele nessa história. A racialização também aparece espontaneamente na fala dela, que conta como se ocupa

da costura e de projetos na semana da consciência negra. É envolvida em inventar novos mundos. Conto a ela a história que trago comigo, dizendo que havia escutado de alguém que participou da pesquisa. Falamos sobre o cuidado específico a uma pessoa idosa e a uma criança, especialmente que porta alguma doença. Conversamos sobre quantos cuidados são necessários para sustentar vidas e da dimensão de aprendizagem que há envolvida nesse processo. Ela diz que o pai do menino, sobrinho dela, só joga videogame, que não tem responsabilidade. E encerra dizendo que conheceu outros homens, motoristas de Uber, que contam que cuidam de suas filhas. A contação da história do cuidado produz disrupções. Despedimos-nos, agradecemos uma à outra, é como um abraço virtual.

A palavra mãe é uma das circuladas na história do cuidado dessa tia-avó. Uma outra professora. E no caminho da dinâmica, nesse momento ainda é julho e, cerca de uma semana depois, conheceremos a próxima contadora. Antes disso, penso, sento, escrevo. Preparo mais uma história com os traços das histórias que andei escutando. É próximo do fim de julho, tempo que me propus à condução da pesquisa de campo denso, vai chegando o momento de ir repousando o jogo. Antes disso, digo que, era já de noite quando conversamos. “Agora mais à noite fica mais tranquilo por causa do trabalho e dos guris. Quando li o convite, pensei que seria boa ideia. Mesmo eu pensando e já vou te dizer, assim, sou uma mulher branca, professora universitária, moro com um companheiro numa casa. Mas acho que dá pra contar uma história”. E deu mesmo, ela é agora contadora de ‘Meu pai não comprava as próprias roupas’, que foi na verdade a última coisa que ela disse quando contava. A primeira foi que estava puérpera no início da pandemia. Ele nasceu em janeiro, então quando começamos a escutar sobre a possibilidade de uma pandemia já pensava que ficaríamos só nós quatro em casa e foi o que aconteceu. Minha mãe vinha ajudar, mas o risco era grande, ainda mais em relação a ela, que é idosa. “Então foi uma situação difícil. Já escutou falar disso?: dizem que quando a gente tá vivendo puerpério, o bebê recém-fora do útero, a gente esquece as coisas traumáticas que acontecem – uma coisa assim de sobrevivência da espécie. Se a gente lembrasse, não tinha filhos mais”. Me conta essa história achando curioso: uma curiosidade mesmo de quem tem vontade de saber o que passa e o que lhe aconteceu. Ela conta de uma intensidade esquecida, mesmo que sempre presente no cuidado das crianças e na tomada de decisões da casa. Misturam-se as coisas. É professora, pesquisadora, curiosa. Os pontos da história que conta passam também por suas

habilidades na gestão da casa e pela rapidez que tinha para lidar com listas de supermercado, o que talvez fizesse que sempre fosse ao supermercado sozinha.

Esse é um ponto de ruptura a quem contava sobre paridade nas tarefas da casa em relação a ela e ao companheiro. Quando conta, tem um giro de perspectiva. “Tem isso, também, eu costumo comprar as coisas que precisa, mas, quando ele vai, eu mesma faço a lista”. Ela mesma faz a pausa: tem até uma outra história que aconteceu. “As crianças em casa no meio do distanciamento social mais restrito, elas fazem muito barulho e a gente tava irritado e elas não paravam e a gente gritou bastante. Dá pra dizer que bastante mesmo. E aconteceu de que escutaram – a gente não bateu nelas – mas foi que chegou alguém do conselho tutelar lá em casa, queriam saber se tava tudo bem. Não imaginava que chegaria num ponto desses, sabe?”

É quando eu pergunto sobre as habilidades e sobre as aprendizagens em torno dessa atenção com a casa e as crianças que me diz então que lembra seu pai vestido com as roupas que a mãe dela comprava a ele: “esse tipo de coisa, ele não era de se ocupar. Ele tinha as coisas dele pra resolver, de fora de casa, e nem como se vestia ele pensava”.

O campo doméstico e privatizado traz mesmo muitas questões. Já carregando uma sacola cheia de histórias e de ferramentas que são palavras e perguntas, vou percebendo que é muito o que se diz. Que o jogo vai chegando perto de repousar das trocas e que as trocas vão acontecer no decurso da escrita. Com que histórias contamos histórias?

“Moro na Bahia, tudo bem eu participar?”

Já é perto do fim de julho quando acontece o quinto dia da dinâmica em que encontrei quem no texto chamei Bianca e que se torna a contadora de ‘Quando ela tá’. É ela que também inicia dizendo algo como: “Quando li o convite, fiquei pensando em que história contar. Das que tinha ouvido, das que conhecia. E foi que decidi contar sobre brincadeira”. Assim conta a história de sua avó, que faleceu em setembro de 2020 e que em abril do mesmo ano completou 100 anos. Ela diz que a avó não era de brincar em casa, que tinha uma praticidade. Mas que era uma artista, que bordava, tecia, pintava, costurava. E sua mãe, filha de sua avó, era alguém que – em contraponto – brincava e muito. E que Bianca, hoje pedagoga, professora, coordenadora pedagógica, percebe a transmissão do campo lúdico de uma e do campo lúdico de outra para a construção de quem é. “Brinco muito com meu filho, é uma coisa importante pra mim, mas desde o distanciamento social tem sido muito diferente. Enquanto eu trabalho e ele no pé da mesa a coisa é muito difícil”. “Me conta, como se tem feito a rede?”

É assim que outra história é contada, a da relação dela com a outra mulher também mãe, que é trabalhadora da casa onde Bianca mora. O que é dito já numa consideração: “tem isso, eu penso, a filha dela já tem vinte anos, mas, por outro lado, como ela fica vinte dias aqui em casa e vinte dias lá na casa dela, ela fica todo esse tempo fora de casa”. Uma história sobre contratos e trabalhos domésticos que envolvem o título da história. Na narrativa da transmissão de ensinamentos domésticos, são as empregadas domésticas e as babás que ensinaram as práticas que Bianca também aprendeu.

É possível percebermos uma estabilidade narrativa em algumas das histórias que a pesquisa produz. E a busca por histórias que envolvam discursos maternos não acontece em vias de radicar essa experiência como a única que contaria uma história acerca do cuidado de crianças enquanto e após a quarentena, sequer acreditamos que alguma história seja mais ou menos real. A posição em que se coloca a pesquisa e a busca narrativa da pesquisa objetivam conversar entre campos intencionalmente articulados, e considera uma estabilidade produzida acerca da situação histórica e localizada na relação mulheres-cuidado-maternidade. A estabilidade entre histórias – tão diferentes entre si –, produzidas através da figuração que se propõe a pesquisa, é de alguma forma esperada: a responsabilização pelo cuidado e pelo doméstico abarca uma história antiga, atuada, repetitiva. É uma performance, o que não outorga aos atos menos realidade. Mesmo escutando e contando histórias que contam sujeitos mulheres experienciando uma forma de atenção múltipla na gestão de tarefas de manutenção da vida, essa pouca variação pode tanto contar de alguma habilidade aprendida-ensinada que pode ser valorada em termos técnicos e práticos, quanto pode endossar alguma natureza-cultura viciada em afirmar mulheres como cuidadoras e protetivas. Diferentes vezes apontamos para a produção habilidosa em torno dessa gestão da casa e de crianças. Uma atenção à lista de supermercado, uma disposição em perceber as redes de outras pessoas adultas para a manutenção do cuidado de alguma criança, uma rapidez estratégica na condução de atividades domésticas... tudo isso, é necessário considerar, em comparação aos homens e pais narrados pela pesquisa, que escuta e narra sensações diferentes de exaustão. Cansaço materno não é uma pauta que se constrói de forma inútil, embora seja possível que essa repetição narrativa ainda postule uma ideia de que o cansaço é necessário ou que só acontece dessa forma na maternidade-solo ou em experiências heterossexuais.

Em companhia de uma perspectiva de cuidado em si mesmo relacional (Bellacasa, 2017), a composição do jogo se vale do que as histórias podem produzir entre as contadoras-participantes. A dimensão de que o cuidado é o que se produz, bem como ideia de bell hooks (2021), de que o amor é o que o amor faz, informa e complexifica a dimensão de rede e de feita coletiva de atividades necessárias para a possibilidade de vida de crianças – em que pese o fato de que essa mirada visa justamente ao não estabelecimento de uma grande figura que se responsabiliza em unicidade. O pensamento ecológico se faz uma via, portanto, para a habitação de um questionamento bastante complexo – ou que caminha em paradoxos – acerca de gênero, de feminismo e de maternidade: a proposta que a pesquisa habita é a de evitar a centralidade da vida humana em detrimento de outras, justamente para a possibilidade de um pensar coletivo. São muitas vias e, em todas aquelas com as quais estivemos em companhia, buscamos desviar de questões binárias, do pensamento maniqueísta e dual e da matriz colonial de pensamento e ação.

A estratégia metodológica é o permanecimento no problema (Haraway, 2016). Essa é uma frase a que recorreremos em diferentes momentos da dissertação quando produzimos um ponto nodal. Tratam-se de alguns: miramos a constante crítica à essencialização de quaisquer existências, à divisão dual de pensamento e ação, à individualização da vida e do cuidado de crianças, à responsabilização de mulheres – sobretudo mulheres mães – pelas crianças que são consideradas de sua propriedade. Nos problemas a que nos propomos, utilizamos mais e menos de noções analíticas em que não exatamente acreditamos: as identidades que habitam a pesquisa são contingenciais, justamente, são plásticas e instáveis. Ao passo que são presentes em suas instabilidades e que são escutadas e contadas e figuradas na dissertação.

As possibilidades especulativas de produção de histórias que contem mundos possíveis é um exercício necessário e situado que considera fundamentalmente as dimensões de vida dos sujeitos. Marcadamente, a pandemia e o cenário dos cuidados no Brasil é muitas vezes informado por lógica colonial, como também encontramos no segundo capítulo da dissertação. Retomadas e contadas as histórias que a pesquisa contou, e já anunciando uma despedida, é crucial considerar que imaginar novos mundos não se faz sem radicalmente considerar as produções do passado e do presente.

4. Considerações Finais

Estivemos entre histórias. A composição que foi possível entremear na pesquisa-intervenção foi – de alguma forma – descrita e acompanhada em uma escrita que percorre a dimensão de como foi pesquisar em campo durante a pandemia causada pelo novo coronavírus. Em março de 2020 iniciaram as reuniões online e o estado inicial de isolamento social físico – e, sim, falo a partir de uma posicionalidade muito específica – que, num primeiro e até num segundo momento traziam a pergunta que era quase uma resposta: “bom, mas, quando acontecer de podermos de novo sair, pensamos em como desenvolver o campo denso da pesquisa”. Pensávamos, mestranda e orientadora, no momento em que o cotidiano presencial voltaria a estar nos contando mais sobre como se desdobra a questão a que nos propomos. Tomando o risco de tornar o texto enfadonho nas escritas sobre distanciamento social e produção de redes, lembramos que a assunção de que a pesquisa acerca de redes de cuidado, maternidades e pandemia aconteceu de forma um tanto tardia. Evitávamos, o quanto podíamos, pesquisar em campo no auge das questões acontecendo, e com as mulheres que conversamos habitando e tentando inventar saídas em estados tão urgentes de vida, de tantas maneiras.

A cada dia mudavam as notícias que envolviam radicalmente os futuros das pessoas que tinham nas creches, nos hospitais, nas clínicas, nas casas das vizinhas e nas das avós, a possibilidade de formação de rede para possibilitar um cuidado circular de crianças, ainda considerando a tentativa de proteção em relação às infecções em decorrência do COVID-19. A cada dia mudavam as notícias e, enquanto as acompanhávamos no exercício da pesquisa, percebíamos que a perspectiva abordada precisava também de atualizações constantes. Foi assim que buscamos uma pesquisa-dissertação contadora de histórias. As histórias produzidas contam afetos urgentes e dias cotidianos em oscilação constante, registradas no mês de julho de 2021 e constantemente trabalhadas durante dois anos e meio de pesquisa. Desde a criação do problema de pesquisa que perguntou como se atualizavam modos de contar e de escutar histórias acerca do cuidado de crianças e da produção de rede de cuidado de/para mulheres ocupadas do termo **mãe**, habitamos a curiosidade que nos levava buscar histórias cotidianas e que quisessem ser contadas. Assim, inventamos a oficina de uma a uma: uma forma de jogo de contação de histórias que passava histórias de uma a outra por meio da produção feita em pesquisa de campo denso e com estudos teóricos situados no campo feminista e ecológico,

considerando o paradigma da interseccionalidade, problematizado através de estudos críticos da colonialidade. Isso se deu em decorrência da tentativa constante de não binarização e dualização, para que a possibilidade de consideração dos problemas concernentes à pesquisa percebessem a contínua confluência e a formação de redes descentradas para a invenção de uma vida coletivizada e possível.

O cuidado foi, em termos ampliados, uma questão teórica que nos acompanhou. O que demandou atenção a formas de vida que considerem a necessidade de sustentabilidade para a manutenção de uma vida possível. A pandemia deflagra problemas importantes acerca da individualização da vida, visto que questões que pareciam “de cada um” são radicalmente tornadas questões de todos e que o vírus atinge a vida coletivizada. E seguimos nutrindo o convite para que consideremos o vírus que coabita a existência humana e não-humana como algo que acompanha a vida neste espaço-tempo, acolhendo a produção teórica de Donna Haraway (2021/2003) acerca da alteridade significativa e do acompanhamento entre espécies que compõem a vida como conhecemos. Nessa perspectiva, o coronavírus é organismo que tem se hospedado entre nós e que busca continuar e que produziu mudanças radicais em relação à convivência humana. Coabitação não é algo simples, de modo que essa companhia alterou muito do que conhecemos e que causou efeitos nocivos e que permanece causando medo, distanciamento, conflito. Em relação ao cuidado e às perspectivas ecológicas, pensamos que essa articulação entre COVID-19 e espécies companheiras demanda futuras investigações.

Estivemos argumentando em defesa da articulação situada e crítica entre feminismo e maternidade, buscando a constante percepção da construção e da instabilidade acerca das categorias duais e opositivas como homem e mulher. Essa perspectiva é fundamental para o modo como percebemos maternidade enquanto uma questão à psicologia social, sendo ela também uma experiência engendrada em um discurso generificado e racializado. Buscamos a habitação de alguns mitos e de figurações para a problematização e para a construção de gramáticas que desassocia a articulação direta entre cisgeneridade e maternidade, por exemplo. A maternidade se tornar uma questão exclusiva de pessoas cis mulheres é questão para a pesquisa, visto que essa articulação causa a individualização. A reprodução humana e o cuidado necessário e importante para a vida como conhecemos é questão para todas as pessoas, e a maternidade – termo que abarca uma larga variação – é também de todo mundo; como é o feminismo, para bell hooks (2018). Nessa direção, a pesquisa percebe sua insuficiência em

relação a mais experiências com maternidades narradas por pessoas não mulheres cisgêneras e aponta também para a necessidade de novas investigações que sigam incluindo a maternidade como questão teórica aliada a estudos de gênero e estudos feministas.

A perspectiva de escrita que a pesquisa produz é marcada pela contação de histórias. Isso se faz uma questão para além da metodologia, de modo que o texto como um todo busca a marcação pela oralidade. A escrita acadêmica é marcadamente técnica e buscamos habitar linguagens também estéticas, o que pode causar alguma confusão durante a leitura mas também alguma liberdade de escrita e de estilo. Também dito de outra forma, alguma informalidade foi fundamental para a invenção da oficina de uma a uma, do telefone sem fio que buscou a contação de histórias e faz parte do modo da relação pesquisadora-campo: tanto me relação às caminhadas na rua, quanto em relação à busca mais ativa de participantes-contadoras-escutadoras. A conversa, que nem sempre foi mantida durante a escrita, acreditamos, foi constantemente buscada e seguimos apostando em modos de escrita que evidenciem os ritmos, os tons, as pausas, as respirações, os corpos das pessoas que se envolvem em produções de conhecimentos por meio de pesquisas acadêmicas.

Referências:

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 2009. Disponível em: http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html. Acesso em 19 mar. 2020.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. (Original publicado em 1980).
- BATTISTELLI, Bruna Moraes. **Carta-grafias: entre cuidado, pesquisa e acolhimento**. 2017. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- BATTISTELLI, Bruna Moraes; RODRIGUES, Luciana. Contar histórias desde aqui: por uma sala de aula feminista e amefricana. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 153–173, 2021.
- BELLACASA, María Puig de. **Matters of care: speculative ethics in more than human worlds**. London: Minnesota Press, 2017.
- BELLACASA, María Puig de. Nothing comes without its world: thinking with care. **The sociological review**. v. 60, n. 2, p. 197-216, 2012.
- BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Em: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Rio de Janeiro: Boitempo, 2019. (Original publicado em 1998).
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. (Original publicado em 1990).
- BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex**. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n.21, p. 219-260, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019. (Original publicado em 2000)
- CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n. 53, 2018.

CORRÊA, Sonia. A categoria mulher não serve mais para a luta feminista. **Rev. Intern. Direitos Humanos**, v.13, n. 24, p. 215 – 224, 2016.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Portal Geledés**. 1997. Disponível em <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em 16 set. 2021.

DELL'AGLIO, Daniela Dalbosco; MACHADO, Paula Sandrine. Cuidado, branquitude e interdependência: responsabilidades em tempos de isolamento social. **Rev. Inter-Legere**, v. 3, n. 28, s.p., 1 set. 2020.

DEMOLY, Karla Rosane do Amaral. Tecnologias em atos de escrita: quando o oficiar permite habitar outros mundos. Em: **Oficinando em Rede: oficinas, tecnologias e saúde mental**. MARASCHIN, Cleci; FRANCISCO, Deise Juliana; DIEHL, Rafael (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAVERO, Sofia Cisgeneridades precárias. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**. Natal, RN, v. 13, n. 20, 19 jun., p. 169-197, 2019.

FAVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**. Natal, RN, v. 7, n. 12, p. 1-22, 27 fev. 2020.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. Em: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Em: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. _____. (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. Em: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. _____. (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020. (Original em 1988)

HARAWAY, Donna. O humano na paisagem pós-humanista. **Rev. Estudos Feministas**, 1992.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo é o privilégio da pesquisa parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n. 5, p. 07-41, 2009. (Original em 1988)

_____. **ModestWitness@Second_Millennium.FemaleMan©_Meets_OncoMouse™: Feminism and Technoscience**. New York and London: Routledge, 1997.

_____. **Staying with the trouble: making kin in the chthulucene.** Duke Press University: 2016.

_____. Estamos diante de uma crise do modelo de civilização – Entrevista com Donna Haraway. **Revista IHU Online.** 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/592682-estamos-diante-de-uma-crise-do-modelo-de-civilizacao-entrevista-com-donna-haraway>. Acesso em 20 dez. 2021.

_____. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. (Original publicado em 1985).

_____. **O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. (Original publicado em 2003).

hooks, bell. Intelectuais negras. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, SC, v.3, n. 2., p. 464-478, 1995.

_____. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

_____. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** São Paulo: Elefante, 2021. (Original publicado em 2000)

_____. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática.** São Paulo: Elefante, 2020b. (Original publicado em 2010).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual.** Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2018.

LE GUIN, Ursula K. **The carrier bag of fiction.** Ignota Books, 2020.

LOPES, Graziela Pereira; MARASCHIN, Cleci. Oficina de máscaras. Em **Oficinando em Rede: oficinas, tecnologias e saúde mental.** MARASCHIN, Cleci; FRANCISCO, Deise Juliana e DIEHEL, Rafael (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. Em **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Rio de Janeiro: Boitempo, 2019. (Original publicado em 2010)

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia Prezzi. Noções de família em políticas de ‘inclusão social’ no Brasil contemporâneo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, SC, v.20, n.2, p.433-449, 2012.

nascimento, wanderson flor do. A modernidade vista desde o sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. **Revista Padê**. Brasília, DF, v. 1, n. 1-2, 2009.

NELSON, Maggie. **Argonautas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **Revista ClimaCom**, ano 8, n. 21, 2021.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; ROCHA, Késia dos Anjos. Sobre cafundós, confins e fronteiras: contações de histórias sobre diversidade sexual. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, MG, v. 28, n. 1, p. 94-104, 2016.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. Uma “monstra perigosa”: Pistas de Carolina Maria de Jesus para a intervenção psicossocial. **Estudos de Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 378-388, out-dez., 2017.

OLIVEIRA, Thais Gomes de; BATTISTELLI, Bruna Moraes; CRUZ, Lílian Rodrigues da. A função protetiva das famílias e a responsabilização das mulheres-mães: um estudo sobre a matricialidade sociofamiliar na Política de Assistência Social. **Anais do V Simpósio Gênero e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL)**. Londrina, UEL: 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/VSGPP-%20GT5-Thais%20Gomes%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em 19 mar. 2020.

OLIVEIRA, Thais Gomes de; BATTISTELLI, Bruna Moraes; CRUZ, Lílian Rodrigues da. Cuidado, Maternidade e Racismo: Reflexões entre Psicologia e Assistência Social. **Rev. Psi UNISC**. Santa Cruz, RS, v. 3, n. 2, p. 115-125, jul. 2019.

PRECIADO, Paul. **Yo soy el monstruo que os habla: informe para una academia de psicoanalistas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2020.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. (Original publicado em 2019).

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, DF, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” dos sexos**. Recife: S.O.S Corpo, 1993.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o branco, o encardido e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Veneta, 2014.

SILVA, Rosane Neves. Notas para uma genealogia da psicologia social. **Psicologia & Sociedade**. [s. l.], v. 16, n. 2, p. 12-19, maio/ago, 2004.

ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes. Virgem Senhora Nossa Mãe Paradoxal 241. **História: Questões & Debates**. Curitiba, PR, v. 65, n.2, p. 239-263, jul./dez. 2017.

Anexos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa ligada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, intitulada: "OFICINANDO EM REDE: figurações corporificadas", que tem como objetivo principal construir propostas imersivas, visando deslocar/problematizar afetos e coordenações de ações sobre alguns marcadores sociais da diferença, tais como sexo, etnia, raça, privação física e sensorial. O trabalho está sendo coordenado pela Profas. Dras. Cleci Maraschin e Vanessa Soares Maurente. Para construir as narrativas serão realizados encontros com pessoas e grupos nos diferentes lugares na cidade. Os encontros de grupos terão duração de no máximo 2 horas e neles os participantes e pesquisadores poderão se utilizar de instrumentos para gravação de audiovisuais. Se concordar em contribuir com o estudo, preencha as lacunas abaixo com seus dados.

Eu _____, RG _____, CPF _____, recebi as informações sobre os objetivos e a importância desta pesquisa de forma clara e concordo em participar do estudo, nos seguintes termos:

1. Concordo em participar dos grupos de pesquisa fornecendo informações e opiniões pessoais que não serão identificadas. () SIM () NÃO.
2. Autorizo o uso de imagens em fotografia, filmagem e gravação de voz realizadas por mim, cedendo os direitos autorais para o uso da pesquisa, assim como em publicações em aulas congressos, eventos, palestras ou periódicos científicos. () SIM () NÃO.

Os dados obtidos serão utilizados somente para este estudo, sendo os mesmos armazenados pelas coordenadoras durante 5 (cinco) anos no Laboratório de Pesquisa à rua Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 33085466. Após este período os dados serão totalmente destruídos (conforme preconiza a Resolução 510/16). Declaro que também fui informado: Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa, de que minha participação é voluntária e terei a liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo para a minha vida pessoal. A pesquisa, sendo qualitativa, oferece risco mínimo à saúde dos participantes como algum desconforto emocional visto que o conteúdo relacionado aos marcadores sociais da diferença podem ser associados a situações de sofrimento.

Fui informado também de que não haverá nenhum gasto financeiro com a minha participação na pesquisa. Em caso de dúvida, poderei entrar em contato com as pesquisadoras: Cleci Maraschin e Vanessa Soares Maurenre, telefone: 33085466 email: vanessa.maurenre@ufrgs.br e endereço: Rua Ramiro Barcelos, no 2600/212, Santana – Porto Alegre. · Também que, se houver dúvidas quanto a questões éticas, poderei entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 33085698). Declaro que recebi cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando outra via com o pesquisador.

Porto Alegre, ____, de _____ de 20__.

_____ / _____

Assinatura do participante/Assinatura da pesquisadora responsável